



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

FABIANA DE SOUZA SILVA

**O DESPERTAR DO DEBATE DISTRIBUTIVO NO BRASIL
(1960-1970)**

CAMPINAS

2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

FABIANA DE SOUZA SILVA

**O DESPERTAR DO DEBATE DISTRIBUTIVO NO BRASIL
(1960-1970)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Si38d Silva, Fabiana de Souza, 1993-
O despertar do debate distributivo no Brasil (1960-1970) / Fabiana de Souza
Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Nelson Mendes Cantarino.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Renda - Distribuição. 2. Distribuição (Teoria econômica). 3. Brasil -
Condições econômicas - 1967-1973. I. Cantarino, Nelson Mendes, 1977-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The rise of the distributive debate in Brazil (1960-1970)

Palavras-chave em inglês:

Income distribution

Distribution (Economic theory)

Brazil - Economic conditions - 1967-1973

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestra em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Nelson Mendes Cantarino [Orientador]

Mauricio Chalfin Coutinho

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Data de defesa: 24-08-2022

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2580-8888>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1032459456092989>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

FABIANA DE SOUZA SILVA

**O DESPERTAR DO DEBATE DISTRIBUTIVO NO BRASIL
(1960-1970)**

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino – orientador

Defendida em 24/08/2022

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino – PRESIDENTE

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Maurício Chalfin Coutinho

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos

Universidade Federal Fluminense (UFF)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/ Sistema de Fluxo de Dissertação/ Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Para os meus pais, Maria Aparecida e Maxwell.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é resultado de um sonho iniciado em 2017, quando terminei o curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal Fluminense e iniciei meus estudos para o exame da ANPEC. Sem recursos e diante de adversidades pessoais, a Universidade Estadual de Campinas era uma utopia. No entanto, para minha sorte e felicidade, quis o destino que eu ingressasse no mestrado em Teoria Econômica do IE/UNICAMP em 2019.

Apesar de individual, essa pesquisa não seria possível sem a contribuição emocional e teórica de familiares, amigos e professores. Diretamente, gostaria de agradecer ao Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FAEPEX) por dar condições materiais de realizar essa pesquisa. Ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas por toda estrutura oferecida ao longo desses anos e ao meu orientador, Nelson Mendes Cantarino, por todo auxílio, paciência, parceria e clareza durante esse período.

Aos professores Maurício Chalfin Coutinho e José Ricardo Fucidji agradeço pelos comentários realizados em minha qualificação, que foram de suma importância para um melhor direcionamento a esta pesquisa. Ao professor Fernando Augusto Mansor de Mattos, que me apresentou com maestria a história econômica do Brasil e grande parte do corpo docente do IE/UNICAMP em suas bibliografias nas disciplinas.

Aos meus colegas de turma, por todo estudo, troca e conversas. Aos meus amigos de infância por toda ajuda em dias difíceis e por momentos de descontração quando necessário, em especial Carolina Barreto, minha grande amiga e irmã que sempre esteve do meu lado quando necessário. A minha amiga Helena Rodrigues, por me cobrar a inscrição no exame da ANPEC no último dia, quando eu havia pensado em desistir. Ao meu namorado Thiago, que apesar de não acompanhar esse processo desde o início foi crucial para me auxiliar no desfecho da pesquisa com muito cuidado e compreensão. E por último, aos meus pais, Maria Aparecida e Maxwell, que sempre enxergaram a educação como único caminho para a libertação das amarras sociais que nos foram impostas e por isso me proporcionaram educação de excelência desde a minha infância, mesmo que tal escolha causasse restrições financeiras imensas. Me considero muito privilegiada por ser filha de vocês.

“O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.”

Ariano Suassuna

RESUMO

Entre 1945 e 1964, o Brasil contou com planos de estabilização e recuperação de diversas perspectivas políticas e econômicas, além do processo de industrialização marcado por substituições de importações. Após a ruptura democrática ocorrida no país em 1964, um novo modelo se instaurou e vigorou de maneira uniforme, a partir de então, foi dado o ponto de partida para um período de significativo aprofundamento da concentração de renda. Apesar do crescimento econômico ocorrido durante o “milagre econômico” entre os anos de 1968 e 1973, esse não fora suficiente para levar maior equidade a sociedade brasileira. Diante do processo de crescimento econômico concomitante a concentração de renda, emerge o debate distributivo no país. Esta dissertação buscou analisar, a partir de um contexto histórico econômico, a emergência e o desenvolvimento do debate distributivo no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar de a questão distributiva estar presente no país desde a sua formação e ser considerada um problema estrutural, o debate só ganha destaque acadêmico, político e social no período mencionado, mesmo com a censura oriunda da ditadura militar. Vale salientar o esforço esboçado por Celso Furtado em ratificar a importância da distribuição de renda em seu Plano Trienal (1963). A hipótese central aqui defendida é que a emergência tardia do debate é resultado das mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir da década de 1960 no país, mais precisamente o golpe militar de 1964, a influência norte-americana e a ascensão dos centros de pesquisa e pós-graduação no Brasil. O objetivo principal desta pesquisa é reconstruir a formação do debate distributivo brasileiro iniciado no início da década de 1970, abordando os principais fatores que levaram a sua emergência no período e seus principais atores e teorias defendidas.

Palavras-chave: Distribuição de Renda, Debate Distributivo, Milagre Econômico.

ABSTRACT

Between 1945 and 1964, Brazil had plans for stabilization and recovery from different political and economic perspectives, in addition to the industrialization process marked by import substitutions. After the democratic rupture that took place in the country in 1964, a new model was established and uniformly in force, from then on, the starting point was given for a period of significant deepening of income concentration. Despite the economic growth that took place during the “economic miracle” between 1968 and 1973, it was not enough to bring greater equity to Brazilian society. Faced with the process of economic growth concomitant with income concentration, the distributive debate emerges in the country. This dissertation sought to analyze, from an economic historical context, the emergence and development of the distributive debate in Brazil between the 1960s and 1970s. The debate only gained academic, political and social prominence in the mentioned period, even with the censorship arising from the military dictatorship. It is worth noting the effort outlined by Celso Furtado to ratify the importance of income distribution in his Triennial Plan (1963). The central hypothesis defended here is that the late emergence of the debate is the result of the social and economic changes that took place in the country from the 1960s onwards, more precisely the 1964 military coup, the North American influence and the rise of research and development centers. postgraduate studies in Brazil. The main objective of this research is to reconstruct the formation of the Brazilian distributive debate that started in the early 1970s, addressing the main factors that led to its emergence in the period and its main actors and theories defended.

Keywords: Income Distribution, Distribution Debate, Economic Miracle.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Crescimento do PIB e Índice Geral de Preços (1960 a 1963)....	45
Gráfico 2: Evolução da carga tributária bruta no Brasil (em % do PIB).....	52
Gráfico 3: Taxa de Crescimento do PIB e Índice Geral de Preços 1964 a 1967.....	58
Gráfico 4: Taxa de Crescimento do PIB e Índice Geral de Preços 1968 a 1973.....	65

.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Investimentos do Plano de Metas por setor (%)	30
Tabela 2: Indicadores Macroeconômicos do “Milagre Econômico”	65

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1: Período antecessor ao debate no Brasil: Contexto econômico (1945-1973)	16
1.1) O primeiro decênio do pós-guerra no Brasil: Influências e Desdobramentos.....	16
1.1.1) Ilusões não somente liberais de Dutra e a falsa percepção de político pró-indústria.....	16
1.1.2) O retorno de Vargas, salvação para o povo brasileiro?.....	21
1.1.3) O breve governo Café-Filho	26
1.2) Juscelino, Jânio e Jango	29
1.2.1) O mineiro que transformou o Brasil	29
1.2.2) O cometa Jânio.....	35
1.2.3) O drama de Jango, o aprofundamento da crise e o golpe de 64.....	39
1.3) Recessão, Estabilização, Crescimento e Repressão: O Brasil sob o comando dos militares	46
1.3.1) O PAEG e as reformas estruturais	47
1.3.2) Um novo diagnóstico e o “milagre” econômico brasileiro	59
Capítulo 2: Influências na emergência do debate distributivo	68
2.1) O interesse norte-americano no Brasil: Suas influências e consequências	68
2.2) Resultados do Censo Demográfico 1970.....	73
2.3) O artigo de Albert Fishlow, Robert McNamara e Delfim Netto.....	76
2.3.1) A relação entre Fishlow e a economia brasileira	77
2.3.2) O parecer de Fishlow sobre a questão distributiva.....	81
2.4) A contribuição de Rodolfo Hoffmann	82
Capítulo 3: O Debate Distributivo: Tese Oficial x Opositores ao governo	86
3.1) Delfim Netto, Langoni e a Tese Oficial.....	86
3.2) Economistas contrários à Tese Oficial.....	93
3.2.1) Economistas ligados à CEPAL e à Escola de Campinas no debate	93
3.2.2) Outras vertentes críticas à política econômica do governo militar	103
CONCLUSÃO	109
Referências Bibliográficas	111

INTRODUÇÃO

Ao realizar uma breve análise acerca da economia brasileira, observa-se que apesar das profundas transformações ocorridas desde a sua formação, sejam elas produtivas ou dimensionais, um fato específico chama atenção, a desigualdade significativa que se manteve na repartição da renda do país. Tal trajetória pode ser observada em Souza (2016), onde o autor retrata a concentração de renda entre os ricos no Brasil de 1926 até o ano de 2013.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupava a segunda colocação no ranking sobre a má distribuição de renda em 2019. Segundo o relatório, 1% da população mais rica concentrava 28,3% da renda total do país, ou seja, quase 1/3 da renda brasileira estaria nas mãos dos mais ricos. Ao ampliar a análise para os 10% mais ricos, o índice é ainda mais alarmante, pois estes concentravam 41,9% da renda total do país. Diante de tamanha discrepância, a análise sobre a questão distributiva no país se torna imprescindível.

Esse estudo aborda o debate distributivo que emergiu no Brasil ao início da década de 1970, logo após o país iniciar um período de profundo crescimento econômico atrelado a baixas taxas de inflação, conhecido como o “milagre econômico¹”. A expansão econômica chamava atenção, dado que o país acabara de passar por uma crise econômica no início da década de 1960. Em 1963, o Brasil possuía uma taxa de crescimento do PIB de 0,3% e dez anos depois, em 1973, a taxa já chegava a 14%, de forma concomitante, a taxa de variação do índice geral de preços caiu, e passou de 79,9% para 15,5% no mesmo decênio.

Apesar dos índices positivos citados, o período também fora marcado pelo aprofundamento da concentração de renda. Ou seja, o país cresceu a taxas exorbitantes, no entanto, a renda não foi distribuída de forma equitativa entre a população, ao contrário, foi concentrada nas mãos de poucos em detrimento da pobreza de muitos. Hoffmann e Duarte

¹ De acordo com Singer (1976), a terminologia “milagre” surgiu no pós- Segunda Guerra Mundial quando alguns países, em especial o Japão e a Alemanha Ocidental, foram além dos outros no tocante à recuperação econômica e passaram a apresentar resultados econômicos e sociais satisfatórios, até então não observados conjuntamente. Os acontecimentos geraram espanto por parte da sociedade e de economistas, que passaram a se referir ao fenômeno como “milagre”, tendo o sentido de algo que foge de um controle racional teórico e passa a requerer alguma força inexplicável.

(1972) descrevem a mudança ocorrida no país através do Índice de Gini², que aumentou substancialmente entre a década de 1960 e 1970.

O debate distributivo que emergiu na década de 1970 pode ser considerado inaugural em relação à temática distributiva, pois até então o país não havia vivenciado nenhum tipo de esforço coletivo por parte de economistas, para justificar o problema, sua origem, suas consequências e como se estabeleceu na sociedade brasileira. Para entender o florescer do debate distributivo brasileiro, é preciso uma contextualização histórica da economia tanto nacional quanto internacional, que vai do pós-segunda mundial (1945) até a primeira grande crise do petróleo em 1973. Pode-se dizer que o Brasil sofreu diretamente com as mudanças no âmbito internacional durante o período em questão, como exemplo, é possível citar a implantação da indústria de base no país, ocorrida diante de influência internacional, o golpe civil miliar antidemocrático e o crescimento econômico no “milagre”, que também possuíam o cenário internacional como um de seus responsáveis.

Diferente do que algumas bibliografias como Barone, Bastos e Mattos (2015a) e Malta (2011) defendem, esse estudo acredita que o debate distributivo emergente no período, não fora somente resultado da publicação do Censo Demográfico de 1970 e de Langoni (1973), onde o autor apresentou justificativas para a concentração de renda ocorrida no período mencionado, mas também de outros fatores pré-existentes a tais publicações. Partindo da ideia de Andrada e Boianovsky (2019), onde os autores apresentam o livro escrito por Carlos Langoni em 1973, como uma resposta ao artigo escrito anteriormente por Albert Fishlow em 1972, o debate distributivo teria se iniciado antes da publicação de Langoni e não fora motivado somente pela divulgação do Censo, mas sim por estudos que delataram a situação social crítica do país e pela influência internacional que pressionava o governo brasileiro por uma resposta às acusações.

Ou seja, a influência externa e o trabalho de Fishlow (1972) também foram fatores que influenciaram na emergência do debate distributivo, uma vez que a “Tese Oficial” de Carlos Langoni, fora solicitada pelo então ministro da fazenda, Antônio Delfim Neto, após o artigo de Fishlow chegar até Robert McNamara, então vice-presidente do Banco Mundial, que cobrou um retorno do governo sobre as acusações.

Assim como Fishlow (1972), Hoffmann e Duarte (1972) também escreveram sobre a concentração de renda no mesmo período, antes da publicação de Langoni, ratificando a

² O Índice de Gini, é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, quando todos possuem a mesma renda, já o valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Ou seja, quanto mais próximo de um, mais concentrada é a renda aferida.

importância de outro fenômeno para a emergência do debate, a ascensão dos centros de pós-graduação em economia no país. Após a publicação de Langoni, diversos economistas oriundos desses centros, criticaram a obra em publicações e artigos reunidos em uma coletânea organizada por Tolipan e Tinelli em 1975, fomentando o debate distributivo.

Sendo assim, é possível identificar outros fatores que acarretaram o debate distributivo no país, além da divulgação do Censo Demográfico, o cenário internacional, o contexto econômico e social ao qual o Brasil se inseria, o desenvolvimento das instituições de pós-graduação em economia no país e ascensão do interesse em questões sociais nos países em desenvolvimento dentro de instituições multilaterais como o Banco Mundial.

O objetivo desse estudo é reconstruir a formação do debate distributivo brasileiro iniciado no início da década de 1970, abordando os principais fatores que levaram a sua ascensão naquele período, dado que até então uma discussão tão ampla não havia ocorrido, apesar do problema estrutural de desigualdade existente no país. Ao longo do trabalho serão analisados o contexto histórico econômico do período e as discussões teóricas acerca da economia brasileira que fomentaram o debate.

Em relação à metodologia, a pesquisa tange a reconstituição do debate distributivo ocorrido em 1970 no Brasil, e buscará, por bibliografias sobre a temática e sobre o contexto econômico interno e externo, apresentar como e o porquê da emergência do debate naquele período. Além de bibliografias, foram utilizados também periódicos publicados no período estudado para melhor entender como o debate chegou à sociedade brasileira e como era abordado na mídia, como exemplo é possível citar o Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e Jornal Opinião, aos quais são possíveis acessar por acervos disponíveis em seus respectivos sites ou na página da Hemeroteca Digital Brasileira.

Para levantar os dados acerca da taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação e coeficiente de Gini, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEADATA. A estrutura da dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro aborda o contexto histórico e econômico do período de 1945 a 1973. O segundo, será composto pelos motivos que viabilizaram a emergência do debate e o terceiro capítulo irá apresentar os principais representantes no debate, identificando suas teorias e ratificando sua importância.

Capítulo 1: Período antecessor ao debate no Brasil: Contexto econômico (1945-1973)

Sobre o cenário econômico brasileiro no período em destaque, é possível dizer que foi marcado por volatilidade nos principais índices macroeconômicos, como a inflação e a taxa de crescimento do PIB, o que permitiu que o país vivenciasse períodos distintos de recessão, estagnação e crescimento econômico. Como responsáveis pela instabilidade econômica brasileira se destacam o cenário internacional vigente e as constantes mudanças ideológicas ocorridas no governo do país.

1.1) O primeiro decênio do pós-guerra no Brasil: Influências e Desdobramentos

O Brasil vivenciou o fim da Segunda Guerra concomitante ao final do Estado Novo (1937-1945)³ e a ascensão do governo de Eurico Gaspar Dutra, a quem Bastos (2004) se refere como “o presidente desiludido”. O decênio do pós-guerra foi marcado por ilusões liberais, retorno de uma das figuras mais populares do país à presidência, suicídio no palácio do Catete e um governo que apesar de interregno foi marcado por importantes contribuições econômicas e institucionais.

1.1.1) Ilusões não somente liberais de Dutra e a falsa percepção de político pró-indústria

Os anos do mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra representam um período de intensas transformações na ordem internacional e de importante mudanças na estrutura produtiva e no cenário político interno. (MATTOS E MEIRELLES, p. 95, 2021)

Para Mattos e Meirelles (2021), o governo Dutra não deve ser interpretado apenas como um interregno entre os governos de Getúlio Vargas, mas sim como um período de suma importância para o processo de industrialização do país e para as transformações políticas e sociais que ocorreriam nos anos seguintes. O fervor industrial do período Dutra pode ser exemplificado com o debate que emergiu no período entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, “A controvérsia do planejamento na economia brasileira”.

³ Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

Rodrigues (2018) aponta a importância do debate para o processo de desenvolvimento capitalista do Brasil. O cenário era de um grupo industrial bem organizado e que conquistava espaço no cenário brasileiro de um lado e de outros os liberais buscando recuperar a hegemonia na economia brasileira, baseados na teoria das vantagens comparativas. A discussão entre ambos se pautava em encontrar a melhor solução para o subdesenvolvimento e crises econômicas no país. Ao passo que grande parte dos industriais, liderado por Simonsen defendia uma intervenção governamental como foco na indústria e no protecionismo, o grupo dos liberais, liderado por Gudin, defendia que o Estado deveria atuar apenas em situações de exceção, ou seja, uma solução liberal para o problema, nessa opção, as leis de mercado estimulariam o desenvolvimento.

Em relação à política econômica do governo Dutra, Mattos e Meirelles (2021) evidenciam que a mesma foi elaborada condicionada ao cenário internacional vigente. Vianna e Villela (2011) também defendem que o cenário internacional influenciou a política econômica brasileira e destacam que os fundamentos liberais de Dutra como exemplo. Vale salientar que o governo teve seu início à luz da emergência do novo Sistema de Bretton Woods, em 1946. A novidade da nova ordem econômica excitava o novo presidente, que era otimista em relação aos reflexos que a mudança poderia acarretar ao Brasil.

Dois importantes inflexões no âmbito econômico marcaram a gestão Dutra: A primeira no biênio 1947-1948, com o fim do mercado livre de câmbio e a adoção do sistema de contingenciamento às importações, e a segunda, logo após o ano de 1949, quando o estilo ortodoxo da equipe econômica cedeu a maior flexibilidade nas metas fiscais e monetárias. Tais movimentos foram resultados do processo de desmontagem da visão que norteou o início do governo Dutra.

A equipe econômica do novo governo logo apostou em uma política liberal de câmbio, com o intuito de facilitar a atração de fluxos de investimento direto estrangeiro norte-americano. No entanto, a ação mal planejada acarretou quebra de expectativas, porque mesmo defendendo a eliminação de barreiras ao livre fluxo de bens e a multilateralidade do comércio internacional, os desdobramentos não afetaram o país de imediato.

A ilusão de divisas também foi uma característica marcante desse governo sendo abordada por diversos autores como Viana (1990), Bastos (2004) e Vianna e Villela (2011). As autoridades monetárias brasileiras diagnosticaram uma situação confortável no país em relação às suas divisas internacionais no imediato pós-guerra, o que era de fato real, o Brasil acumulou divisas exportando para os países que se voltaram para a economia de guerra. No entanto, o

novo padrão ouro-dólar definido em Bretton Woods desqualificou a maioria das reservas brasileiras, que em sua maioria eram formadas por libras, marcos, dentre outras.

O otimismo em relação ao setor externo era grande no governo Dutra, a equipe econômica acreditava em uma alta dos preços internacionais do café⁴ após a eliminação do preço-teto do produto por parte do governo norte-americano, o que a médio prazo também expandiria as reservas internacionais do país.

No entanto, em um período curto de tempo, o otimismo presente ao início do governo deu lugar a uma sequência de frustrações, tais acontecimentos levaram Bastos (2004) a nomear Dutra como o “presidente desiludido”, em referência não só a falsa ilusão de divisas internacionais, mas também a ilusão de que praticar política liberal no Brasil acarretaria investimento direto estrangeiro e sobre uma possível alta nos preços do café.

Partindo do princípio que a questão externa estaria encaminhada e que o país estaria em posição privilegiada no pós-guerra, a equipe econômica de Dutra definiu a inflação como principal problema da economia brasileira. O então ministro da fazenda, Pedro Luís Correia e Castro, identificou os déficits orçamentários da União como principal fomentador da inflação no país, sendo assim, defendia políticas monetária e fiscais contracionistas para que a questão inflacionária fosse resolvida, o que daria fim ao excesso de demanda agregada defendido por ele. Segundo Mattos e Meirelles (2021), tal diagnóstico acerca da inflação se tornou hegemônico nos anos finais do primeiro governo Vargas.

Dentre as ilusões do governo Dutra, a que se referia a divisas foi a primeira a ser revelada:

Em 1946, metade das reservas estava em ouro e era considerada estratégica, que necessariamente deveria ser preservada para emergências futuras. A outra metade era composta de US\$ 235 milhões em libras esterlinas bloqueadas e apenas US\$ 92 milhões eram de fato líquidas e utilizáveis em negócios com países de moeda conversível. Além disso, as reservas evoluíam de modo desfavorável, na medida em que o problema fundamental da balança comercial estava no fato de o Brasil obter substanciais superávits comerciais com a área de moeda inconvertível, enquanto acumulava déficits crescentes com os Estados Unidos e outros países de moeda forte. (VIANNA E VILLELA, 2011, p. 4)

Logo em seguida, as outras ilusões também se revelaram. Os norte-americanos tinham como maior preocupação reconstruir a Europa Ocidental e o Japão, de modo a afastar a ameaça comunista desses países. O Brasil e os países latino-americanos não estavam nos planos de investimentos, diferente do que era esperado por Dutra e sua equipe, o que tornava o diagnóstico

⁴ Principal produto na pauta de exportações brasileiras.

inicial do governo falho, as restrições externas ainda eram presentes na economia brasileira e impediriam o país de alavancar.

Diante da realidade, a desvalorização da moeda poderia ser considerada plausível para reduzir o déficit existente com a área conversível, no entanto, a equipe econômica desconsiderou essa opção, pois seu principal objetivo era o combate à inflação e uma mudança no câmbio poderia acarretar elevação nos preços domésticos. Sem muitas opções, o governo optou por instituir controles cambiais e de importações da seguinte maneira:

Os bancos autorizados a operar em câmbio foram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas aquisições de câmbio livre, à taxa oficial de compra. Atendidos os compromissos do governo, o Banco do Brasil disponibilizaria divisas de acordo com uma escala de prioridades que favorecia a importação de produtos considerados essenciais. (VIANNA E VILLELA, 2011, p.5)

Porém, o mecanismo adotado era falho, pois o controle instituído não era rigoroso e as restrições às importações foram apresentadas como passageiras, de modo que seriam abandonadas quando os mercados mundiais se recuperassem. A primeira forma do sistema de contingenciamento de importações fora baseada na retomada da concessão de licenças prévias para importar, conforme as prioridades do governo.

Vianna e Villela (2011) destacam o sucesso do sistema de licenciamento de importações em relação à redução do déficit na área conversível, em 1947 o déficit era de US\$313 milhões e em 1948, passou para US\$108 milhões, em 1949 o déficit se tornou um superávit de US\$18 milhões. O sistema foi de suma importância e permaneceu em vigor na legislação de julho de 1948 até outubro de 1953. No entanto, a opção do governo brasileiro por insistir na manutenção da taxa cambial em prol de uma política anti-inflacionária, acarretou perda de competitividade das exportações brasileiras, acentuadas com a recuperação econômica dos países no pós-guerra, que passaram a importar menos.

Apesar das “desilusões” que marcaram o governo Dutra, há de se destacar a expansão industrial ocorrida no período. Tal expansão reflete muitas vezes em uma falsa impressão de que após as adversidades enfrentadas, o presidente liberal teria mudado sua postura e se tornado pró-indústria. No entanto, Vianna (2011) defende que os resultados industriais favoráveis foram consequência da instituição do controle de importações, imposto para atenuar o desequilíbrio externo, não de um projeto industrial.

O movimento de substituição de importações no pós-guerra brasileiro foi resultado indireto de políticas de controle cambial e de importações. O nacionalismo não era uma característica do governo Dutra, ele não possibilitava a viabilização de políticas industriais, o

movimento industrial foi levado adiante pelo setor privado, estimulado com a mudança de preços relativos, que permitia insumos a custos baixos e proteção à produção doméstica de produtos finais.

De fato, as ações da equipe econômica não marcavam um projeto industrial, porém a taxa de câmbio sobrevalorizada e o controle de importações funcionaram como subsídio para fomentar a indústria brasileira emergente. O protecionismo estatal acarretou mudanças na estrutura de produção, antes voltada para exportação e que a partir de então focou no mercado interno.

Vianna e Villela (2011) destacam ainda o crescimento da concessão de crédito ocorrida no período, que entre 1947 e 1950 cresceu em média 22,5% ao ano, o que era contraditório as medidas de austeridade do governo em prol da estabilização inflacionária. O responsável pela expansão creditícia no período fora Guilherme da Silveira, então presidente do Banco do Brasil e industrial do ramo têxtil no Rio de Janeiro.

Sobre a questão do desenvolvimento, o Plano Salte pode ser caracterizado como o único projeto intervencionista ocorrido no governo Dutra. O objetivo do plano era coordenar os gastos públicos destinados a setores de saúde, alimentação, transporte e energia, além de prever investimento para os anos seguintes. No entanto, as dificuldades de financiamento levaram à extinção do plano durante o governo Café Filho.

Sobre a segunda inflexão ocorrida no governo Dutra e citada ao início dessa seção, essa pode ser considerada uma das responsáveis pelo fracasso no plano de estabilizar a inflação. A troca no Ministério da Fazenda, de Correia e Castro, por Guilherme da Silveira (então presidente do Banco do Brasil), marcou o abandono da austeridade e o “afrouxamento” da política monetária. Para Vianna e Villela (2011), a expansão do crédito ocorrida enquanto Silveira estava na presidência do Banco do Brasil, atrelada aos movimentos do novo ministro, acarretaram uma inflação de dois dígitos em 1959, 12,4%. No entanto, há de se destacar que o desenvolvimento industrial atrelado a falta de planejamento também resulta em inflação de forma natural, dado as desproporções entre oferta e demanda dentro da estrutura industrial em amplo crescimento. Sobre a mudança na política econômica ao final do governo Dutra, pode ser explicada pela aproximação das eleições, a força proporcionada pela expansão industrial e a falta de expectativa para que se alcançasse a livre conversibilidade das moedas.

Mattos e Meirelles (2021) apontam que o governo Dutra contou com uma importante democratização política, que fomentou discussão de importantes temática na sociedade brasileira, como a maior demanda por serviços públicos e maior destaque no debate econômico e social a questões distributivas.

1.1.2) O retorno de Vargas, salvação para o povo brasileiro?

O II Governo Vargas, simplificadaamente, pode ser caracterizado pela criação de instituições de Estado decisivas para o nosso tardio processo de industrialização, por forte expansão da economia brasileira e, obviamente, pela profundidade da crise política cujo desfecho consistiu no trágico destino que Getúlio deu a própria vida. (MORAES, p. 144, 2021)

A eleição presidencial de 1950 consagrou o retorno de Getúlio Vargas ao poder, que como candidato do PTB⁵, derrotou Eduardo Gomes (UDN⁶) e Cristiano Machado (PSD⁷) com 48,7% dos votos. Sua campanha eleitoral foi marcada por um discurso estadista pró-indústria. Ao ser eleito, Vargas optou por agir de forma conciliatória entre as forças sociais, tentou atrair a UDN e devido a pouca representatividade do PTB no congresso, teve que optar por um Ministério conservador, com a presença de diversos políticos do PSD.

O cenário econômico herdado por Vargas era complexo, internamente o país vivenciava o retorno do processo inflacionário e desequilíbrio financeiro do setor público, já o setor externo era mais favorável, pois havia alta no preço do café e a mudança do interesse norte-americano para com os países latinos, o que reacendia a possibilidade de um possível fluxo de investimento externo.

De acordo com Bastos (2015), ao assumir novamente, umas das principais preocupações de Vargas era com a ameaça da intensificação da Guerra da Coreia ao desenvolvimento econômico brasileiro. Vargas defendia que o governo anterior havia cessado diversos programas de investimentos orientados para a substituição de importação de insumos essenciais e desperdiçado as reservas acumuladas durante a Segunda Guerra com a liberalização de importações de bens de consumo, tais ações deixaram a economia brasileira em extrema vulnerabilidade, que poderia piorar com a guerra. Desse modo, Vargas afirmou ser necessário acelerar o programa de investimentos para o programa de substituição de importação para insumos essenciais.

Para Vianna e Villela (2011) a eleição de Vargas teria estimulado os norte-americanos a se voltarem novamente ao Brasil, no entanto, tal afirmativa é um tanto quanto contraditória, visto que Vargas muitas vezes fora contra os EUA, além disso, o governo Dutra possuía maior alinhamento liberal com os norte-americanos. A interpretação de Moraes (2021) para tal

⁵ Partido Trabalhista Brasileiro

⁶ União Democrática Nacional

⁷ Partido Social Democrático

interesse norte-americano no Brasil, é mais pertinente, ao passo que a autora defende o processo como resultado da competição entre os EUA x URSS que acarretou crescente presença norte-americana nos países latino-americanos.

O retorno de acordos entre os países se cristalizou com a criação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU), em julho de 1951. A comissão tinha o intuito de elaborar projetos no Brasil que seriam financiados por instituições como o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e o recém-criado em Bretton Woods, Banco Mundial. De acordo com Moraes (2021), os norte-americanos só teriam aceitado a criação do novo órgão porque precisavam de apoio político em função do seu envolvimento na Guerra da Coreia, já citada no capítulo anterior.

A criação de um órgão como a CMBEU era um marco na história econômica brasileira e na realização de projetos de desenvolvimento social, pois através da comissão seria possível obter o financiamento tão escasso para os projetos brasileiros, não só no tocante a industrialização. Diante das novas e boas expectativas para com a economia brasileira, o governo Vargas desenhou uma política econômica baseada em duas fases, a primeira seria responsável pela estabilização econômica e a segunda por empreendimentos e realizações.

Diante do projeto, o então ministro da fazenda Horácio Lafer (1900-1965) e o próprio Vargas, compararam os dois períodos a governos anteriores que ocorreram ao início da república. O período de estabilização seria referente ao governo Campos Salles (1898-1902), marcado por austeridade econômica, já o segundo momento poderia ser comparado ao governo Rodrigues Alves (1902-1906), quando houve um rigoroso programa de obras públicas e gasto público. Com intuito de estabilizar a economia brasileira para depois buscar sua expansão, Vargas optou pela intervenção e criou duas empresas estatais de suma importância para a economia brasileira: o Banco Nacional de Desenvolvimento- BNDE⁸ em 1952 e a Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras, em 1953.

Apesar dos resultados sociais crueis do período, Vianna e Villela (2011) relatam a fase Campos Salles como positiva, por conta do primeiro superávit global da União e de estados desde o ano de 1926. A contenção de despesas e da política monetária ortodoxa não foi suficiente para diminuir o acesso ao crédito, que seguiu na direção contrária, o que assegurou os altos índices de inflação atrelados a um crescimento do PIB de 4,9% e 7,3% nos anos de 1951 e 1952.

⁸ Atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Diferente das ilusões do governo anterior, as expectativas eram realmente positivas e estimulantes em relação ao setor externo. O cenário favorável foi um dos fatores que permitiu Vargas a optar por dar fim ao sistema de licenças prévias de importações, vale salientar que a Guerra da Coreia também foi fundamental na decisão, diante do receio de uma possível escassez de produtos no cenário internacional oriunda do conflito.

Segundo Moraes (2021), o trabalho realizado pela CMBEU e pelo BNDE auxiliou o Brasil a adquirir práticas modernas e racionais de gestão, além de desenvolver também ações de planejamento, programação e aplicação de recursos públicos em investimentos prioritário, capazes de criar encadeamentos visando impulsionar o processo de substituição de importações.

Contrariando o que ocorreu no governo Dutra, quando o sistema de licença prévias funcionou como estímulo a indústria no país, o fim do mecanismo também fomentou a indústria brasileira. Segundo Vianna e Villela (2011), esse fato se revela com o aumento de 55% na importação de bens de capital e 28% em outros bens de produção. No entanto, a extinção das licenças foi sendo modificada, pois ficava cada vez mais evidente os graves desequilíbrios na balança comercial do país. O equilíbrio ocorrido no ano de 1951, foi substituído por um déficit severo na balança comercial, a crise cambial dava fim ao projeto de estabilização e ao futuro projeto de crescimento e desenvolvimento econômico.

Além da crise cambial, um fator externou amargou ainda mais os planos de Vargas, a eleição de Dwight David Eisenhower (1890-1969) como novo presidente dos Estados Unidos. O republicano representava um problema para o governo brasileiro, pois deu fim ao financiamento de projetos elaborados pela CMBEU e logo em seguida extinguiu o órgão de cooperação. Para Vianna e Villela (2011), a intensificação da Guerra Fria colaborou para o descaso norte-americano em relação aos países latino-americanos, não tão inseridos no contexto do conflito ideológico.

Diante da desconstrução de seu plano inicial de governo, marcado pelo projeto Campos Salles/ Rodrigues Alves, Vargas optou por uma ampla reforma ministerial, de modo a reorientar a política de seu governo. Vale salientar que nesse período o então presidente já vinha sofrendo sucessivas pressões por parte de seus adversários políticos e da imprensa. Como principais mudanças, é possível citar a nomeação de João Goulart, o Jango para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Oswaldo Aranha para o Ministério da Fazenda. A importância da reforma nesses dois ministérios pode ser explicada pelas diversas tensões sociais existentes no período e os problemas no tocante à estabilidade econômica, a qual Vargas não alcançara.

Sobre a economia do país, Oswaldo Aranha manteve o diagnóstico ortodoxo anterior de que a inflação seria resultado do excesso de demanda agregada, no entanto, optou por privilegiar

o ajuste cambial. Definia como problemas centrais da economia brasileira a situação cambial que era nítida e o financiamento do déficit público sem emissão de moeda e expansão de crédito. De modo a combater os problemas cambial e fiscal, o governo baixa a Instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito)⁹ em 9 de outubro de 1953.

Com a Instrução 70 passaram a existir três tipos básicos de cobertura cambial para as importações brasileiras, taxa oficial, taxa oficial acrescida de sobretaxas fixas e taxa oficial acrescida de sobretaxas variáveis. As importações foram classificadas em categorias, o que permitiu que as taxas múltiplas de câmbio determinadas através do sistema de leilões, realizassem duplamente a desvalorização cambial e a manutenção de uma política de importação seletiva, segundo a essencialidade dos produtos. Consequentemente, esse conjunto de fatores acabava por proteger a indústria doméstica.

Apesar das vantagens oriundas da Instrução 70, o governo ainda encontrava dificuldades em realizar uma política fiscal austera, prova disso o fato de já nos primeiros meses de 1953 a posição do Tesouro Nacional frente ao Banco do Brasil ser de devedora, dado o aumento de gastos do governo com obras públicas e os abonos concedidos ao funcionalismo civil.

Pode parecer confuso o aumento de gastos com obras públicas, dado que o diagnóstico do governo para o aumento da inflação era justamente o excesso de demanda agregada, no entanto, as obras eram referentes ao processo de desenvolvimento industrial ao qual o país passava, obras de infraestrutura e adequação.

Vianna e Villela (2011) destacam que apesar do crescimento de 4,7% do PIB no ano de 1953, este fora inferior a todos anos anteriores até o ano de 1947. Os autores atribuem esse fator a uma queda no desempenho da agricultura e à estagnação no setor de serviços, uma vez que, a industrialização cresceu 9,3%. Vale salientar o salto da inflação, que passou de 12% para 20,5%, a explicação ortodoxa para essa expansão seria o retorno do déficit público e a emissão dos meios de pagamento por consequência. Os autores atribuem o aumento de preços aos impactos das desvalorizações cambiais oriundas da Instrução 70, que pressionaram os custos de produção das empresas.

A Instrução 70 também foi a responsável por uma drástica queda nas importações, o que corroborou para que a balança comercial deficitária de 1952, fechasse 1953 com superávit, dada essa melhora, a equipe de Vargas optou por se voltar novamente para a questão inflacionária.

⁹ As principais mudanças introduzidas no sistema cambial brasileiro foram o reestabelecimento do monopólio cambial do Banco do Brasil, a extinção do controle quantitativo das importações e a instituição de leilões de câmbio e em relação às exportações, substituição das taxas mistas por um sistema de bonificações incidentes sobre a taxa oficial.

No entanto, o programa de estabilização defendido por Oswaldo Aranha sofrera com severas intervenções, como por exemplo a política do salário mínimo. Ao passo que o ministro do trabalho Jango propunha um aumento de 100% no salário mínimo, Aranha defendia um aumento de 33%.

A proposta de aumento exacerbada de Jango, fez com que a UDN considerasse a mesma como instrumento voltado para estimular tensões sociais no país, levando a diversas manifestações contra o aumento proposto e ao famigerado documento conhecido como Manifesto dos Coronéis¹⁰. O manifesto teve ampla repercussão nos meios políticos e militar, além de provocar a substituição de Jango.

Após tamanha pressão e preocupado com as eleições que ocorreriam em outubro daquele ano, Vargas anuncia o aumento de 100% do salário-mínimo no dia 1º de maio (dia do trabalhador), no mesmo pronunciamento elogia Jango e inflama a classe trabalhadora. A decisão não agradou seus opositores, formados majoritariamente por industriais, militares e a classe média.

Dentro do governo também havia insatisfação, Oswaldo Aranha era contra o aumento dado por Vargas e perdeu seu principal colaborador, o presidente do Banco do Brasil, Sousa Dantas (1895-1964) que se demitiu também por contrariedade a decisão do presidente. Outro ponto importante também assolou a economia brasileira durante esse período, as dificuldades na exportação do café. Com os altos preços do produto o consumo caíra de forma abrupta, em parte resultado de um boicote dos consumidores norte-americanos que consideravam a alta de preços uma prática monopolista por parte dos países exportadores.

Os problemas que cercavam o governo Vargas eram vários e emergiam de forma heterogênea, o que fazia com que a campanha contra o presidente ganhasse cada vez mais adeptos e mais força. A imprensa teve importante papel na campanha contra Vargas, pois o definia como “populista, corrupto e excessivamente simpático aos sindicatos”. A UDN, partido marcadamente conservador e os militares se apropriavam da situação para inferir uma relação entre Vargas e seus apoiadores e o comunismo.

Em junho de 1954, o então líder da UDN, Afonso Arinos (1905-1990) chegou a entrar com pedido de *impeachment* de Vargas, no entanto, o pedido foi rejeitado com número

¹⁰ Em fevereiro de 1954, 82 coronéis e tenentes-coronéis, ligados à ala conservadora do Exército no Rio de Janeiro, assinaram um manifesto onde alardeavam questões referentes ao então governo Vargas e protestavam principalmente contra o descaso do governo para com o exército e seus salários, por isso teceram sérias críticas ao aumento de 100% do salário mínimo proposto por Jango. Para os militares, o aumento realimentaria a inflação e significaria um desprestígio para as Forças Armadas do país.

considerável de votos no Congresso. As acusações contra Vargas eram de imoralidade, corrupção e convivência com atos criminosos. A moção de Arinos acalentou a pressão dos opositores a Vargas, que utilizaram ainda do atentado na rua Tonelero¹¹ para reunir forças contra o então presidente.

O atentado resultou na exigência de renúncia. Em 24 de agosto, após reunião conciliatória, Vargas optou por um afastamento temporário até que a questão do atentado fosse resolvida. Ao saber do acordo, alguns opositores se encaminharam ao Palácio do Catete e exigiram a renúncia, ao tomar conhecimento de tal ato, Vargas recolheu-se e suicidou-se em seus aposentos com um tiro no peito. Para Vianna e Villela (2011) a crise econômica e social do país que resultou no suicídio de Vargas não pode ser considerada consequência de uma “radicalização nacional-desenvolvimentista”, no entanto, sua carta testamento e a herança populista deixada acirraram as tensões sociais no país.

O suicídio de Vargas ficou marcado na história do país e desembocou em extrema comoção, o que possibilitou a formação de uma frente contrária ao golpe que se articulava já naquele ano, o que assegurou a manutenção da ordem constitucional no país e a posse do vice-presidente Café Filho (1899-1970). O suicídio de Vargas fortaleceu a defesa da democracia no país e impulsionou o crescimento da frente centro-esquerda que mais tarde foi responsável pela eleição de Juscelino Kubitschek (1902-1976).

1.1.3) O breve governo Café-Filho

Assegurar a democracia e permitir a posse do vice-presidente Café Filho poderia refletir em uma continuidade do legado varguista, no entanto, naquele período as eleições para presidente e vice ocorriam separadamente, o que permitia a eleição de candidatos com campo ideológico e partido distintos. Era o caso de Getúlio Vargas e Café Filho.

Apesar de Vargas e o PTB terem apoiado a candidatura a vice-presidência de Café Filho, os dois candidatos não estariam alinhados ideologicamente. Vargas resistiu ao apoio, pois a figura de Café Filho não agradava à igreja e os militares, a igreja pelo fato do candidato se

¹¹O Atentado da rua Tonelero, foi uma ação violenta, que visou o assassinato do jornalista e político Carlos Lacerda, um dos principais opositores do governo Vargas e figura clássica da UDN. O crime ocorrera na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, em frente à residência de Lacerda, na rua Tonelero, em Copacabana, Rio de Janeiro. O atentado culminou ainda na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz e no ferimento do guarda municipal Sálvio Romeiro. O acontecimento ganhou importância histórica por se constituir o marco da derrocada de Vargas.

declarar protestante e a favor do divórcio, e aos militares porque deixava clara sua campanha contra o cancelamento do registro do PCB¹².

Tais fatos conseguem explicar a inflexão ocorrida entre o governo Vargas e o governo Café Filho. Diante da grave situação cambial do país, oriunda dos preços do café, a nova política econômica tinha como principal intuito resolver a questão cambial no país. Para isso, Eugênio Gudin foi o escolhido para o Ministério da Fazenda. Vianna e Villela (2011) destacam a gestão Gudin como a que possuía um dos mais ortodoxos programas de estabilização na contemporaneidade brasileira. Para os autores, se o programa durasse mais tempo acarretaria forte queda no nível da atividade industrial do país.

Gudin, um liberal assumido e de grande prestígio junto à comunidade financeira internacional, tinha o objetivo de remover os obstáculos a livre entrada de capital estrangeiro no país. Ao passo que Vianna e Villela (2011) defendem ser sobre esse prisma que se deve entender a Instrução 113 da SUMOC, Caputo e Melo (2009) entendem o mecanismo como um reflexo do cenário internacional, criado para ampliar o papel do capital estrangeiro na economia industrial brasileira, defendem inclusive que a Instrução 113 favoreceu a construção do tripé da economia brasileira, onde há uma associação entre capital produtivo estatal, privado estrangeiro e nacional que se uniram no processo de industrialização.

O cenário era de restrição externa e incertezas, a necessidade de divisas para seguir com o processo de industrialização no país crescia, e é nesse contexto que Eugênio Gudin, promulga a Instrução 113 da SUMOC, em 17 de janeiro de 1955. A instrução autorizava a CACEX¹³ a emitir licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial, para Caputo e Melo (2009) a importação sem cobertura cambial evitava a restrição das divisas e o estrangulamento externo brasileiro, problema que se agrava ao longo dos anos. Para as autoras, o objetivo da equipe econômica com o novo mecanismo era aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, além de acarretar modernização rápida a indústria nacional. Essa nova maneira de atrair o capital estrangeiro facilitava o investimento no país, pois a burocracia era menor e a remuneração muito atraente¹⁴.

¹² Partido Comunista Brasileiro

¹³ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

¹⁴ Estes equipamentos e máquinas importados através da Instrução 113 eram contabilizados no ativo das empresas importadoras como investimento, numa taxa de câmbio livre, enquanto que a remessa de lucros e amortizáveis que as empresas faziam se dava com base numa taxa de câmbio preferencial; portanto, havia um diferencial cambial que favorecia este tipo de investimento (LESSA, 1981, p. 173, apud, CAPUTO E MELO, 2009, p.518).

O novo mecanismo era extremamente favorável ao investidor estrangeiro, que a partir de agora poderia internar bens de capital diretamente pela Instrução 113 e não necessariamente por recursos financeiros. No entanto, o que se observou no médio prazo, foi a entrada de bens de capital obsoletos, o que levava o brasileiro a desvantagem, pois apesar de obsoletos, também eram considerados investimentos. Vale salientar que, apesar de criada no governo de Café Filho, foi no governo seguinte que a Instrução 113 teve seu maior destaque, quando unida a outras formas de incentivo ao capital estrangeiro favoreceu o Plano de Metas desenhado por Juscelino Kubitscheck.

Para Caputo e Melo (2009), a Instrução 113 foi um elemento significativo na internacionalização da economia brasileira. As autoras defendem que o avanço no processo de industrialização do país foi influenciado não só pelos investimentos diretos oriundos do Estado, mas também em menor escala pelo capital internacional e privado nacional. Elas apontam que a chegada do capital estrangeiro se deu devido a uma mudança estrutural que ocorria na economia internacional: A expansão pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeu e japoneses. Salientam ainda a importância das políticas internas de atração destes capitais que eram vigentes no Brasil durante esse período.

Nestes anos dourados da industrialização nacional, nas palavras de Suzigan (1978, p. 47), já se identifica o traçado de uma política industrial desenvolvimentista: pelo sistema cambial que favorecia as importações de equipamentos e matérias-primas, pela tarifa aduaneira protecionista, pelos favores cambiais e financeiros ao capital estrangeiro e pela presença do Estado como empresário para os setores de infraestrutura e de linhas de financiamento via BNDE. Tais elementos favoreciam a estratégia do capital internacional de penetração no mercado nacional, de forma muito vantajosa para aquelas empresas. (CAPUTO E MELO, 2009, p.517)

Retornando ao cenário econômico do período, é possível dizer que a insatisfação dos cafeicultores com a taxa de câmbio e o início das pressões econômicas oriundas da proximidade de eleições presidenciais, levaram Gudin a pedir demissão do cargo. Visando acalmar os ânimos da elite cafeeira paulista, Café Filho nomeia o banqueiro José Maria Whitaker (1878-1970) como ministro da fazenda, que se manifestava constantemente em favor dos interesses das lavouras.

Whitaker foi responsável por abandonar a política de contenção do crédito oriunda da gestão anterior, em relação à política cambial seu interesse era instituir um mercado livre, unificando as taxas e procedendo a uma razoável desvalorização cambial. O novo ministro defendia que para tal seria necessária uma reforma no sistema tarifário brasileiro, de modo a garantir relativa proteção à indústria após a eliminação dos ágios cambiais.

De acordo com Vianna e Villela (2011), o economista Roberto Campos (1917-2001) foi o responsável pelo projeto de reformulação do sistema cambial brasileiro, que teria sido aprovado de maneira entusiasta pelo FMI. No entanto, ao encaminhar o projeto de Campos ao Congresso Nacional, Café Filho acabou com as chances de que o mesmo se realizasse, levando Whitaker a se demitir do cargo faltando três meses para o fim do mandato presidencial.

1.2) Juscelino, Jânio e Jango

De 1956 a 1964, o Brasil foi governado por Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (01/1961-08/1961) e João Goulart (1961-1964) respectivamente. O período foi marcado por profundas transformações no país, como a implantação da indústria pesada, a construção de uma nova capital federal e até mesmo uma mudança no sistema governamental foi realizada. Acerca da conjuntura econômica e política, o Brasil vivenciou os “anos dourados” com Juscelino, optou por “varrer” a corrupção com Jânio e se desesperou com o falso comunismo de Jango.

1.2.1) O mineiro que transformou o Brasil

Ao lançar sua candidatura através de uma coligação entre o PSD e o PTB, Juscelino Kubitschek defendia que o Brasil estava passando por um processo de transição entre um passado agrário e um futuro urbano e industrial, e por isso a mudança estrutural do país deveria ser aprofundada. Apesar de uma tentativa de golpe em sua posse, impedida pelo general Henrique Teixeira Lott (1894-1984)¹⁵, o mineiro de Diamantina se tornou presidente do Brasil. Para Villela (2011) a eleição de João Goulart (PTB), como vice-presidente, ratificou a herança do ‘getulismo’ no país presente na memória dos eleitores.

As dificuldades impostas à posse de Juscelino, já deixavam claras as adversidades políticas que ele enfrentaria, o novo governo era visto como uma ameaça por seus adversários

¹⁵ A eleição presidencial de 1956 foi acirrada, Juscelino se elegeu com 35,68%, com uma diferença de menos de 5% para o segundo candidato Juarez Távora da UDN. Diante de tal fato, Carlos Lacerda, figura central da UDN e sempre presente nos debates políticos do período, denuncia a eleição, alegando que Juscelino não havia recebido a maioria absoluta dos votos e por isso não poderia assumir a presidência. No entanto, seu argumento era inválido, dado que a Constituição de 1946 exigia para a eleição apenas a maioria dos votos. A objeção de Lacerda era resultado de seu receio com a eleição do mineiro, pois ela significava ressuscitar o que para os políticos conservadores já estaria enterrado com o suicídio de Getúlio Vargas, as ideias populistas varguistas. Entre o período da eleição e da posse de Juscelino, o país quase sofre um golpe, que só não ocorre porque o marechal Henrique Teixeira Lott, então ministro da guerra, assegura a ordem em um movimento que ficou conhecido como Contragolpe ou Movimento Preventivo, ao qual o objetivo era garantir a continuidade da legalidade no país e ratificar a posse de Juscelino.

liderados pela UDN. Diante do clima político hostil, o novo presidente precisava do apoio da opinião pública para se manter no cargo e garantir seu mandato, desse modo, optou por ousar e anunciar em seu programa de governo que seriam realizados 50 anos de progresso, em 5 anos de realizações, o famoso “50 anos em 5”. Ao apresentar os principais pilares da estabilidade política do governo Juscelino, Benevides (1976) ratifica a ideologia desenvolvimentista difundida durante o período visando legitimar e garantir o então presidente no poder.

Juscelino defendia que o Brasil vivenciava um atraso com relação aos outros países devido à importância do setor rural na economia e por isso seu objetivo estava em reverter essa realidade. Para isso ocorrer, utilizou de forte investimento público e privado nos setores industrial e de infraestrutura econômica.

É possível dizer que o novo governo sistematizou de forma clara um plano para alavancar e desenvolver a economia brasileira, dentre os principais objetivos do novo governo estavam a implantação da indústria pesada no país, da indústria naval e a construção da nova capital federal, Brasília. Os planos eram majestosos, no entanto, há de se destacar os gargalos que os projetos possuíam, que se destacariam de forma significativa no curto prazo, como exemplo é possível citar a questão do financiamento, a inflação e a balança de pagamentos.

1.2.1.1) O Plano de Metas

Como principal instrumento para a realização do “50 anos em 5”, Juscelino optou por criar o Plano de Metas, onde utilizaria de técnicas de planejamento para alcançar o tão sonhado desenvolvimento brasileiro. Apesar de sua fama e do caráter inovador, salienta-se que o programa baseado em metas não foi o primeiro esforço desenvolvimentista implantado pelo presidente. Enquanto fora governador de Minas Gerais, entre os anos de 1951 e 1955, Juscelino já havia adotado metas de desenvolvimento no estado, mais precisamente para as áreas de transporte e energia. Na gestão do país, ele ampliou seu escopo de metas, que se transformaram em 30 e deveriam ser realizadas em diversos setores da economia, nascia o Plano de Metas. Vale salientar que a construção de Brasília ficaria conhecida como a meta-síntese do plano, que englobaria inclusive a transferência da capital federal para a cidade.

De acordo com Benevides (1976), o Plano de Metas fora elaborado com base em diagnósticos e estudos realizados no país desde o início da década de 1940. Assim como Benevides (1976), Villela (2011) também destaca o importante papel da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) nesses diagnósticos para entender a problemática do crescimento econômico brasileiro, mais precisamente entre os anos de 1951 e 1953. Vale salientar que a

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o BNDE, também contribuíram para os estudos que definiram os principais pontos críticos da economia brasileira durante o período. Segundo Lessa (1982), a criação e organização do plano teria sido a mais sólida decisão consciente em favor da industrialização na história do país.

O objetivo do plano recém-criado era justamente superar os pontos críticos e dar fim aos problemas estruturais da economia brasileira que a impediam de crescer e se desenvolver. As metas seriam complementares, de modo que o investimento em um determinado setor pudesse refletir de forma positiva em outro, como exemplo é possível citar a meta de mecanização da agricultura e a meta da indústria automobilística, ao passo que a primeira se realizasse, o mesmo aconteceria com segunda, dado que a mecanização da agricultura pressupõe a fabricação de veículos como tratores.

As metas eram audaciosas e sua realização aconteceria em cadeia. Englobavam cinco setores básicos da economia: energia, indústria de base, transporte, alimentação e educação. No entanto, três setores específicos somaram 93% de todos os recursos públicos e privados alocados no programa, foram eles: transporte, indústria de base e energia, deixando alimentação e educação com apenas cerca 7% dos investimentos, como é possível observar na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Investimentos do Plano de Metas por setor (%)

Setor	% do investimento total
Energia	43,4
Transportes	29,6
Alimentação	3,2
Indústrias de base	20,4
Educação	3,4

Fonte: Lessa (1982)

Para a administração do Plano de Metas, Juscelino criou o Conselho do Desenvolvimento, órgão subordinado à presidência e que seria responsável pela coordenação e execução do plano. O conselho possuiria certa autonomia para viabilizar a realização e gestão dos projetos. Nomes como Lucas Lopes (1911-1994) e Roberto Campos (1917-2001) conduziram o conselho, que contava com o auxílio de especialistas de setores diversos relacionados às metas do plano.

Villa (2011) analisa os resultados de algumas metas, e é interessante notar a importância dada à energia elétrica e à construção de rodovias, ao passo que a primeira alcançou 82% da meta prevista e a segunda não só alcançou a meta como ainda produziu 38% a mais do que o

desejado. Tais fatores podem ser explicados mediante um mecanismo de expansão do consumo brasileiro, seja para carros, como para televisores e eletrodomésticos que dependiam do desenvolvimento desses setores.

O plano foi exitoso e responsável pelo crescimento do PIB do país entre os anos de 1957 e 1960, de acordo com Villela (2011) a economia brasileira cresceu 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4% respectivamente. A melhora nos indicadores sociais também merece destaque, a expectativa de vida do brasileiro aumentou, a taxa de mortalidade infantil caiu e foi durante esse período que o analfabetismo deixou de ser maioria entre a população com mais de 15 anos. Sobre as reformas estruturais as quais a economia brasileira passou, é possível salientar a mudança na participação de setores na atividade do PIB. Após a implantação do Plano de Metas, o setor agropecuário perdeu espaço para o setor industrial, desse modo os objetivos iniciais de Juscelino foram atendidos.

Sobre o sucesso na realização da maioria das metas, Ianni (1971) destaca que esse só foi possível devido ao contexto econômico internacional vivenciado no período, o sucesso do Plano Marshall acarretou uma busca dos norte-americanos para expandir suas fronteiras econômicas. Para o autor, o que havia naquele momento era um desejo norte-americano em realizar uma substituição do velho imperialismo, que se cristalizou em um maior envolvimento com assuntos econômicos em áreas subdesenvolvidas, criando relações de interdependência. De acordo com Ianni (1971), o aumento da interdependência entre o Brasil e os Estados Unidos concomitante a hegemonia norte-americana criou condições para que o Plano de Metas fosse realizado.

Apesar dos inúmeros benefícios que o plano acarretou a economia brasileira, há de se destacar também os pontos negativos do mesmo, que acabou usurpando uma questão específica e importante para a realização das metas, o financiamento. Dado que o Brasil sofria constantemente com crises cambiais e com a escassez de divisas, o financiamento do plano se deu de maneira inflacionária, com aumento do gasto público financiado pela expansão monetária e o aumento do crédito, que viabilizava o investimento privado.

Do ponto de vista da industrialização e do capitalismo brasileiro, com o governo Juscelino se inicia um novo ciclo de acumulação, com o início no Plano de Metas e se estende até o final do governo de Emílio Garrastazu Médici (1965-1985).

1.2.1.2) A política econômica do governo JK

Acerca da política econômica adotada durante o governo de Juscelino Kubitscheck, é possível dizer que essa fora condicionada a realização do Plano de Metas, havia engajamento e

apoio por parte da classe trabalhista, empresarial e militar para que a prioridade fosse o desenvolvimento econômico, no entanto, a pressão externa de órgãos internacionais cobrando a estabilidade e a rigidez política era alta. A tensão política econômica marcou o governo, que contou com três ministros da fazenda, José Maria Alkmin (1956-1958), Lucas Lopes (1958-1959) e Sebastião Paes de Almeida (1959-1960).

Ao assumir o poder, Juscelino se deparou com um cenário econômico crítico, o preço do café vinha sofrendo com uma crescente desvalorização internacional e o avanço do déficit orçamentário e da balança comercial era claro. O primeiro-ministro da fazenda foi José Maria Alkmin (1901-1974), que ao assumir, optou por romper com a política cambial adotada durante o governo Café Filho, que defendia a desvalorização da moeda nacional e o fim do regime de taxas múltiplas de câmbio. De acordo com Villela (2011), Alkmin optou por utilizar a política cambial como um instrumento crucial no projeto de plano de metas, o autor aponta também a dificuldade de se realizar política fiscal e política monetária no período.

Sobre os mecanismos utilizados, se destacou a Instrução 113 da SUMOC, já citada na seção anterior, que previa a importação de bens de capital sem cobertura cambial, ela foi essencial para o projeto industrializante de Juscelino e responsável por boa parte da atração de investimento externo direto que ingressou no Brasil entre 1955 e 1960.

De acordo com Villela (2011), cerca de 60% do IDE entrou no país sob forma de máquinas, veículos e equipamentos, tal fato refletia na principal crítica da esquerda à Instrução 113, pois se concedia um subsídio implícito ao capital estrangeiro, dado que a remessa de lucros era em câmbio mais favorável que o IDE. Caputo e Melo (2009) apontam que as metas referentes a alumínio, cimento, indústria automobilística e construção naval receberiam equipamentos através da referida política cambial; desse modo, a Instrução 113 pode ser considerada dispositivo legal no alcance das metas.

O compromisso com a realização do plano também se fez presente na política monetária adotada por Alkmin, no entanto, de maneira contraditória. Ao passo que o então ministro buscava conter o processo inflacionário através da limitação do processo de expansão da moeda, restringindo o crédito ao setor privado, também adotou medidas que viabilizavam recursos para o setor público e para atividades industriais estratégicas. Tais iniciativas esclareciam que a prioridade do governo Juscelino não era o combate à inflação.

A política econômica adotada por Alkmin passou a sofrer com constantes insatisfações, por parte de cafeicultores, trabalhadores assalariados e defensores de uma política econômica mais austera, que era o caso do economista Eugênio Gudim, crítico feroz da expansão inflacionária no período, resultado do aumento de gastos públicos, aumento das linhas de

crédito do Banco do Brasil e depressão no mercado externo. A alta inflacionária era uma ameaça para os planos do então presidente e a realização de seu programa de metas.

No mesmo período, o governo brasileiro pleiteou um empréstimo ao Eximbank dos EUA, visando prosseguir com o programa de metas e cobrir os investimentos previstos no plano de desenvolvimento. Em resposta, o banco optou por só conceder o empréstimo após uma autorização do FMI, que para avaliar as condições do país em honrar com o empréstimo solicitado, enviou em 1958 uma missão ao Brasil. A análise realizada pelo fundo sugeriu diversas alterações na atual política econômica brasileira e apontava a necessidade de uma condução econômica mais austera. Como exemplo de sugestões, é possível citar o respeito aos tetos inflacionários, suspensão de subsídios concedidos e contenção de salários. Diante de tantas exigências, Juscelino optou por trocar Alkmin por Lucas Lopes no Ministério da Fazenda.

Lucas Lopes assumiu em junho de 1958 e logo apresentou o Programa de Estabilização Monetária (PEM), que estava alinhado às exigências do FMI e defendia maior rigidez no controle orçamentário e no combate a expansão da inflação. O plano também contou com o apoio do então presidente do BNDE, Roberto Campos. Como instrumento para alcançar maior rigidez, o plano previa medidas austeras, como aumento de impostos e controle das linhas de crédito do Banco do Brasil, por exemplo.

A implantação do PEM ia contra os mecanismos que possibilitavam a realização das metas, além de provocar ruídos nas bases política e social que sustentavam o governo. Contraponto à austeridade defendida no PEM, em janeiro de 1959 Juscelino autoriza um aumento de 30% para o salário mínimo e pouco depois concede novos subsídios a cafeicultores e à importação de maquinário para a indústria de base. Villela (2011) afirma que os formuladores do PEM optaram por uma estabilização gradual, diferente do que o FMI havia imposto, o que não foi suficiente para que o presidente do Banco do Brasil, Sebastião Paes de Almeida (1912-1975) aceitasse tal proposta, ele vai contra as medidas do PEM e se recusa a impor maior rigidez na concessão de crédito ao setor industrial.

A implantação do PEM causou problemas ao governo¹⁶, que acabou optando por romper com o FMI em junho de 1959 e dar fim ao programa. Lucas Lopes foi substituído por Sebastião Paes de Almeida no Ministério da Fazenda e Roberto Campos exonerado. O novo ministro abandonou a austeridade e desenvolveu uma política que atendia as necessidades do

¹⁶Uma das medidas do PEM era o corte de subsídios concedidos pelo governo, como exemplo: trigo e petróleo. Dada a expansão automobilística do país, cortar o subsídio ao petróleo, um dos componentes da gasolina, tornaria o produto mais caro para os donos de automóveis e em relação ao trigo, o estrago seria ainda maior, pois afetava o preço do pão, alimento de grande consumo nas famílias brasileiras.

desenvolvimento brasileiro. Mais uma vez Juscelino deixa clara a maior importância dada ao desenvolvimento em detrimento da estabilidade e do ajuste macroeconômico. A herança deixada para o sucessor era de uma economia que crescia em média 8,2% ao ano, no entanto, com taxas de inflação anual em torno de 23% e profundo descontrole das contas externas.

1.2.2) O cometa Jânio

Após quatro de anos de profundas transformações políticas, econômicas e sociais com a eleição de Juscelino Kubitschek, é possível dizer que a eleição presidencial de 1960 foi resultado das mudanças ocorridas no país. A implantação da política desenvolvimentista adotada por Juscelino acarretou crescimento do país e em uma maior identificação das massas populares com o PTB, concomitante a esse fenômeno, a classe média pressionava por soluções mais eficazes em relação à inflação e à corrupção no país.

Diante de tal cenário, uma figura peculiar emergiu. Com seu estilo próprio, boa oratória, despenteado e com roupas simples, Jânio Quadros (1917-1992) (PTN¹⁷) se destacou e emplacou sua campanha. Suas características particulares atraíram a popularidade e a empatia por parte dos eleitores brasileiros, tal fato explica a formação de comitês por parte de populares que impulsionaram sua candidatura. Observando o cenário do período, é compreensível que um político como Jânio tenha se destacado, ele defendia em sua campanha a moralidade, o puritanismo e afirmava não estar ligado a nenhum partido político e ter autonomia em relação aos que o apoiavam. Como marco da campanha, a propaganda de uma vassoura para “varrer a corrupção do país”.

Vale salientar que, ainda em sua campanha, os posicionamentos de Jânio já se mostravam incoerentes. Ao passo que defendia a austeridade econômica e o saneamento das finanças públicas, também apoiava a reforma agrária realizada em Cuba após a revolução, a legalização do PCB e reconhecia a República Popular da China. Com suas dualidades, Jânio conquistou uma camada heterogênea de eleitores.

A preocupação com o futuro substituto de Juscelino também estava entre os grandes partidos brasileiros do período. A reeleição não era permitida, o que impedia o então presidente de concorrer à presidência logo após seu primeiro mandato. Em um primeiro momento, Juscelino buscou uma aproximação entre PSD, PTB e UDN, que viria com a candidatura do então governador da Bahia, Juracy Magalhães, no entanto, Carlos Lacerda, foi contra a

¹⁷ Partido Trabalhista Nacional

integração entre os partidos e exigia em público o apoio do partido à campanha de Jânio Quadros. Diante de tal frustração, o PSD lançou a candidatura do marechal Henrique Lott, o mesmo que assegurou a posse de Juscelino na última eleição, o objetivo era assegurar a máquina governamental a favor do partido e depois retornar ao poder com Juscelino nas eleições de 1965. No entanto, de acordo com Villela (2011), tais planos se esvaíram mediante um cenário de desgaste do governo Juscelino, que continha crise econômica e acusações de corrupção.

A campanha de Jânio ganhou força defendendo o equilíbrio entre o combate à inflação e a manutenção de taxas de crescimento econômico. Em relação à política externa, Manzur (2014) aponta que o candidato defendia que essa fosse independente e era a favor do reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e países socialistas, o controle de remessas de lucros para o exterior e o fortalecimento da Petrobras. Já a campanha do marechal Henrique Lott, enfrentou problemas para se alavancar. Além dos dois principais candidatos, a eleição de 1960 também contou com a participação de Adhemar Pereira de Barros (1901-1969), candidato pelo Partido Social Progressista e então prefeito da cidade de São Paulo.

Jânio Quadros foi eleito com 48% do total de votos na última eleição antes do Golpe Militar ocorrido em 1964, a próxima eleição direta no país ocorreria somente 29 anos depois. Henrique Lott ficou em segundo lugar com 32% e em terceiro Adhemar de Barros com 20%. Em relação à eleição para a vice-presidência, João Goulart (PTB) foi o escolhido pelo povo com 36,1%, derrotando os candidatos Milton Campos (1900-1972) (UDN) e Fernando Ferrari (1921-1963) (PDC). Apesar de pertencerem a partidos com campo ideológico distinto, Jânio e Jango chegaram a participar de comícios juntos e eram clamados pela classe popular como a dupla “Jan- Jan”.

1.2.2.1) A política econômica do governo Jânio Quadros

O cenário herdado por Jânio era de graves problemas macroeconômicos, apesar das taxas de crescimento positivas, os índices de inflação eram altos e a dívida externa do Brasil estava em torno de dois bilhões de dólares, o atual presidente atrelava as mazelas a ineficiência administrativa do governo anterior.

De acordo com Villela (2011), o plano governamental de Jânio não contava com um programa econômico como o anterior, o que dificultava o entendimento acerca de seus objetivos centrais. O novo governo possuía uma “difusa estratégia global” para o seu mandato, previam em um primeiro momento a estabilização da economia doméstica e a recuperação do crédito

externo, o que seria o ponto-chave para a retomada do crescimento. Para alcançar seus objetivos, Jânio apostou em uma equipe marcadamente ortodoxa, o Ministério da Fazenda ficou sob a responsabilidade de Clemente Mariani (1900-1981), um banqueiro e industrial pertencente a UDN e que atuou no governo Dutra como ministro da educação e no governo Café Filho como presidente do Banco do Brasil. Como diretor da SUMOC, Octávio Bulhões (1906-1990) foi o escolhido.

O início da nova gestão foi marcado por diversas medidas adotadas para criar uma imagem de inovação no governo, como exemplo é possível citar a abertura de inquéritos na SUMOC. A classe do funcionalismo público também sofreu com as medidas iniciais do governo Jânio que deu fim a alguns direitos da classe e exonerou servidores para cortar gastos da união com pessoal.

Jânio tinha o objetivo de centralizar os poderes adotando um mecanismo de decisões que diminuísse o peso do Congresso Nacional e expandisse a competência da presidência, no entanto, a centralização adotada contrastava com a falta de um planejamento econômico, há de se destacar que a Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) só fora formulada pouco antes do final do governo Jânio.

Ainda no primeiro ano de governo, o fortalecimento do movimento sindical e das ligas camponesas atrelado ao crescimento dos conflitos sociais acarretou em maior aderência popular ao movimento que clamava por reformas de base e reorganização institucional no país.

Em relação aos índices macroeconômicos, é possível dizer que em 1961 o Brasil ainda crescia em torno de 7%, no entanto, a dívida externa aumentava e o déficit orçamentário também, para cobrir as dívidas, mais papel moeda era emitido, o que estimulava o crescimento da inflação. Enquanto monetarista, Clemente Mariani optou por definir como metas de sua gestão a correção dos desequilíbrios orçamentários e do déficit do balanço de pagamentos como prioridade. Para tal, era necessária a contenção de gastos públicos, estímulo as exportações e restrição do crédito.

Jânio acatou as solicitações do ministro e anunciou as medidas de austeridade. O presidente optou também por uma reforma cambial, que fora implementada através das instruções 204, 205 e 208 da SUMOC, a reforma elevou o preço do dólar de 90 para 200 cruzeiros e suprimiu os subsídios para importação, unificando as taxas de câmbio. Essa reforma cambial atendia aos interesses dos credores internacionais e do setor exportador, ao passo que prejudicava os grupos nacionais que contraíram financiamentos externos a taxa anterior, que vinha sendo criticada e combatida pelo setor exportador.

Os partidos de oposição, mais precisamente os que defendiam as causas trabalhistas, foram contra a reforma cambial, pois os cortes de subsídios para artigos essenciais de consumo popular, acarretaram aumento do custo de vida. As medidas de austeridade também não agradaram os empresários brasileiros, que viam na redução do crédito uma barreira a expansão de seus negócios, dado que sua maior fonte era o Banco do Brasil e não o BNDE. Ao cortar o crédito e prejudicar a classe empresarial, Jânio deixa claro que esses também teriam que arcar com o ônus da austeridade em prol da estabilidade, o que resultou na perda de apoio da classe ao presidente. No entanto, esse conjunto de medidas agradou os credores estrangeiros e acarretou novos acordos financeiros que viabilizaram a prorrogação do pagamento de parcelas da dívida, além de conceder novos créditos ao país.

Apesar da renegociação da dívida externa, os reflexos negativos das reformas propostas por Clemente Mariani foram superiores e levaram até mesmo Jânio a criticá-lo por não conseguir conciliar o programa anti-inflacionário com o crescimento da economia. O então presidente chegou a se aproximar de economistas desenvolvimentistas defensores da ideia de que medidas de combate à inflação se tornavam inadequadas fora de um plano mais amplo, capaz de assegurar a ampliação de investimentos públicos e dar continuidade ao processo de industrialização.

Ao passo que Jânio buscou manter uma política interna conservadora e alinhada com os ideais aceitos pelos norte-americanos, no plano externo optou por uma política independente e aberta a relações com todos os países, Jânio seguiu com o plano de sua campanha de estabelecer relações com as nações do bloco socialista, o que foi alvo de críticas por parte de seus apoiadores que defendiam que a política externa também deveria estar alinhada aos Estados Unidos.

Quando questionado acerca de Cuba, Jânio deixou claro que o Brasil não teria condições de tomar quaisquer ações contra o regime castrista no momento. Segundo o presidente brasileiro, fazia-se necessário, em primeiro lugar, “controlar a situação econômica e social doméstica” para, posteriormente, agir no plano internacional. Subentende-se disso que Jânio estaria utilizando a sua Política Externa Independente, vista como progressista por grupos de esquerda, como proteção diante das críticas ao seu programa de austeridade econômica. (LOUREIRO, 2013a, p.552)

1.2.2.2) A renúncia

Após os primeiros meses de governo, Jânio não parecia satisfeito com as medidas que havia implantado e estava certo de que mais mudanças precisavam ser realizadas. O presidente acreditava que uma mudança mais rígida e profunda deveria acontecer. Em agosto de 1961, o

então governador do extinto estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foi a televisão acusar o governo federal de estar tramando e articulando um golpe, ao qual ele teria sido convidado para participar. De acordo com Lacerda, Jânio se queixava da dificuldade de governar com o congresso e pretendia realizar uma reforma na constituição que reforçasse o Poder Executivo. As declarações de Lacerda foram impactantes e acarretaram diversos questionamentos sobre o caso, levando deputados a exigirem esclarecimentos.

Ao tomar conhecimento das denúncias realizadas por Lacerda, Jânio já manifestava seu interesse na renúncia, o então presidente alegava que uma conspiração estava sendo formada contra ele. Muito se questiona sobre a real intenção de Jânio com a renúncia, diversas bibliografias defendem que a sua opção pela renúncia era, na verdade um blefe, visando que insistissem pela sua permanência na presidência, no entanto, não foi o que aconteceu.

Nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República. [...] Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, neste sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou difamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. (Carta renúncia de Jânio Quadros, 25/08/1961)

Para Villela (2011), o estilo de governo particular e independente que Jânio desenvolvia só seria possível mediante uma estrutura política autoritária, o que não era o caso, ainda. Para o autor, o mérito da política econômica de Jânio jamais poderá ser avaliado, pois ele não possuía base de apoio parlamentar no Congresso, que era dominado pelo PSD e PTB. Assim como um cometa, Jânio Quadros adentrou de maneira rápida na presidência do Brasil e causou profundos danos com sua renúncia.

1.2.3) O drama de Jango, o aprofundamento da crise e o golpe de 64

No mês anterior a renúncia de Jânio Quadros, um projeto aprovado pela Câmara dos Deputados viabilizava a viagem do então vice-presidente do país João Goulart junto a comissão econômica que seria enviada ao oriente e Leste Europeu visando buscar novas sociedades políticas e econômicas ao país. Por conta desse projeto, quando a renúncia acontece, Jango estava fora do país.

Segundo a constituição vigente, o vice-presidente deveria assumir a presidência em caso de renúncia, no entanto, as expectativas com a volta de Jango e sua posse acarretaram profunda

conturbação no país, ministros militares se uniram a uma parte das forças armadas e a civis antigetulistas para juntos se recusarem a dar a posse, sob alegação de que Jango significava uma ameaça à ordem do país e as instituições. Essa recusa já se configurava em um golpe. Como reação se origina a frente liderada por Leonel Brizola (1922-2004), conhecida como “Campanha da Legalidade”, que defendia a posse de Jango como previsto na constituição do país.

De acordo com Villela (2011), apesar da pressão oriunda dos militares, o Congresso Nacional não aceitou o impedimento apresentado contra a posse de Jango, e a partir de então se iniciou a discussão para chegar a uma solução conciliatória. As tensões chegaram a seu estopim, até que foi aprovada a Emenda Constitucional que implementou o parlamentarismo no país, o que levaria Jango ao poder, mas com certas limitações. Contra a vontade de Leonel Brizola, seu principal aliado, em 7 de setembro de 1961 João Goulart foi empossado como novo presidente do Brasil, tendo como seu primeiro-ministro Tancredo Neves (1910-1985).

1.2.3.1) Política econômica e desdobramentos do governo

Fonseca (2004) define o governo Jango como um dos mais conturbados da história republicana. Ao assumir, o novo presidente se deparou com a significativa instabilidade política e econômica, maior convulsão social e elevada politização das relações internacionais inerentes a Guerra Fria. Como principais desafios, é possível citar os problemas no balanço de pagamentos e a elevada inflação. A estratégia central de Jango estava em desarticular sua oposição e conseguir o apoio do centro sem abdicar da esquerda, de modo a ampliar sua base política.

Loureiro (2013a) salienta a drástica mudança ocorrida na relação Brasil e EUA entre os governos de Jânio Quadro (1960-1961) e João Goulart (1961-1964). Ao passo que no primeiro o programa de ajuda econômica do governo Kennedy (1961-1963) para a América Latina¹⁸ foi

¹⁸ A Aliança para o Progresso foi um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, enquanto visava frear o avanço do socialismo nesse continente. O governo norte-americano se disponibilizaria a fornecer assistência econômica aos países que se comprometessem a realizar uma revolução social, com o objetivo de manter a democracia. A partir do acordo, a ajuda financeira viria de acordo com o desempenho de cada país latino-americano em relação às metas estipuladas. De acordo com Loureiro (2013), apesar de o plano ser voltado para a América Latina, havia uma atenção especial ao Brasil, e essa se dava devido as suas dimensões continentais, abundância de recursos físicos e as diversas fronteiras com outros países. O autor salienta uma frase do então vice-presidente norte-americano Lyndon Baines Johnson (1908-1973) que reflete o temor de um governo comunista no país: “Se o Brasil virar comunista, teremos uma segunda China no mundo, e não uma segunda Cuba”.

crucial para garantir recursos a administração Quadros, o governo sucessor não contou com o mesmo auxílio. Os programas evoluíram de forma distinta e resultaram em contingenciamento de recursos ao país. Para o autor, o motivo de tal mudança não teria origens econômicas, mas sim, políticas e salienta que os contatos de Jango com grupos identificados como comunistas pelos norte-americanos teriam grande importância para tal.

Ao passo que Loureiro (2013a) destaca a falta de ênfase sobre a mudança entre a relação Brasil x Estados Unidos na mudança do governo Jânio para o governo Jango, Fonseca (2004) aponta a importância da política econômica adotada no governo de João Goulart e a constante troca de ministros da fazenda ocorridas no período, em 32 meses a pasta da Fazenda foi ocupada por cinco ministros diferentes, Walter Moreira Salles, Miguel Calmon, San Thiago Dantas, Carvalho Pinto e Ney Galvão.

O primeiro da lista, o banqueiro Walter Moreira Salles (1912-2001), foi escolhido com o objetivo de tranquilizar os setores conservadores em relação ao novo governo. O ministro formulou um programa de governo intitulado “Ação de Emergência”, onde reconhecia como principal problema do país o baixo crescimento do PIB, devido a problemas de financiamento dos investimentos. Moreira Salles tinha como objetivo implantar um receituário ortodoxo com corte de gastos e a redução do crédito, buscando a queda do déficit público.

Como pontos principais do novo programa de governo, é possível citar a política externa independente, assim como no governo Jânio Quadros, a defesa dos ajustes salariais conforme os índices inflacionário e as famigeradas reformas de base. Em particular, a questão agrária tinha considerável destaque, o que desagradava parte do novo ministério.

De acordo com Villela (2011), as pressões inflacionárias nesse período eram oriundas de diversas naturezas, como as desvalorizações cambiais e as remessas de lucros para o exterior, por exemplo. Contra as altas remessas de lucros, Jango decreta a Lei de Remessa de Lucros¹⁹, acentuando a insatisfação da classe empresarial, que já se posicionava contra o presidente mediante ao aumento de 40% concedido por ele ao salário mínimo.

A política adotada por Jango era dual e descrevia bem o cenário de divisão do país. A dualidade fica clara ao realizar um comparativo entre a política de redução na taxa de investimento do país em um momento de desaceleração do PIB e a relação existente entre o

¹⁹ O projeto da Lei de Remessa de Lucros havia sido enviado ao Legislativo ainda no governo Vargas. Após suavizado pelo Senado, voltou a votação na Câmara diante da atuação das bancadas de esquerda e nacionalista. Além de limitar o envio anual das empresas estrangeiras para o exterior, a título de lucro — no máximo 10% do capital trazido para o Brasil como investimento —, impediria que os reinvestimentos fossem incorporados a essa base de cálculo

Brasil e Cuba, a qual o governo norte-americano exigia o fim. Não é coerente um governo adotar austeridade e defender projetos de reforma agrária.

A crise financeira vigente era grave e Jango precisava convencer e legitimar suas intenções perante o FMI e os Estados Unidos, por isso realizou uma viagem ao país em abril de 1962 com o objetivo de buscar mais recursos financeiros, negociar a dívida externa e discutir temáticas polêmicas que dificultavam a relação entre os países. No entanto, Jango não obteve êxito em seus objetivos de viagem e ao retornar o cenário era caótico, o não reescalonamento da dívida e o aumento da inflação aprofundaram a crise econômica e a insatisfação da sociedade.

Ao passo que a crise se aprofundava em diversos âmbitos, o presidente se afastava cada vez mais do grupo de ministros que eram contra suas iniciativas, as contradições aumentaram e acarretaram demissão de todos dos do gabinete Tancredo ainda no ano de 1962. Um novo gabinete fora instalado e Jango firmou seu compromisso com o combate à inflação. Ele também tinha o objetivo de antecipar para dezembro o plebiscito que decidiria se o parlamentarismo continuaria em vigor no país, em um primeiro momento, o plebiscito estava marcado para o ano de 1965. Os ministros militares também pressionavam pela antecipação do plebiscito, acarretando determinação do Congresso para que ele ocorresse até 30 de abril de 1963.

Brochado da Rocha (1910-1962) assumiu o gabinete após a saída de Tancredo, no entanto, renunciou ao cargo doze dias antes de sua morte, o que levou Jango a nomear Hermes de Lima (1902-1978) como novo primeiro-ministro e responsável por montar o time provisório que vigoraria até a decisão do plebiscito. O foco de Jango estava na campanha pelo retorno do presidencialismo, para tal, buscou a mobilização dos principais setores sociais com o objetivo de ratificar a importância do poder executivo em uma conjuntura como a do período. Diante da aproximação do plebiscito que decidiria o novo sistema governamental do país²⁰, Jango lança um novo plano econômico, buscando a vitória do presidencialismo para que finalmente pudesse obter poderes plenos no país. Em dezembro de 1962, é apresentado o Plano Trienal, que buscava conciliar crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação.

O responsável pelo plano foi Celso Furtado (1920-2004), então ministro extraordinário para assuntos de desenvolvimento econômico, ele defendia que o plano seria uma opção a ortodoxia imposta pelo FMI. No entanto, há de se salientar que o plano também possuía componentes de austeridade, ou seja, era um plano híbrido, com elementos desenvolvimentistas e ortodoxos.

²⁰ Após a mudança para o parlamentarismo, ficou decidido que mais tarde um plebiscito decidiria o novo sistema governamental do país.

[...] contra a ortodoxia dos monetaristas, esposada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia com relativa estabilidade sem impor-lhe a purga recessiva. (FURTADO, 1997, P. 244, apud, VILLELA, 2011, p. 38)

Em janeiro de 1963 os brasileiros aptos a votar escolheram o presidencialismo como sistema de governo do país, concedendo maior poder a Jango, talvez um dos poucos momentos de felicidade do gaúcho no poder.

Apesar do esforço de Jango e Furtado em desenvolver o Plano Trienal, ele é abandonado rapidamente, e um dos motivos que Villela (2011) aponta para tal é que a retomada de investimentos pressupunha o aumento das importações, e viabilizá-las requeria pelo menos condição de pagamento no déficit de transações correntes, que o país não possuía. O então ministro da fazenda, San Tiago Dantas (1911-1964), tentou em nova viagem aos Estados Unidos uma rodada de investimentos para o país, no entanto, não obteve sucesso.

De acordo com Loureiro (2013), o suporte financeiro do governo Kennedy ao Plano Trienal foi consideravelmente reduzido se comparado ao período do governo Jânio. O autor aponta que ao final do ano de 1962 decidiu-se conceder recursos ao país, no entanto, esses seriam condicionados a um conjunto de medidas austeras, atrelado ao pagamento de indenizações a empresas norte-americanas. No entanto, Loureiro indica o interesse econômico privado nessas ações, o que para ele confirmava sua indispensabilidade. Para o autor, os norte-americanos exigiam que Goulart cedesse em todos os aspectos, no entanto, o presidente não estava disposto a tal flexibilidade, o que acarretou abandono do Plano Trienal.

O fracasso do plano levou o governo Jango a um profundo esgotamento e à perda de apoio político. O presidente sofria com pressões oriundas de sua base política e pressões econômicas internacionais. Ao final de 1963, perde o apoio do PSD, o que faz com que se intensifique a busca de apoio pela reforma agrária e o teor nacionalista, é nesse momento que o governo incorpora à nacionalização de refinarias de petróleo e se pauta inteiramente nas reformas de base que sobraram do extinto Plano Trienal: Reforma agrária, financeira, tributária e educacional, por exemplo. Todas essas reformas eram necessárias, mas a primeira era a grande causadora de todo conflito e tensão política no país.

Para Sérgio Monteiro e Pedro Dutra Fonseca, o Plano Trienal teria sido formulado com o intuito de garantir “legitimidade” ao governo brasileiro junto a credores internacionais. A partir do momento, porém, em que as condições domésticas teriam se tornado desfavoráveis, sobretudo no que se refere às pressões de trabalhadores e empresários, o governo Goulart, como todo governo “populista”, teria deixado de “parecer forte”, abandonando o programa de estabilização e voltando a privilegiar

políticas expansionistas em prol do crescimento econômico. (LOUREIRO, 2013b, p.674)

Para Loureiro (2013b), o Plano Trienal foi o mais importante elaborado até então para sanar os problemas de inflação e desequilíbrio no balanço de pagamentos do país. O autor aponta que o insucesso do plano, que durou apenas seis meses, teria contribuído de forma significativa para a instabilidade política e econômica no país que culminou no golpe de 1964. O autor concorda com a literatura que aponta os problemas domésticos como o grande vilão do Plano Trienal, no entanto, salienta que esses fatores internos só fazem sentido ao englobar as relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período.

De acordo com Monteiro (1998, apud Fonseca 2004) tanto no período do parlamentarismo quanto do presidencialismo, o governo de Jango foi marcado por uma política de estabilização ortodoxa que, no entanto, não foram mantidas em ambos os períodos devido à priorização de uma política de prioridade ao crescimento acelerado e de combate ao desemprego.

1.2.3.2) O golpe militar de 1964

Ao mesmo tempo, em que o governo intensifica sua aposta nas reformas de base, o movimento que conspirava contra Jango desde sua posse ganhava força e planejavam sua deposição. Com a guerra fria em ascensão e o mundo cada vez mais polarizado entre capitalismo x socialismo, Jango era classificado de forma errônea como comunista pelos conservadores, o que fez crescer certa ojeriza ao então presidente por parte da sociedade civil, mais precisamente a classe média brasileira, que se reunia em manifestações contra o presidente.

Em 13 de março de 1964, Jango realiza um comício na Central do Brasil²¹ e anuncia todas as reformas de base que estavam presentes no Plano Trienal, além de destacar a desapropriação de hectares de terra com a finalidade de reforma agrária.

A 13 de Março, Goulart compareceu ao comício organizado pelas forças de esquerda, assinando decretos que determinavam a encampação das refinarias particulares e a desapropriação de terras beneficiadas por investimentos públicos. A radicalização tornou-se ostensiva: as forças conservadoras responderam com manifestações que mobilizaram maciçamente a classe média e explicitaram o isolamento político do Presidente e a debilidade do seu apoio político e militar. (ABREU, 1990, P. 211).

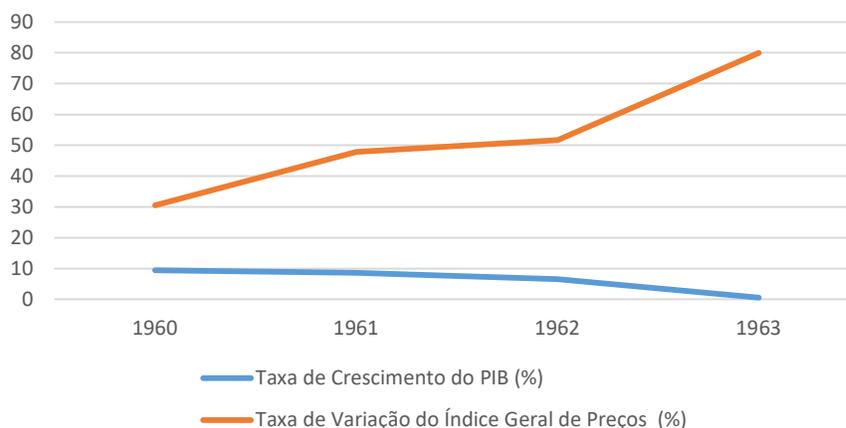
Villela (2011) destaca que em meio a essa conturbação política, crescia entre os militares a preocupação com a penetração ideológica esquerdista dentro das forças armadas, receosos com uma possível perda da disciplina a hierarquia militar, o que dificultaria o controle. Por conta dos conflitos, foi sendo descartada a opção de resolver a situação de forma democrática. A direita consegue se aliar aos conservadores moderados e implantar sua ideia de que só um golpe militar iria purificar a democracia, colocando um fim a luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. O ponto final desse conturbado e trágico cenário político se deu em 1º de abril de 1964, com o golpe civil-militar que derrubou o então presidente João Goulart.

Para uma visão geral da taxa de crescimento do PIB e da inflação no período do governo Jango, é possível observar no Gráfico 1. Além da tensão política, o início da década foi marcado

²¹ Estação central de trem localizada no Rio de Janeiro e onde se concentram grandes massas de trabalhadores.

por baixa variação no crescimento do PIB e uma significativa elevação no índice geral de preços (IGP)²², indicando alta da inflação.

Gráfico 1: Taxa de Crescimento do PIB e Índice Geral de Preços (1960 a 1963)



Fonte: IPEADATA

O período foi marcado por uma relevante discrepância entre os dois indicadores macroeconômicos, tal discrepância se acentuou entre os anos de 1963 e início de 1964, o que acarretou denominação do período como estado de “estagflação”, estagnação das atividades econômica atrelada ao aumento da inflação. Esse era o cenário a ser enfrentado pelos militares.

Sobre o período em que Jango esteve no poder, é possível dizer que dentre os estudiosos da temática prevalece a leitura que o responsabiliza de forma direta ou indireta pelo fracasso nas reformas de base, deterioração dos índices macroeconômicos e até mesmo pela ruptura democrática ocorrida com o golpe de 1964.

1.3) Recessão, Estabilização, Crescimento e Repressão: O Brasil sob o comando dos militares

Após o golpe civil-militar ocorrido em 1964, o Brasil viveu durante 21 anos sob o comando dos militares, no entanto, essa pesquisa abordará 1/3 desse período, que equivale até

²² O IGP foi criado ao final dos anos de 1940 como uma medida abrangente do movimento de preços. Entendia-se por abrangente um índice que englobasse não apenas diferentes atividades como também etapas distintas do processo produtivo. Desse modo, o IGP poderia ser usado como deflator do índice de evolução dos negócios, daí resultando um indicador mensal do nível de atividade econômica. O IGP é a média aritmética ponderada de três outros índices de preços. São eles: Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

o ano de 1973. Os 9 anos abordados foram marcados por distintos períodos econômicos que combinaram estabilização e crescimento acelerado. Como destaque, o aumento da repressão e a significativa melhora do cenário internacional. Três presidentes dividiram o comando do país, Humberto de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici.

1.3.1) O PAEG e as reformas estruturais

O primeiro presidente instituído pelo regime militar foi o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que assumiu o governo em 15 de abril de 1964. Sua equipe econômica foi formada por dois economistas de perfil ortodoxo, Roberto Campos e Octávio Bulhões, ministro do planejamento e da fazenda respectivamente. A escolha já deixava claro que mudanças viriam no manejo da política econômica.

Foi estabelecido como foco principal o combate gradual à inflação, a expansão das exportações e a retomada do crescimento. A política econômica do governo Castello foi restritiva, opção feita para enfrentar as condições do cenário de desequilíbrio monetário e externo do início do período. Apesar da forte repressão à sociedade civil, a política econômica adotada pelo governo não encontrava resistência formal de classes como a empresarial, por exemplo, para Hermann (2011), tal fato ocorria porque diante de um possível conflito distributivo a opção deveria ser a favor dos lucros, em detrimento dos salários, ou seja, favoreceria os empresários.

Logo ao início do governo Castello, Roberto Campos apresentou um diagnóstico da economia brasileira ao então presidente, o documento intitulado “A Crise Brasileira e Diretrizes de Recuperação Econômica”, continha as principais ações defendidas por Campos para a superação da crise, como o lançamento de um plano de emergência destinado ao combate eficaz da inflação e o lançamento de reformas estruturais. O ministro defendia que os déficits governamentais alimentavam a expansão dos meios de pagamento, o que acarretava aumento de salários. Para ele, o país sofria uma inflação de demanda.

De acordo com Hermann (2011), as diretrizes traçadas por Roberto Campos inspiraram as principais medidas de austeridade do plano econômico implantado no governo Castello Branco, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Resende (1990) define o PAEG como principal acontecimento da gestão. As principais propostas do PAEG se encontram em Hermann (2011) e Resende (1990): Ajuste fiscal com base em aumento de receita e de contenção de gastos, taxas decrescentes da expansão dos meios de pagamento, controle do

mercado creditício e aumento dos salários reais proporcional à previsão do crescimento econômico. Essas medidas se concretizaram em “reformas estruturais”, que reuniram reformas tributária, financeira e salarial.

O grande objetivo do plano era conter de maneira progressiva o processo inflacionário e já visava razoável equilíbrio no ano seguinte. A retomada do crescimento econômico também era planejada, assim como a atenuação dos desníveis econômicos setoriais e regionais mediante melhoria da qualidade de vida da população. Hermann (2011) defende que apesar da austeridade monetária e fiscal, o plano previa taxas reais de crescimento do PIB de 6% já no biênio 1965-66. Resende (1990) afirma que o combate à inflação estaria qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva.

Os responsáveis pelo plano defendiam que reformas deveriam ser estabelecidas para atuar de forma conjunta as políticas fiscal, monetária e cambial, de modo a controlar o nível de inflação e alcançar crescimento econômico. Para elucidar as reformas ocorridas no plano é necessário compreender a orientação ideológica de seus formuladores, que defendiam a ação estatal em prol de estimular a iniciativa privada. Ou seja, defendiam um governo que aumentasse os incentivos para o investimento privado e, através desse investimento, impulsionasse o desenvolvimento econômico.

1.3.1.1) A nova política salarial e a reforma na regulação do trabalho

Segundo o diagnóstico da equipe econômica, em 1964, somente os preços dos salários não estariam defasados em relação à inflação. Eles defendiam que os salários nominais estavam em ascensão desde o governo João Goulart, causando alteração no nível de preços. Outro ponto que incomodava a nova equipe econômica, era a estabilidade alcançada pelo trabalhador após dez anos de serviço na mesma empresa, o que segundo eles afetariam o estímulo à produção. Desse modo, defendiam uma nova política salarial e uma reforma trabalhista com o intuito de dinamizar o setor e estimular o aumento da produtividade sem elevar os salários.

Antes de apontar as reformas inerentes ao trabalho e ao salário, é necessário salientar que a primeira medida tomada pelo regime militar foi a implementação da Lei de Greve, em 1 de junho de 1964, que de acordo com Barone, Bastos e Mattos (2015b) “proibia explicitamente greves de servidores públicos das três esferas de governo (...) e também greves de uma ampla gama de serviços definidos como fundamentais”.

A promulgação dessa lei antes da realização de reformas demonstra o caráter estratégico por parte do então governo, ao passo que mesmo insatisfeitos com as mudanças que ocorreriam, trabalhadores não poderiam expor sua insatisfação realizando greves, o que daria margem aos formuladores das reformas para agirem conforme seus interesses.

Resende (1990), destaca que a política salarial do PAEG era bem definida e possuía como base três pontos principais:

(i) manter a participação dos assalariados no produto nacional; (ii) impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário; e (iii) corrigir as distorções salariais, particularmente no Serviço Público Federal, nas Autarquias e nas Sociedades de Economia Mista. (RESENDE 1990, P. 216).

De acordo com Resende (1990), com o auxílio de Mário Henrique Simonsen, economista também ortodoxo, que participava da equipe econômica, foi criada uma fórmula de reajuste salarial que considerava: 1) o salário médio real dos 24 meses anteriores ao mês da realização do reajustamento; 2) a taxa de produtividade atrelada ao trabalhador; 3) a metade da média inflacionária prevista pelo governo para o próximo ano (resíduo inflacionário). Assim ficava estabelecida a tradição da anuidade dos reajustes.

Dentre as medidas estabelecidas para o cálculo do reajuste salarial, a mais questionada foi a terceira, dado que os salários não seriam reajustados de acordo com o último pico real. A equipe econômica argumentava que o objetivo era diminuir a inflação com o processo de estabilização, desse modo, não faria sentido reajustar o salário se baseando no anterior, mas sim na previsão.

Em um primeiro momento, no ano de 1965, esse novo cálculo de reajuste validou-se sobre o departamento da Administração Pública Federal, recaindo também sobre os servidores estaduais e municipais. No entanto, de acordo com Resende (1990), a eficácia do novo instrumento de repressão salarial, atrelada a um regime ditatorial e a impossibilidade de greves, estendeu o mecanismo ao setor privado já em 1966. O novo mecanismo de reajuste substituiu as negociações diretas entre empregados e trabalhadores, o que deteriorou o poder de barganha desses sindicatos, já prejudicado com a Lei de Greve.

Apesar do esforço da equipe econômica para ratificar a importância da nova política salarial como um dos instrumentos para a volta do crescimento e do desenvolvimento econômico, o que se observou na prática foi uma perda de salário real. Tal fato era resultado da discrepância entre a inflação prevista para realizar o reajuste e a inflação efetiva, que era maior. De acordo com Oliveira (1981, p.40 apud Barone, Bastos e Mattos, 2015b, p. 4), “a estimativa

de inflação para os anos 1965, 1966 e 1967 seria de, respectivamente, 25%, 10% e 5%; no entanto, a inflação efetiva foi de, respectivamente, 46%, 41% e 25% nesses mesmos anos. Nesse contexto, o salário mínimo real sofreu uma queda de 42,5% entre 1964 e 1968”.

Segundo Hermann (2011), a correção pela média do salário real é coerente como estratégia para conter o conflito distributivo, entretanto, divide o ônus da inflação entre empregados e empregadores. Como o período de cálculo desse salário real é um período de aceleração inflacionária, haverá ganho para os lucros porque a média do salário real no período (geralmente de 1 ano) ficará menor em relação ao que seria em outros cenários. Com a implementação do PAEG, foram escolhidos os dois anos anteriores como referência de reajuste, diante da alta inflacionária ocorrida entre 1962 e 1964, os salários são penalizados.

No tocante a rede privada, uma importante reforma foi instituída como resultado da insatisfação da equipe econômica com a estabilidade adquirida pelo trabalhador após dez anos na mesma empresa, citada ao início da seção. Em 1º de janeiro de 1967, entra em vigor o recém-criado Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Formulado por Roberto Campos, o objetivo do novo fundo era facilitar a demissão de trabalhadores, dinamizar o mercado de trabalho e financiar a construção de imóveis²³.

No entanto, para viabilizar a criação do novo fundo, foi necessário dar fim a dois artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): o que previa ao funcionário indenização de um mês de salário por ano trabalhado, em caso de demissão imotivada, e o que assegurava estabilidade no emprego ao trabalhador do setor privado que completasse dez anos na mesma empresa. Os dois direitos seriam substituídos pelo FGTS.

Desse modo, as empresas passariam a depositar 8% do salário de seus funcionários em uma conta individual, em caso de demissão imotivada, o trabalhador poderia resgatar esse dinheiro. O saque também seria possível para comprar a casa própria, através do também recém-criado Banco Nacional da Habitação (BNH), que se tornou o gesto do saldo acumulado das diversas contas, usado no financiamento da construção de imóveis e impulsionando o setor da construção civil.

Apesar da proposta inicial de criação do FGTS²⁴, enviada ao Congresso, prever que os novos contratados poderiam escolher entre a estabilidade e o novo fundo, na prática, essa escolha não passava de uma ilusão, pois as empresas só contratavam os empregados que abrissem mão da estabilidade em prol do FGTS. O verdadeiro detentor do poder de escolha era

²³ O Brasil sofria com problemas habitacionais no período e vivenciava uma crise no setor de construção civil.

²⁴ Projeto de Lei 10/1966

o empregador, e não o empregado. Como parte de seu receituário, os militares utilizaram da mídia e da propaganda para convencer os trabalhadores que a estabilidade não era um benefício favorável de fato e que o FGTS acarretaria mais vantagens para eles.

De acordo com Hermann (2011), a equipe econômica tinha aversão a estabilidade do trabalhador, pois a considerava um entrave ao aumento do emprego e do crescimento econômico. A introdução do FGTS promoveu maior flexibilidade na contratação individual de trabalhadores e diminuiu o tamanho dos sindicatos. O depósito no fundo concedeu ao Estado a posse de toda essa retenção e tornou-se um meio de obtenção de poupança forçada. O que se observa é uma perda do poder de barganha do trabalhador, que passa a ter de se submeter a baixos salários, sem direito a greve e sem a estabilidade.

É importante frisar que de acordo com Souza (1980, apud Barone, Bastos e Mattos, 2015b, p. 6), “todas as remunerações do trabalho, seja ele autônomo ou não, gravitam em torno ou são efetivamente determinadas pelo valor do salário mínimo. A nova fórmula de reajuste dos salários foi indiretamente também estendida aos rendimentos de todo e qualquer trabalho, já que o salário mínimo serve como base na determinação de todos esses rendimentos. Sendo assim, essa perda de salário real sinaliza um problema ainda mais profundo”.

A partir de 1964, com a implantação das medidas citadas anteriormente, há um achatamento do nível de salários na economia brasileira, o que acarretou queda no poder de compra das famílias, que solucionavam o problema incorporando mais membros ao mercado de trabalho. Tal ação poderia inclusive conceber a ilusão de aumento da renda disponível. A medida que os salários se achatavam, a quantidade de mão-de-obra ofertada se expandia. Vale salientar que a deterioração do perfil distributivo ocorrida com a retração de salários, foi impulsionada mediante a estrutura do mercado de trabalho pré-existente no país, composta em sua maioria por força de trabalho excedente e desqualificada.

1.3.1.2) A reforma tributária

Sobre a reforma tributária ocorrida no PAEG, é importante ratificar a importância do mecanismo de correção monetária, tanto nessa reforma como na reforma financeira que será abordada na próxima seção. A correção monetária induzia os contribuintes a não postergarem o pagamento dos impostos, prática comum até então²⁵. Assim, de acordo com Barone, Bastos

²⁵ Diante da alta inflação, muitas vezes era compensatório o atraso do pagamento dos impostos porque o sistema tributário não previa multas que penalizasse, de fato, os inadimplentes. As multas existiam, porém, não sofriam correção inflacionária.

e Mattos (2015b) a instituição da correção monetária de impostos e de multas elevadas implicou em maior arrecadação do Estado, sendo complementada posteriormente com a criação das reformas estruturais do sistema tributário que foram implementadas em 1966. Foi implantada também a criminalização legal de sonegação ou atraso do pagamento dos impostos.

De acordo com Barone, Bastos e Mattos (2015b), a equipe econômica Campos e Bulhões, defendia que o sistema tributário brasileiro deveria ser aperfeiçoado para tornar-se adequado à economia industrial que se instalava no país desde os anos 1950, garantindo também os gastos com infraestrutura demandados por essa urbanização crescente.

O objetivo central da reforma tributária ocorrida era expandir e organizar a arrecadação de impostos do Estado, de modo a racionalizá-lo. Uma maior arrecadação implicaria em maior capacidade de ampliação dos gastos públicos, de forma a impulsionar o padrão de acumulação capitalista que os militares desejavam alcançar. A reforma contou com a extinção e a criação de novos impostos.

Barone, Bastos e Mattos (2015b) destacam o fim dos impostos em cascata²⁶, que para eles seriam incompatíveis com uma economia baseada no desenvolvimento industrial, além de acarretarem distorções nos preços relativos, pois cadeias produtivas mais longas apesentavam preços mais elevados em seu produto final. Desse modo, esse imposto foi substituído pelo imposto sobre valor adicionado. Salientam ainda o fim de impostos sem funcionalidade econômica, como o imposto do selo, o imposto sobre diversões públicas e o imposto sobre indústrias e profissões.

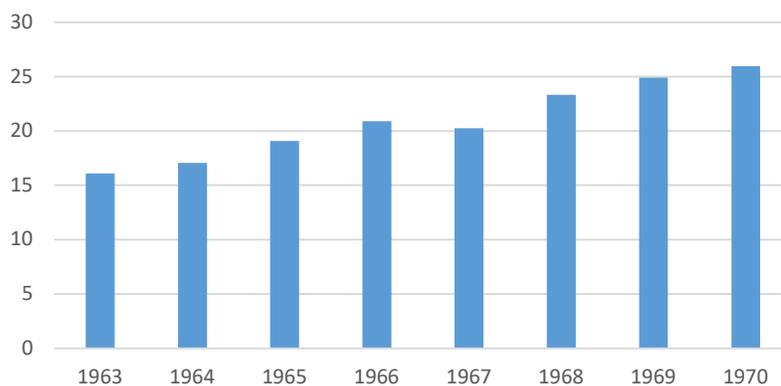
Em relação aos novos impostos sobre o valor adicionado criados, é possível destacar o ICM (imposto sobre circulação de mercadorias), IPI (imposto sobre produtos industrializados), o ISS (imposto sobre serviços) e a ampliação da arrecadação via Imposto de Renda. Hermann (2011) aponta também a criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), através do qual parte da arrecadação federal era repassada às demais esferas de governo, ilustrando o caráter centralizador do ponto de vista federativo. Além da mudança quantitativa de tributos arrecadados, houve também uma mudança no perfil dessa arrecadação, em favor da esfera federal e os impostos indiretos, geralmente incidido sobre a produção, circulação e consumo de bens ou serviços.

²⁶ Impostos que incidem sobre todas as etapas de fabricação de um produto, de modo cumulativo. Ao incidir sobre cada etapa da cadeia produtiva, esse imposto acaba sendo incidido sobre o próprio imposto que foi pago na etapa anterior, por isso o nome de efeito cascata. Esse tipo de imposto estimula uma concentração vertical do processo produtivo, ou seja, uma empresa se fundia a empresas de setores específicos de sua produção a fim de exterminar o pagamento diversas vezes para a produção de um determinado produto.

Segundo Resende (1990), a contenção dos gastos governamentais foi bem-sucedida, tendo os impostos diretos e indiretos também expandidos. O autor destaca o declínio ocorrido no déficit ao longo de todo governo Castello Branco, em 1963 ele era de 4,2% e chega a 1,1% em 1966. Destaca também a mudança ocorrida na forma de financiamento desse déficit, que desde 1960, era integralmente financiado por emissão de papel-moeda, o que, segundo a Teoria Quantitativa da Moeda, gera um problema inflacionário. No entanto, Resende (1990) destaca que já em 1965, 55% do déficit era financiado através da venda de títulos da dívida pública e, em 1966, esse número chega a 100%. Para Hermann (2011) esse teria sido o principal legado dessa reforma, porque a efetiva criação de um mercado de dívida pública, possibilitou o financiamento não monetário dos déficits públicos.

O gráfico a seguir, apresenta a trajetória da carga tributária bruta brasileira a partir de 1963:

Gráfico 2: Evolução da carga tributária bruta no Brasil (em % do PIB)



Fonte: IBGE

A partir do gráfico, é possível observar que a receita total oriunda de impostos cresceu quase 10% em um período curto, menor que um decênio. A evolução positiva pode ser explicada pelo caráter sofisticado adquirido a carga tributária após a reforma e a redução dos impostos inflacionários. No entanto, há de se destacar o forte caráter concentrador de renda e de patrimônio inerente a essa reforma. Barone, Bastos e Mattos (2015b) destacam que diferente da maioria dos países desenvolvidos, no Brasil os impostos indiretos constituem uma considerável parcela do valor total da arrecadação, o que caracteriza o sistema tributário do país como altamente regressivo.

Para Varsano (1997), a reforma tributária adquiriu impulso, pois passou a encontrar menos obstáculos institucionais e políticos, o novo sistema implantado deu prioridade a

medidas que contribuíssem de forma imediata para a reabilitação das finanças federais e para o alívio tributário dos setores empresariais, que constituíam a base política para que o regime militar se sustentasse.

Vale salientar que além do caráter regressivo que a reforma continha em relação à arrecadação, a qualidade do gasto público também se modificou, diminuíram de forma substancial as parcelas que se destinavam ao bem-estar social, por exemplo. Sendo assim, é possível dizer que apesar de a reforma tributária ter alcançado sucesso no tocante ao aumento da carga tributária, ela também acarretou uma piora na distribuição da renda brasileira.

1.3.1.3) A reforma financeira

Em relação ao Sistema Financeiro do país, é possível dizer que até 1964 a precariedade era sua principal característica, o Brasil não possuía sequer um Banco Central, o que levava o Banco do Brasil a acumular diversas funções, como a responsabilidade de emissão e controle monetária, que se dividia entre o banco, o Tesouro Nacional e a SUMOC. Diante desses problemas, o objetivo da reforma financeira era complementar o Sistema Financeiro Brasileiro.

Como solução, Hermann (2011) apresenta a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) em substituição à SUMOC, com funções normativa e reguladora da política monetária e a criação do Banco Central do Brasil (BACEN) como executor da política monetária. No entanto, Araújo (2017) constata que apesar da criação do BACEN, o papel do Banco do Brasil como autoridade monetária não se extinguiu, pois foi criada a conta movimento, mecanismo que garantia ao Banco do Brasil o nivelamento automático do nível de suas reservas bancárias junto ao Banco Central, pagando taxas de juros ínfimas. Ao garantir ao Banco do Brasil acesso a uma fonte de recursos barata, era possível acomodar a demanda por crédito a qualquer nível, oferecendo crédito e financiamento a taxas de juros abaixo das de mercado, sem incorrer em prejuízos. Na prática, o Banco do Brasil continuou a atuar como autoridade monetária, já que o nivelamento automático de suas reservas bancárias o permitia operar sem as restrições impostas às demais instituições bancárias.

Também houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de orientar, disciplinar e incentivar a formação de poupança. Sobre a criação do BNH, é possível dizer que o FGTS criado na reforma trabalhista funcionou como fundo de financiamento para o banco, criando uma estrutura para o desenvolvimento da construção civil no país. Segundo Barone, Bastos e Mattos (2015b), os objetivos legítimos da criação do sistema era o

financiamento de imóveis para as classes mais pobres, com o argumento de que os 8% do FGTS retido na fonte do salário de cada trabalhador representaria um “salário indireto”, de forma a concretizar o sonho da casa própria. Assim, de acordo com a equipe econômica, o problema da perda de salário real devido à nova fórmula de ajuste salarial também seria compensado pela provisão de moradia.

Os novos mecanismos de financiamento oriundos da reforma, permitiram a expansão do consumo de bens de duráveis, especialmente automóveis de montadoras multinacionais. A criação de consórcios, foi crucial para possibilitar que trabalhadores de classe média tivessem acesso a um bem de valor não compatível ao seu salário. A citação a seguir destaca a fala de Mário Henrique Simonsen sobre a criação dos consórcios:

Novas indústrias que se haviam instalado no país, como a automobilística, a de máquinas e a de eletrodomésticos, ressentiam-se da falta de um mecanismo que pudesse assegurar o financiamento de suas vendas pelo sistema de crédito ao consumidor (Simonsen, 1974, p. 125 apud Barone, Bastos e Mattos, 2015b, p. 11).

A partir da citação fica claro que o interesse maior em financiar a venda de bens não duráveis estava em agradar às multinacionais recém instaladas no país que sentiam falta de um mecanismo para assegurar suas vendas, ou seja, interesse voltado para fora e não para os interesses do país. Os consórcios possibilitavam uma ampliação do público consumidor de produtos considerado não essenciais.

Araújo (2017) aponta que a reforma financeira brasileira acabou por seguir o padrão norte-americano, segmentado. Com o intuito de viabilizar as bases privadas para o financiamento de longo prazo, foram criados os Bancos de Investimentos, a quem caberia subscrever e negociar ações e outros títulos privados no âmbito do mercado de capitais, primário e secundário. Também foram criadas as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, instituições financeiras não-bancárias que financiariam o consumo das famílias.

Sobre o financiamento dos déficits públicos abordado de forma breve na seção anterior, é possível salientar a criação de mecanismo de proteção do retorno real dos ativos, cujo mais famoso foi a ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). De acordo com Hermann (2011), a ORTN garantia a correção monetária da dívida pública com base na inflação ocorrida ao longo de cada período de pagamento de juros. Em outras palavras, o déficit público passou a ser financiado pela emissão de títulos da dívida pública (as ORNTs), resolvendo o problema do financiamento inflacionário. A correção monetária, com a mudança na forma de financiamento do déficit, reduziu a oferta de moeda na economia.

No ano de 1964, antes da implementação das reformas do PAEG, a curva da inflação estava acima da variação da base monetária, o que revela uma situação de baixa liquidez real na economia. Vale salientar que durante esse ano, a curva inflacionária estava acelerada devido à inflação corretiva, que aumentou as tarifas e os salários públicos. A significativa queda inflacionária ocorrida entre os anos de 1964 e 1965 pode ser explicada pela política salarial restritiva oriunda da reforma que acarretou redução do salário real dos trabalhadores. Essa mudança aumentou a liquidez real na economia, que por sua vez elevou a inflação entre 1965 e 1966.

Diante da preocupação com a inflação, em 1965 o governo passou a realizar aperto monetário através da emissão das ORTNs, já nesse ano, 55% do déficit público foi financiado pelos títulos. Em 1966 o financiamento através dos títulos alcançou a totalidade, o que ajudou a dispensar mais a necessidade de emitir moeda e acarretou queda na variação da base monetária.

Sobre a questão da inflação, Resende (1990) destaca que um dos mecanismos utilizados no seu combate foi a estabilização de preços, para tal a equipe econômica criou a Comissão Nacional de Estímulos a Estabilização dos Preços (CONEP). O novo órgão auxiliava no controle de preços à medida que empresas e governo cumpriam um acordo onde eram concedidos estímulos fiscais ou creditícios mediante a submissão no aumento de preços a CONEP. O acordo era optativo, o que mantinha relação harmônica entre empresas e o órgão.

Hermann (2011) destaca a ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo. Algumas medidas facilitaram essa ampliação, como por exemplo, a regulamentação de tópicos da Lei nº 4.131 (de 1962), que permitia a captação direta de recursos externos por empresas privadas nacionais, a resolução 63 do BACEN, que regulamentou a captação de empréstimos externos pelos bancos nacionais para repasse às empresas domésticas e mudanças na legislação sobre investimentos estrangeiros no país, tais mudanças facilitaram a remessa de lucros ao exterior.

A equipe econômica defendia a abertura financeira como uma maneira de contribuir para o aumento da concorrência e da eficiência do sistema financeiro bancário brasileiro. Para eles o país era carente no que se diz respeito a estrutura de poupança interna, de modo que mesmo com a reforma do sistema financeiro doméstico, a oferta de fundos teria de ser suplementada por recursos externos.

Sobre os resultados da reforma financeira, é possível dizer que seus efeitos só puderam ser observados no longo prazo, o principal efeito a curto prazo e talvez de maior mérito, foi a efetiva criação de um mercado de dívida pública no país, que viabilizou de forma permanente

o financiamento não monetário dos déficits do governo. Não se pode negar o sucesso da criação de bases para o advento de instituições capazes de movimentar abundância de capital financeiro, como o Banco Central, que até hoje é considerado um dos principais legados do PAEG. No entanto, sobre o financiamento da casa próprio para famílias de baixa renda através do BNH, esse não se realizou, os principais beneficiados com o novo mecanismo foi a classe média.

Barone, Bastos e Mattos (2015b) apresentam que o estudo elaborado pelo sociólogo Gabriel Bolaffi, traçou um perfil socioeconômico dos beneficiados pelo BNH, e concluiu que:

[...] estes imóveis foram construídos e destinados a atender a um mercado de faixas de renda bem superiores às de um a três salários mínimos, onde se encontra a maioria da população” (Bolaffi, 1977, p. 55 apud Barone, Bastos e Mattos, 2015b, p. 12)

Barone, Bastos e Mattos (2015b) apontam que ao comparar a renda dos beneficiados pelo programa habitacional com o salário mínimo, os primeiros recebiam 7,5 vezes o salário mínimo vigente no período. Segundo Santos (1994 apud Barone, Bastos e Mattos 2015b, p. 14), apenas 20% dos beneficiários possuíam renda familiar de até 1,5 salário mínimo, deixando claro o grande desvio entre objetivo e realidade desse sistema de moradia.

Além da fuga de perfil dos beneficiários do programa habitacional, houve ainda uma mudança no perfil locacional das residências, tal mudança também foi apresentada em Barone, Bastos e Matos (2015b). Conforme os autores, com o passar dos anos se ampliou a parcela de residências localizadas em bairros de média e alta renda, o que fugia totalmente do objetivo inicial do programa. A população mais humilde ficou a margem de financiamento e passou a ocupar espaços de forma irregular, o que para os autores teria dado início ao processo de favelização e “periferização” das cidades.

1.3.1.4) Resultados do PAEG

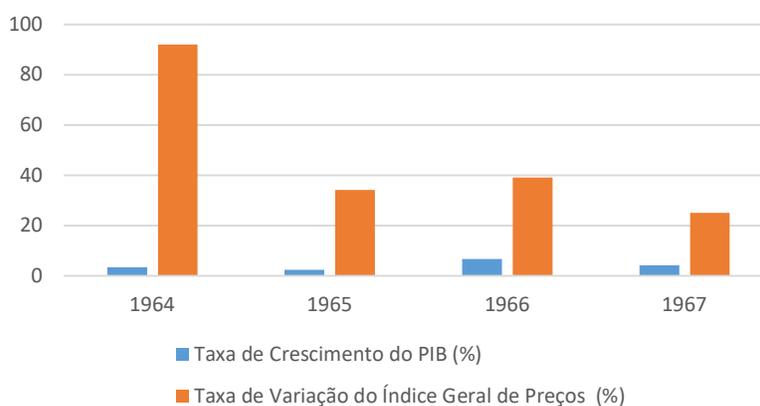
Não se pode negar a importância das reformas implementadas pelo PAEG, que de acordo com Serra e Tavares (2000) foram ponto de partida para o período de crescimento econômico que será abordado na próxima seção. No entanto, deve-se destacar como maior ônus dessas reformas, a construção do que Barone, Bastos e Matos (2015b) chamaram de “regime de acumulação socialmente excludente”. Para Hermann (2011), o êxito das reformas só foi possível devido ao caráter autoritário vigente, pois dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora teria sido aprovada pelo Congresso sem resistências sociais comuns em um regime democrático.

Hermann (2011) destaca que as mudanças estruturais proporcionadas pelo PAEG acarretaram moderada recuperação da atividade econômica, que de 1964 a 1967 cresceu 4,2% ao ano. Apesar da rigidez na execução do plano e o aperto monetário e fiscal, o PAEG não cumpriu todas as metas estabelecidas. As metas anuais de inflação não obtiveram sucesso, já a expansão nominal dos meios de pagamento ultrapassou a meta, porém por conta do fracasso com as metas de inflação o crescimento real dos meios de pagamento e do crédito privado oscilou.

Com relação ao ajuste fiscal, embora as metas fixadas no PAEG não tenham sido cumpridas para as receitas e despesas separadamente, os déficits obtidos ficaram próximos do previsto para o biênio 1964-1965. Houve um aumento dos saldos comerciais, que se pode explicar pela expansão das exportações e pela retração das importações. O saldo do balanço de pagamentos foi favorecido pelo ingresso de capitais voluntários (investimentos diretos, basicamente) e de empréstimos de regularização no período.

As pressões inflacionárias de demanda e de custos, diagnosticadas no PAEG, foram combatidas com política monetária, fiscal e salarial restritivas, porém o sucesso do plano foi comprometido por conta dos aumentos atribuídos a custos básicos, como por exemplo, impostos com a Reforma Tributária e pela criação da correção monetária para ativos e contratos em geral. Segundo Skidmore (1988), a melhoria do perfil da dívida externa brasileira foi um dos principais êxitos do PAEG, no entanto, Araújo (2017) defende que ao final do governo Castello, os indicadores macroeconômicos eram frustrantes, como se pode observar no gráfico 3, a taxa de crescimento do PIB se manteve baixa e o índice geral de preços apesar da queda, se manteve alto.

Gráfico 3: Taxa de Crescimento do PIB e Índice Geral de Preços 1964 a 1967



Fonte: IPEADATA

Os resultados insatisfatórios eram ruins para o então governo militar ilegítimo, que precisava recuperar a estabilidade econômica do país a fim de manter o apoio obtido das classes dominantes e buscar sua legitimidade. A estabilidade e o crescimento passam então a ser o principal objetivo do regime. Por eleições indiretas o general Arthur da Costa e Silva assume a presidência do Brasil em 1967, seguido por Emílio Garrastazu Médici em 1969, marcando uma nova fase na economia brasileira.

1.3.2) Um novo diagnóstico e o “milagre” econômico brasileiro

O governo de Costa e Silva apresentou uma nova equipe econômica, formada por Antônio Delfim Netto como ministro da fazenda e Hélio Marcos Pena Beltrão no planejamento. De acordo com Lago (1990), a nova equipe apostou em rápido crescimento do PIB no curto prazo, lançou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e incentivou o consumo da classe média.

Ao final da década de 60 e início da década de 70, é perceptível a melhora da economia brasileira. Diferentes interpretações cercam os motivos que levaram o país a tamanha recuperação, dentre elas, destaca-se a mudança favorável no cenário internacional, a maturação das reformas instauradas no PAEG e a política econômica adotada pela nova equipe. O período conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”, vai de 1968 a 1973, essa denominação pode ser explicada por conta da ocorrência simultânea no curto prazo de altas taxas de crescimento do PIB, controle da inflação e equilíbrio no balanço de pagamentos.

Ao assumir, a nova equipe econômica liderada por Delfim se deparou com um quadro recessivo e uma crise de estabilização a qual o governo anterior deixara. Segundo Earp e Prado (2003), a existência de capacidade produtiva ociosa com vasto parque industrial e o amplo espaço aberto pelas reformas institucionais ocorridas e pelas condições internacionais para o aumento do gasto público permitiram pensar em uma nova política econômica.

Lago (1990) destaca o novo diagnóstico da equipe econômica em relação à inflação, para eles a pressão sobre o nível de preços era oriunda principalmente dos custos. A falta de demanda e a capacidade ociosa existente elevavam os custos e esses eram repassados aos preços. De acordo com a equipe, o aumento das tarifas de serviços públicos ocorrido no governo anterior também teria colaborado para esse aumento de custos. O novo diagnóstico sugeria que a política econômica anterior desacelerava o ritmo da atividade econômica porque retraía o

crédito e o gasto do governo, além de estimular as pressões de custo, o que impedia a queda da inflação.

Segundo Hermann (2011), a mudança do diagnóstico refletiu na formulação da nova política de controle a inflação, que passaria a enfatizar o componente dos custos, e não mais da demanda. Para autora, durante o governo anterior a economia brasileira operava em ritmo *stop and go* e por isso o combate à inflação deveria ser conciliado com políticas de incentivo à retomada do crescimento econômico. Para Lago (1990) essa mudança na política econômica ficou explícita no PED.

1.3.2.1) A nova política econômica do governo Costa e Silva

Sobre a política fiscal da nova gestão, Araújo (2017) destaca que essa combinava desonerações fiscais com expansão do gasto público. Sobre as medidas iniciais da nova política, destaca-se a expansão do teto de isenção do imposto de renda para pessoas físicas e a extensão do prazo de recolhimento do IPI, com o objetivo de reativar a demanda de maneira rápida. Segundo Macarini (2000), a primeira medida garantiu um ganho aproximado de 5% para os salários reais, ao passo que a segunda, acarretou maior capital de giro ao setor industrial.

Araújo (2017) salienta que apesar da queda da receita via tributação, os gastos públicos expandiram cerca de 35% no ano de 1969. Para o autor, a expansão do gasto público foi crucial para a retomada do crescimento econômico, apesar de a melhora do déficit orçamentário ter sido pouco expressiva.

A política monetária sofreu ruptura considerável na nova gestão, houve significativa expansão da oferta de moeda e crédito. Essa expansão reduziu as pressões de custo, o que viabilizou o crescimento de outros setores da economia, principalmente o setor de bens de consumo duráveis. Araújo (2017) aponta as medidas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional para reduzir os custos operacionais financeiros, o que também teria auxiliado na ampliação do volume de crédito. A criação de bancos estaduais e interestaduais também revela a intenção da equipe econômica em retomar o crescimento através da expansão do crédito.

Em relação à política cambial, chama atenção o aumento tanto de importações como de exportações, o que livrou as contas comerciais brasileiras de altos déficits. Para Araújo (2017), houve incentivo proposital as exportações por dois motivos: O mercado externo seria fundamental para o novo modelo brasileiro diante do esgotamento do modelo de substituição

de importações e pelo fato da demanda externa ser essencial para superar a estagnação econômica e reduzir a capacidade ociosa existente.

Lago (1990) relata a adoção do regime de minidesvalorizações cambiais com o objetivo de minimizar a especulação do cruzeiro no mercado cambial. Para isso, era necessária a redução do espaço de tempo entre as desvalorizações, impedindo também que a taxa de câmbio real permanecesse defasada por muito tempo.

Sobre o combate à inflação, esse visava a manutenção do controle dos custos como um todo na economia. Desse modo, a equipe econômica manteve o controle de preços já existente do CONEP, mas com algumas modificações. O novo sistema de controle, até então voluntário, passou a ser compulsório e logo depois a CONEP foi extinta e substituída pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que possuía uma estrutura mais robusta. Araújo (2017) salienta que o CIP assim como o CONEP não fixava preços, mas exercia forte ação indutora da sua trajetória.

Macarini (2000) destaca que já em 1968 o desempenho da economia brasileira foi satisfatório, prova disso seria o crescimento do setor industrial, cerca de 14%. No entanto, ainda era presente na sociedade uma tensão de cunho político e econômico, que, para Skidmore (1988), foi aprofundada com promulgação do Ato Institucional de número 5 (AI-5²⁷).

No mesmo período, a pausa na tendência declinante da inflação preocupava a equipe econômica, que temia questionamentos acerca da qualidade da política econômica adotada por eles. Desse modo, a prioridade se tornou novamente o combate à inflação. Macarini (2000) destaca que esse receio com a trajetória inflacionária teria acarretado afastamento da política econômica do foco maior no crescimento e a aproximado de um caráter restritivo com o objetivo de reduzir as taxas inflacionárias e alcançar a estabilidade monetária. A equipe econômica passou a defender que um crescimento sustentado seria alcançado com o sucesso no combate à inflação, e isso explicaria a política econômica voltadas para a contenção do déficit público e redução da taxa de juros. Como exemplo de medidas adotadas, Macarini (2000)

²⁷ O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o quinto grande decreto emitido durante a ditadura militar no Brasil e o mais rígido também. Os atos institucionais foram a maior forma de legislação durante o regime militar e chegaram a derrubar a Constituição da Nação, além de serem aplicados sem a possibilidade de revisão judicial. O AI-5 resultou em perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado. Alguns historiadores defendem que o AI-5 foi um dispositivo jurídico-político com intenção de conter o avanço das forças políticas progressistas e consideram o Ato como um marco da radicalização autoritária dentro do sistema político militar.

destaca a redução do ingresso de servidores públicos na administração direta e em autarquias, redução na previsão de despesas e redução de 50% no fundo, de participação dos estados e municípios. As medidas foram acompanhadas de uma política monetária contracionista baseada em controle de moeda e do crédito, diferente do que ocorria até então.

De acordo com Macarini (2000), os empréstimos bancários caíram a 13,4% no primeiro semestre de 1969. Para garantir uma capacidade de geração interna de recursos a fim de compensar a menor liquidez, o governo estabeleceu medidas de incentivos e concessões no terreno fiscal a classe empresarial. Sobre as novas direções da política econômica brasileira, Delfim afirmava ser baseada em “realismo e racionalidade”.

Ao realizar um balanço sobre o breve mandato de Costa e Silva, é possível dizer que o governo alcançou uma considerável aceleração no crescimento do PIB, queda da inflação e superavit nas contas externas. Para Araújo (2017), o bom desempenho das exportações explicaria o superavit citado. O autor apresenta ainda o considerável aumento de importações no período, no entanto, as exportações cresceram em ritmo maior, cerca de 40% justificando o superavit.

A conta capital e financeira também se expande, alcançando valor quase 20 vezes maior que em 1967, esse aumento se justifica através das políticas de estímulo às exportações, que abriu o mercado para o maior ingresso de capitais externos e na Resolução de número 63 do BACEN, que permitia aos bancos intermediar recursos obtidos no exterior.

Em agosto de 1969, Costa e Silva se afastou da presidência por problemas de saúde e faleceu meses depois. Através do Ato Institucional de número 12, os militares impediram que seu vice, Pedro Aleixo, que era um civil, assumisse. O país passou a ser governado por uma junta militar até que em outubro de 1969 assume Emílio Garrastazu Médici.

1.3.2.2) O governo Médici e o ápice do milagre

O novo presidente manteve Delfim Netto na pasta da fazenda e substituiu Roberto Campos por João Paulo dos Reis Velloso no Ministério do Planejamento. Apesar do crescimento ocorrido no governo Costa e Silva, Macarini (2005) destaca o descontentamento de Delfim, que defendia a busca por um crescimento econômico maior. Com maior autonomia, Delfim retorna ao foco para o crescimento e deixa a questão inflacionária em segundo plano, é nesse período que o então ministro da fazenda difunde a ideia do modelo agrícola exportador,

onde o desenvolvimento do país seria assegurado pela expansão da agricultura e das exportações.

Já em 1970 Delfim anuncia a nova estratégia de desenvolvimento econômico pautada do novo modelo agroexportador. O então presidente Emílio Garrastazu Médici defendia com ânimo a mudança e destacava que durante anos no país o esforço desenvolvimentista se pautava na indústria, e era chegada a hora de dar uma chance ao setor agrícola. O objetivo do novo modelo era expandir o mercado interno e recuperar os demais setores da economia através do investimento na produção agrícola e expansão das exportações.

Segundo Macarini (2005), a equipe econômica defendia que diante da falha tentativa de desenvolvimento através do modelo de substituição de importações que priorizava a indústria, o modelo agrícola exportador seria a única alternativa de desenvolvimento para o Brasil. Eles justificavam a escolha do setor agrícola como resultado de uma limitação da exportação de produtos industrializados e por conta da capacidade ociosa existente no setor. Delfim afirmava que a expansão da agricultura e das exportações tinha o papel de fomentar a expansão industrial.

A política econômica, voltada novamente para o crescimento, preocupava os apoiadores do regime militar, que estavam receosos com a questão inflacionária, apesar das quedas obtidas. No entanto, Delfim legitimava a opção pelo crescimento afirmando que as políticas de controle inflacionária adotadas anteriormente, como a correção monetária e as minidesvalorizações cambiais, já teriam criado mecanismos para eliminar os efeitos da inflação, mesmo não a eliminando de fato. Baseado na atenuação dos efeitos inflacionários, o ministro reitera o gradualismo no combate à inflação. Vale salientar que, de acordo com Macarini (2005), Delfim não tinha problemas com a existência da inflação, para ele o essencial era que existisse um controle e seus efeitos fossem neutralizados. Caso as duas condições ocorressem, seria possível obter crescimento do produto com inflação relativamente alta de forma simultânea.

O foco no crescimento explica o caráter expansionista da política monetária adotada. Como exemplo, Macarini (2005) destaca a Resolução 130 que entrou em vigor em janeiro de 1970, ela reduziu de 27% para 25% o depósito compulsório dos bancos, o que impactou de forma direta na liquidez da economia. Em julho do mesmo ano o *open market*²⁸ é implementado no país, de acordo com Lago (1990) a equipe econômica defendia que o novo mecanismo permitiria aos bancos remunerar parte de seus encaixes compulsórios e desenvolver as operações interbancárias, reduzindo seus custos operacionais.

²⁸ Mercado de títulos no qual atuam o banco central e os bancos comerciais do país, onde são comprados e vendidos títulos da dívida pública.

Sobre a política fiscal, destaca-se a permanência do aumento dos prazos de recolhimento dos impostos indiretos, de forma a contribuir para o aumento do ritmo de atividade e produção. Macarini (2005) aponta uma das declarações de Delfim Netto, onde ele justifica que a medida representava um financiamento do capital de giro a juros zero, já que as empresas não precisariam mais buscar financiamento de seu capital de giro nos bancos. O ministro defendia ainda que essas medidas levariam a um controle da taxa de juros no longo prazo.

Em 1970 também são criados os fundos PIS/PASEP²⁹, com o intuito de melhorar a questão distributiva. De acordo com Macarini (2005), as autoridades reconheciam a problemática da distribuição de renda e que essa deveria ser sanada, no entanto, eram contra excessos redistributivos que sacrificassem a aceleração da taxa de crescimento do país. Diante da importância dada por Delfim a queda nas taxas de juros, ele afirmava que o novo fundo ajudaria na redução da demanda de capital de financiamento por parte das empresas, o que contribuiria na redução.

Visando a consolidação do agronegócio, o setor agrícola foi beneficiado com uma série de incentivos, como isenção de IPI e ICM sobre máquinas agrícolas em geral, matérias-primas, produtos intermediários, motores para trator, etc. Macarini (2005) destaca que os incentivos fiscais permitiam abater até 80% do imposto de renda e que o resultado das políticas de incentivo, acarretaram aumento de 11,4% da agropecuária em 1971.

Delfim e Reis Velloso destacavam a importância dos investimentos privados. De acordo com Macarini (2005), ao final do programa de estímulo à agricultura, o governo iniciou a formulação do que Delfim destacava ser o ano da indústria, para o ministro faltava a economia brasileira o impulso no setor de bens de capital, onde máquinas produzem máquinas. O aumento em investimentos do setor público e privado, beneficiou setores do ramo industrial e impulsionou a indústria de bens de capital, no entanto, exigiu também significativas importações de máquinas e equipamentos, uma vez que esta demanda não poderia ser suprida apenas por uma crescente produção interna. A elevação da produção de bens de consumo, particularmente a produção de bens de consumo duráveis, cresceu de maneira significativa e esse aumento estava associado ao processo de concentração de renda pessoal ocorrido no período.

Concomitante aos novos e favoráveis índices da economia brasileira, o cenário internacional vivenciava altas taxas de crescimento, como observado na seção 1.1.4, de forma direta a bonança externa afetou positivamente a economia brasileira. O crescimento

²⁹ Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

sincronizado de economias desenvolvidas intensificou a demanda mundial por alimentos e matérias-primas industriais, além de alavancar seus preços. De acordo com Macarini (2005) em 1973 os preços de matérias-primas subiram cerca de 74%, dada a figura do Brasil como grande exportador desses bens, a produção nacional se aproximou de atingir plena utilização de sua capacidade. De acordo com Lago (1990), avaliou-se que a utilização da capacidade de produção chegou a 89% em 1973.

A partir do ano de 1972, Delfim Neto passa a apresentar uma maior preocupação com a inflação do país e muda seu discurso, afirmando que a partir de então o foco deveria ser em dizimar de vez a inflação, atacando suas causas e não mais somente neutralizar seus efeitos como era feito até então. A equipe econômica buscava a estabilidade monetária, no entanto, sem penalizar a política fiscal, monetária ou creditícia, pois essas poderiam afetar o nível de crescimento da economia, fator mais importante para a gestão.

1.3.2.3) Os resultados e o fim do milagre

Sobre os resultados do milagre, o que chama atenção em um primeiro momento é a melhora considerável nos indicadores macroeconômicos, alguns podem ser observados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Indicadores Macroeconômicos do “Milagre Econômico”

Ano	Taxa de crescimento do PIB (%)	IGP (%)	Saldo da Balança Comercial (em milhões US\$)	Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)
1968	9,8	25,5	26	97,0
1969	9,5	19,3	318	531,0
1970	10,4	19,3	232	534,4
1971	11,3	19,5	-343	536,6
1972	11,9	15,7	-241	2537,7
1973	14,0	15,5	7	2379,9

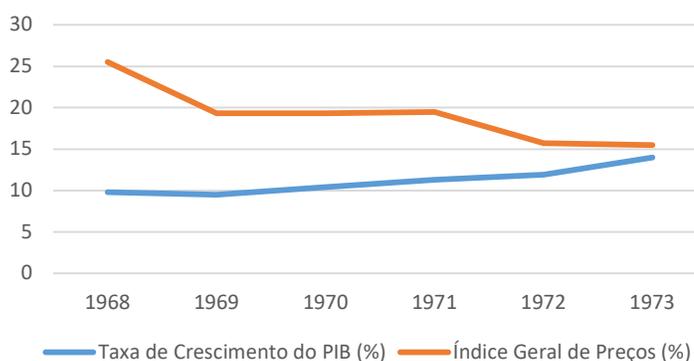
Fonte: IPEADATA. Elaboração do autor.

Hermann (2011) aponta que o período do milagre deixou como herança para o próximo governo pontos positivos e negativos. Como vantagens a autora destaca o alto índice de crescimento econômico, a baixa inflação e a elevação na taxa de exportações, já como ponto

negativo ela salienta o grande déficit na conta-corrente, o que indicaria um endividamento externo.

A autora salienta que o período contrariou a Curva de Phillips, ao passo que não houve um *trade-off* entre emprego e inflação, mas ao contrário, o país combinou taxas de queda inflacionária com expansão na taxa de emprego e crescimento do PIB, o que explicava a terminologia “milagre”. O gráfico 4 demonstra o fenômeno. Para Herman (2011), o que possibilitou tal feito, foram as condições e políticas favoráveis atrelada a habilidade da equipe econômica em usar a conjuntura oferecida ao seu favor.

Gráfico 4: Taxa de Crescimento do PIB e Índice Geral de Preços 1968 a 1973



Fonte: IPEADATA.

Como condição política favorável, ela apresenta o regime autoritário vigente que possibilitava a tomada de decisões com maior facilidade se comparada a outros regimes. Em relação às habilidades da equipe econômica, ela destaca o controle de preços e de salários, o tabelamento da taxa de juros, as minidesvalorizações cambiais que estimularam as exportações e a captação de recursos externos que favoreceram o financiamento da expansão econômica.

Para Lago (1990), o crescimento econômico do período foi oriundo da retomada do investimento público em infraestrutura e do aumento das empresas estatais, que para ele foram elementos chave no modelo brasileiro de desenvolvimento. O autor destaca ainda que o crescimento industrial ocorrido foi elevado e significativo.

Apesar de todo crescimento ocorrido durante o período, a questão distributiva foi deixada de lado durante o período do milagre, o que refletiu em uma maior concentração da renda e deterioração do perfil distributivo brasileiro. Os motivos que acarretaram aprofundamento da concentração serão abordados mais adiante no capítulo 3.

O impressionante ritmo de crescimento ao qual a economia brasileira havia alcançado influenciou de forma direta a política econômica do sucessor de Médici, o general Ernesto Geisel (1974-1979), que tinha o objetivo de manter a trajetória de sucesso. No entanto, a mudança do cenário internacional aniquilou seus planos. Carneiro (1990) aponta o 1º choque de preços do petróleo abordado na seção 1.1.5 como responsável pela crise mundial deflagrada que atingiu o Brasil. Já Earp e Prado (2003) destacam o fim do Sistema de Bretton Woods e o surgimento de uma nova ordem na economia mundial, baseada em taxas de câmbio flutuante e maior instabilidade financeira. Diante de tais mudanças, as políticas econômicas adotadas por Delfim até então, já não eram mais compatíveis, o que deu fim à era do milagre econômico brasileiro.

O novo governo nomeou Mário Henrique Simonsen como o novo grande nome da equipe econômica, a crise mundial deflagrada levou a gestão brasileira a um dilema, escolher entre estabilização ou crescimento, a busca pela legitimidade do governo militar fez com que Geisel optasse pelo crescimento. Tal escolha ficou conhecida na literatura econômica como a opção da “fuga para frente”, uma vez que em um período de crise global quando a maioria dos países optou pela estabilização de suas economias, o Brasil escolheu o crescimento. No entanto, o país não conseguiu fugir da crise, que chegou de forma abrupta durante os anos de 1980, a famigerada “década perdida”.

Capítulo 2: Influências na emergência do debate distributivo

2.1) O interesse norte-americano no Brasil: Suas influências e consequências

O debate distributivo que emergiu em 1970 teve como um de seus principais responsáveis o contexto histórico e econômico vigente. As disputas acerca da desigualdade e a posição dos economistas no debate esclareciam as distintas formas de atuação do período. O debate foi moldado diante do processo de modernização das instituições de conhecimento e produção em economia que ocorria no país. Deve-se considerar que a disputa entre os economistas se pautava diante das instituições as quais eram filiados ou possuíam vínculo acadêmico.

De acordo com Loureiro (1997a) a década de 1960 fora marcada pelo desenvolvimento dos dois primeiros centros de pós-graduação em economia do país, um, na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o outro na Universidade de São Paulo (USP). Ao longo da década de 1970, novos centros surgiram, como o da Universidade de Brasília (UNB) e o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Um ponto importante a se destacar é que durante a década de 1960, ocorre um ponto de inflexão temporal importante no pensamento econômico brasileiro, marcado pelas transformações ocorridas na década, mais precisamente o golpe militar de 1964. Loureiro (1997a) destaca que esse período é importante para compreender o processo de modernização da ciência econômica no Brasil, que contribuiu para que ocorresse consolidação dos centros de pós-graduação no país e legitimação técnica dos economistas brasileiros. Como exemplo da modernização, o autor cita o aumento do número de matrículas nos cursos de economia e a expansão do mercado de trabalho para a profissão de economista. Segundo Ekerman (1989) durante esse período passou a existir um reconhecimento dos economistas como uma comunidade científica. Loureiro e Lima (1994) apontam que em relação ao curso de Economia no Brasil, em 1968 existiam 84 escolas com estimativa de 17 mil alunos, doze anos depois, em 1980, o número de escolas foi para 129 e o de matriculados para 62 mil.

É possível dizer que os centros de pós-graduação foram de suma importância para compreender o debate distributivo e as opiniões controversas que emergiam entre os economistas. Isso porque funcionam como canais institucionais de produção e difusão do pensamento econômico, ou seja, local de privilégio para analisar as distintas opiniões sobre os possíveis rumos da política econômica brasileira.

Diante do processo de modernização que ocorria, os cursos de economia sofreram com diversas reformulações por influência de instituições privadas e públicas, como a Fundação Ford³⁰ e Rockefeller³¹, e a United States Agency for International Development (USAID)³², que em comum possuíam atuação na política externa norte-americana em relação aos países latino-americanos.

Os recursos norte-americanos destinados aos países latinos eram administrados pela Aliança para o Progresso, programa cooperativo entre os EUA e países latinos já citado anteriormente. Essa gestão foi importante para questões relacionadas a educação, pois representava um fator-chave na formação de valores políticos, o que também influenciou na formação dos economistas brasileiros. A aliança previa para educação a garantia de um sistema mais eficiente e moderno, intensificação da relação entre as universidades brasileiras e norte-americanas e desenvolver nos intelectuais brasileiros um compromisso com valores do desenvolvimento e da democracia.

Sobre a Fundação Ford, a instituição promovia o intercâmbio e a relação entre professores brasileiros e norte-americanos, o objetivo do órgão no Brasil era promover o desenvolvimento concedendo recursos a programas voltados para o ensino superior. Como naquela época desenvolvimento era entendido como sinônimo de crescimento econômico e medido a partir do aumento da renda per capita, as bolsas da fundação contemplavam cursos de pós-graduação em economia, administração, engenharia, áreas entendidas como de maior “segurança”.

Conforme os diagnósticos obtidos no período, o sistema brasileiro universitário possuía diversos gargalos como baixa infraestrutura, desatualização das grades, carência de pesquisas e escassez de vagas, o que alavancava a ideia de que a modernização seria necessária, é nesse

³⁰ A Fundação Ford é uma entidade norte-americana criada em 1934 para financiar programas de promoção da democracia, redução do racismo e da pobreza. Alguns críticos defendem que a organização fora criada apenas para atender interesses do governo norte-americano. Entre o decênio de 1950 e 1960 a fundação ajudou universidades americanas com subsídios de cerca de 80 milhões de dólares, além disso, auxiliou em programas de desenvolvimento em países subdesenvolvidos. Alinhada às estratégias do governo militar, a fundação destinou recursos para programas educacionais no Brasil, com foco em ciência política, sociologia e administração pública. Os recursos da fundação viabilizaram a montagem de grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação nas áreas.

³¹ A Fundação Rockefeller foi criada em 1913 nos Estados Unidos da América com o objetivo de promover no exterior estímulo a saúde pública, o ensino e a pesquisa. É uma associação beneficente e não-governamental, que conta com recursos próprios para realizar suas ações em diversos países, mais precisamente os subdesenvolvidos. A fundação inicia suas atividades no Brasil em 1916.

³² Criada em 1961 por John F. Kennedy, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tinha como objetivo distribuir a maior parte da ajuda externa norte-americana, de acordo com as diretrizes dos Departamentos de Estado do país. A USAID foi responsável por atuar como um reforço a política externa dos EUA e cooperou com os países receptores em áreas como economia, saúde, política e assistência humanitária.

contexto que surgem os vínculos entre o Ministério da Educação (MEC) e a USAID. Sobre os recursos para financiar essa modernização educacional, é preciso destacar que durante o governo Castelo Branco (1964-1967) a abertura a favor dos EUA acarretou importantes volumes de dólares para o país através do Eximbank, parte desses recursos foram direcionados ao ensino.

Pode-se dizer que o principal objetivo do financiamento norte-americano era influenciar na formação das classes mais favorecidas do Brasil, que por sua vez no médio prazo fariam parte do governo e tomariam decisões relacionadas a política econômica e concordariam com os interesses dos EUA. Através do intercâmbio com os professores norte-americanos e o patrocínio em infraestrutura, as instituições patrocinadas se tornavam mais alinhadas as ideias do governo norte-americano e influenciavam as novas gerações de pesquisadores. Como exemplo do patrocínio recebido, é possível citar bolsas de estudos para estudantes de pós-graduação, patrocínio a professores visitantes e bolsas para estudantes brasileiros terminarem os estudos de pós-graduação nos EUA, fenômeno que se tornou “comum” entre os economistas dos principais centros no período e que fez parte da formação de importantes nomes como Carlos Geraldo Langoni, que em 1967 foi estudar na Universidade de Chicago e Edmar Lisboa Bacha, que em 1965 foi para Yale cursar o doutorado.

O objetivo do intercâmbio era doutrinar esses estudantes para que quando retornassem ao país influenciassem a qualidade da pesquisa desenvolvida, a tornando mais americanizada e voltada para os interesses dos norte-americanos. De acordo com Loureiro (1997b) foram investidos em torno de 50 milhões de dólares na formação de pesquisadores brasileiros ao longo da década de 1970. O resultado foi a formação de imponentes grupos de pesquisadores que juntos faziam parte de boa parte das análises estratégicas de próximos passos da economia brasileira.

Como já citado anteriormente, os norte-americanos eram vistos como os grandes detentores do conhecimento no período, desse modo, ao se instalarem nas universidades brasileiras acabaram por “colonizar” os estudantes com suas teorias, métodos e técnicas. No entanto, estas nem sempre seriam válidas para outros países, ainda mais o Brasil, que possuía histórico completamente distinto do país.

É nesse contexto de intercâmbio acadêmico entre Brasil e EUA que o *brasilianista*³³ Albert Fishlow chega ao Brasil através do programa que a Universidade de Berkeley

³³ Termo utilizado para acadêmicos, professores, pesquisadores ou autores especializados em temáticas relacionadas ao Brasil. Geralmente é utilizado para estrangeiros ou residentes fora do país.

participava. O economista trabalhou como um dos assessores do IPEA e foi responsável por um robusto acervo de pesquisas sobre a economia brasileira, inclusive sobre a questão distributiva que será abordada mais à frente.

Os estudos de Albert Fishlow, apontavam a região nordeste do país como a mais prejudicada com relação à pobreza e por isso seus problemas no tocante ao desenvolvimento deveriam ser atenuados. Diante do diagnóstico, a então recém-criada Universidade Federal do Ceará (UFC) fora contemplada com recursos da Fundação Ford. O objetivo era fomentar os estudos sobre desenvolvimento na universidade para que os mesmos fossem aplicados em políticas públicas no estado para que a questão da pobreza fosse solucionada, vale salientar que o desenvolvimento desses estudos também foi pautado no intercâmbio com os norte-americanos. Curiosamente, ou não, o centro de pesquisa em economia da UFC é conhecido por seu teor ortodoxo.

Para Loureiro (1997b), como resultado do processo de modernização é possível observar também os impactos políticos domésticos ocorridos, que gerou distinções entre a maneira de exercer a profissão de economista e suas estratégias. Assim, se desenvolveu maior legitimidade aos profissionais que possuíssem experiência fora do país, em universidades estrangeiras, por consequência, os centros de pós-graduação ligados ao circuito internacional acadêmico foram os responsáveis por formar os profissionais que atuariam no governo e nos diagnósticos sobre as problemáticas na economia brasileira, incluindo a questão distributiva.

O processo de modernização dos cursos de pós-graduação alavancou os economistas a grandes protagonistas políticos no país, que frequentemente participavam de debates na imprensa e construíam índices sobre variáveis econômicas, os profissionais eram vistos como “messias” que salvariam a economia brasileira e apontariam a melhor solução para os problemas existentes.

É importante destacar que o debate distributivo que emerge em 1970 ocorre porque o processo de influência acadêmica norte-americana não ocorreu de forma homogênea entre todos os centros de produção de conhecimento em economia do país, caso contrário todos teriam a mesma opinião sobre a questão distributiva e não haveria debate. Segundo Loureiro e Lima (1994), o modelo de ensino americanizado sofreu resistência por parte de grupos mais voltados à esquerda. Como exemplo, é possível citar o quadro de docentes do Instituto de Economia da Unicamp, que diferente dos outros centros possuía em sua maioria professores discípulos da CEPAL e não formados nos EUA.

Prado (2016) aponta os motivos que levaram pesquisadores norte-americanos como Albert Fishlow a se interessar pela economia brasileira. Para o autor, este seria oriundo de um

conjunto de fatores, dentre eles, o interesse do governo norte-americano em países sul-americanos no contexto de guerra fria e os financiamentos da Fundação Ford, além da cooperação com universidades brasileiras diante dos acordos MEC-USAID³⁴. Prado destaca que a criação do IPEA em 1967 e dos primeiros programas de pós-graduação em economia no país também foram importantes para fomentar o intercâmbio acadêmico entre Brasil e EUA, principalmente por criar possibilidades de estudantes brasileiros cursarem o doutorado fora do país.

Diferente do que apontam Andrada e Boianovsky (2020), Azevedo (2016) e Prado (2016) defendem que o interesse acadêmico de Fishlow pela região não era nada pessoal, mas sim alinhado à política externa norte-americana, com interesse em melhorar os indicadores socioeconômicos de países capitalistas e demonstrar superioridade do sistema. Prova disso, a relação diplomática existente entre o economista e o governo militar brasileiro, que acreditava na missão promovida pela USAID em busca do desenvolvimento econômico no país.

Vale salientar que o interesse norte-americano no Brasil é antecessor ao regime militar, dado que advém de um contexto de guerra-fria já mencionado e que fora responsável pelo surgimento da Aliança para o Progresso já citada. Os EUA desenharam o acordo como uma possibilidade de modernização e superação econômica para os países latino-americanos, porém, o verdadeiro interesse era frear o avanço do socialismo no continente.

Segundo Campos e Rodrigues (2018), a reforma educacional influenciada pelos norte-americanos não atingiu apenas no ensino superior, mas também as outras fases de ensino, a reforma teria reiterado a dualidade da educação brasileira, uma vez que tornou compulsório o ensino profissionalizante no atual ensino médio, o que acabava determinando que os jovens de classes menos favorecidas se limitassem a esse tipo de ensino técnico e se destinassem de forma precoce ao mercado de trabalho, ao passo que os jovens de classes mais altas se preparavam para o vestibular e caminhavam para as universidades. Deve-se pontuar que esse tipo de

³⁴ Foram acordos implementados no Brasil entre o Ministério da Educação do país e a United States Agency For International Development (USAID), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Os acordos só se tornaram públicos em 1966 após grande pressão política e popular. O objetivo do acordo era reformar a educação brasileira, de modo a torná-lo mais alinhado aos padrões norte-americanos. Um ponto interessante a se ressaltar da reforma é que ela diminuiu em um ano o tempo de formação do brasileiro até chegar a Universidade, o país passou a ter 11 níveis, diferente do que acontecia em países europeus, onde 12 era o mínimo de níveis até se atingir o suficiente para seguir na Universidade. Técnicos norte-americanos foram contratados para criar a reforma da educação pública que atingiu todos os níveis de ensino no país. De acordo com Lira (2014), o acordo também propunha obrigatoriedade da língua inglesa desde a primeira série do antigo primeiro grau e diminuiu a carga de História entre as disciplinas. Foi nesse período que disciplinas como Filosofia e Educação Política perderam lugar para outras como Educação Moral e Cívica. Como os líderes estudantis brasileiros eram contra a intervenção estrangeira na educação do país, realizaram diversos movimentos contrários ao acordo, no entanto, foram reprimidos pela ditadura militar, que pôs as organizações estudantis na clandestinidade.

movimento afeta indiretamente a questão distributiva, ao passo que se torna mais um obstáculo para que as classes menos favorecidas alcançassem a equidade de renda.

Dentro desse contexto, o Brasil sofreu influências significativas no tocante a educação, cursos e currículos foram modificados sob influência norte-americana, inclusive o curso de Economia. Acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a USAID³⁵ com apoio da Fundação Ford promoveram a vinda de professores norte-americanos para o país, que se responsabilizaram por estruturar os cursos de pós-graduação e as instituições de pesquisa em ascensão. Esse intercâmbio entre acadêmicos brasileiros e estrangeiros foi importante para compreender as transformações na profissionalização dos economistas e como o modelo americano fora injetado em tais instituições. Pode-se dizer que durante o período da ditadura militar, o Brasil perdeu sua autonomia educacional e esse fenômeno fica nítido ao observar as diversas mudanças aqui implementadas.

Acreditando na superioridade acadêmica dos norte-americanos e sob influência de seus recursos, o Brasil aceitou que esses determinassem os rumos da educação no país. O então governo acreditava que trazer os norte-americanos seria sinônimo de melhora em nosso sistema educacional e que os mesmos poderiam treinar e supervisionar enquanto estivessem no país, para comprovar que os brasileiros estariam aplicando o conhecimento concebido de forma correta.

Outro importante fenômeno ocorrido durante o período foi a intensificação dos estudos sobre a economia brasileira fora do país, facilitada pelos acordos de cooperação MECUSAID e também pela Fundação Ford. Ao longo da década de 1960, o número de traduções de obras escritas por autores brasileiros para o inglês se multiplicou, como exemplo é possível citar livros de Celso Furtado e Caio Prado Jr., que passaram a despertar maior interesse entre os estudiosos fora do Brasil.

2.2) Resultados do Censo Demográfico 1970

Publicado em 1972, o Censo Demográfico de 1970 foi a oitava operação censitária nacional conduzia na história do Brasil sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). As pesquisas do Censo foram realizadas com um intervalo de dez anos, tendo sido o primeiro realizado em 1960 e o último em 1970. O resultado da pesquisa revelou importantes dados censitários do país, dentre eles, uma profunda acentuação na

³⁵ Acordo MEC-USAID.

concentração da renda. Vale salientar que a comparação entre os resultados do Censo só fora possível porque o governo brasileiro realizou pela primeira vez em 1960 coletas de informação sobre a renda pessoal, e o objetivo era justamente obter um censo social e econômico do país. Os mesmos dados foram coletados dez anos depois.

De acordo com Andrada e Boianovsky (2020), os primeiros trabalhos acadêmicos que discutiram os resultados do censo foram elaborados pelos economistas Rodolfo Hoffmann (1971) e João Duarte (1971). Um ano depois, Albert Fishlow também escreveu sobre a temática. Como ponto em comum, os três autores defendiam que o aumento da desigualdade refletido nos dados era resultado das políticas econômicas adotadas durante o regime militar vigente. Em particular, citavam medidas adotadas pelo regime como o arrocho salarial realizado no governo Castello Branco.

Em contraponto às afirmações citadas anteriormente, Mário Henrique Simonsen (1935-1997), economista que contemplava o quadro de economistas do então governo, defendia que os dados utilizados por Hoffmann em suas análises eram precários, o que impedia que resultados verídicos fossem encontrados em sua pesquisa. Apontava ainda que a comparação entre os resultados de 1960 e 1970 eram inviáveis, ao passo que em 1960 a coleta de dados sofrera com questões como a sonegação de impostos, o que causaria uma falsa impressão de piora no perfil distributivo do brasileiro dez anos depois.

De acordo com Simonsen, em artigo escrito ao jornal O Globo em 17 de março de 1972, muitas declarações obtidas em 1960 não eram verídicas. O economista defendia que todas as classes obtiveram melhores resultados no tocante a aumento da renda, o que é de fato uma afirmação correta, pois em uma economia com crescimento médio beirando os 10% ao ano, como ocorrido durante o milagre econômico, isso seria normal. No entanto, o que Simonsen se esquivava de comentar era sobre o fato de algumas classes crescerem de forma exorbitantemente maior do que outras, elevando a concentração de renda no país.

Ainda sobre o argumento utilizados por Simonsen, Andrada e Boianovsky (2020) apontam a comparação do economista entre a situação econômica do país e uma torta:

Simonsen (1972b, 64) repetiu esse argumento: “Quando a torta é pequena, é necessário reproduzir o velho clichê: não adianta compartilhar a pobreza antes de criar a riqueza”. Para os autores, ele foi influenciado por Samuelson: “Ao procurar uma melhor divisão da torta, você reduzirá o tamanho da torta criando ineficiências de distorção” (Samuelson, 1970, 834, *itálico no original*; ver também 767). Isso é, políticas redistributivas podem não ser o Pareto ideal. (ANDRADA E BOIANOVSKY, 2020, P. 11)

Andrada e Boianovsky (2020) destacam que curiosamente a “teoria da torta” ou “teoria do bolo”³⁶ foi mais utilizada no Brasil do que em países estrangeiros. O próprio ministro da fazenda Antônio Delfim Netto utilizava a teoria da torta para formalizar a concentração de renda ocorrida no período. Vale salientar que essa teoria defendida pelos economistas do governo militar só foi abandonada durante o II PND³⁷, quando o objetivo central do governo passou a ser crescimento econômico atrelado a desenvolvimento.

Apesar de não concordar com os argumentos de que acentuação da concentração de renda seria resultado das políticas econômicas adotadas durante o governo militar, Delfim Netto reconhecia a problemática presente na questão distributiva do país. No entanto, afirmava que esse era um problema estrutural da sociedade brasileira, esquivando a culpa das políticas implantadas por ele enquanto ministro da fazenda. Delfim questionava os resultados do índice de GINI, pois para ele o indicador não apontava a mudança no bem-estar social, dado que todas as camadas da sociedade teriam melhorado seu bem-estar durante o período, apesar da desigualdade ainda crescente.

O que se pode observar é que a equipe econômica do governo militar insistia na ideia de que a concentração de renda seria resultado natural do mercado e que qualquer tentativa de melhora na distribuição que não fossem as aplicadas pelo então governo, prejudicaria o crescimento do país, o deixando na miséria e apenas com pobreza para compartilhar. A estratégia utilizada pelos economistas do governo para se defender das críticas sobre sua política econômica se baseava em publicar artigos em periódicos de grande circulação da época. Tais publicações poderiam até convencer os leitores, mas não seriam o suficiente para acalmar os ânimos das autoridades financeiras norte-americanas, que no período estavam voltadas para as questões de desenvolvimento na América Latina e tiveram acesso aos estudos que criticam a política econômica brasileira. O artigo escrito por Albert Fishlow em 1972 mudou os rumos

³⁶ Teoria utilizada pelos economistas defensores da política econômica adotada pelo governo militar em que defendiam o processo concentrador de renda como uma estratégia para acentuar o crescimento econômico, elevando a capacidade de poupança e financiando investimentos, para que, depois, todos pudessem usufruir da riqueza gerada. Esses economistas defendiam que a concentração de renda era uma propensão lógica em um país que passava pelo processo de desenvolvimento. Frases como “É preciso primeiro aumentar o bolo (da renda nacional) para depois reparti-lo” ficaram famosas entre esses economistas, mais precisamente Delfim Netto. Transformada em lei geral, essa estratégia ganhou força e difundiu-se a “teoria do bolo”. Se difundiram equivocadas ideias de que para o Brasil crescer, era necessário aumentar a poupança interna, prevalecendo a ideia de que não se deveriam promover políticas que favorecessem a distribuição, já que as classes de renda mais elevada poupavam mais que as de baixa renda. Assim, se a renda nacional fosse direcionada para a parcela mais pobre, a poupança interna cairia, pois, a propensão marginal para consumir é maior entre essas classes.

³⁷ Lançado em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, mais conhecido como II PND, é considerado por muitos como a maior e mais ousada iniciativa de desenvolvimento. Era um plano ambicioso e tinha como um de seus objetivos expandir a capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital.

do debate distributivo no Brasil ao levar a questão até as autoridades principais do Banco Mundial, como será abordado na próxima seção.

2.3) O artigo de Albert Fishlow, Robert McNamara e Delfim Netto

O discurso do então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento no ano de 1972 deixa claro que a questão distributiva problemática no Brasil já havia se tornado conhecida internacionalmente. De acordo com Andrada e Boianovsky (2020), em seu discurso, McNamara apontou o Brasil como um exemplo a não ser seguido por outras nações e destacou que o país fora incapaz de atrelar altas taxas de crescimento econômico no período do milagre com melhoria de bem-estar para os segmentos mais pobres, apesar de Delfim Netto defender o oposto.

As falas de McNamara acenderam o interesse mundial pela temática e foram fundamentais para fomentar o debate distributivo no Brasil, tornando-o um dos principais assuntos de discussão durante o período. Um ponto importante a se destacar em relação ao debate que emergiu no período, é que apesar da ditadura militar vigente e seu caráter opressor, Andrada e Boianovsky (2020) apontam que havia um certo grau de liberdade para discutir a questão distributiva. Tal afirmação pode ser considerada contraditória, dado que o debate emerge ao início da década de 1970, pós- AI-5 (1968). Para os autores, a “liberdade acadêmica” para o debate existia, pois em um primeiro momento os economistas não eram vistos como opositores ou contestadores ao regime, mas sim “técnicos” que avaliariam resultados econométricos e índices como o de Gini, por exemplo.

De acordo com Andrada e Boianovsky (2020), os militares se consideravam democratas e tentavam ao máximo evitar a imagem de ditadura para o exterior, para isso, mantiveram alguns elementos que caracterizavam uma democracia, como a manutenção do congresso aberto em funcionamento, no entanto, sem poder e sem partido de oposição. Ainda sobre a censura no debate, Delfim Netto afirmava de forma dialética que não havia censura real na área econômica, porque a linha dura da ditadura militar era contra a política econômica liberal e pró mercado dominante. No entanto, há de se destacar que em 1972, Celso Furtado teve um artigo escrito por ele censurado pelos militares, assim como artigos publicados no Estado de São Paulo, Veja e Jornal do Brasil também sofreram com censura devido a seu conteúdo anti-política econômica militar.

Em relação à crítica realizada por McNamara em 1972, é possível dizer que a mesma funcionaria como uma avaliação internacional sobre a gestão política e econômica brasileira, desse modo os formuladores de política econômica no país não poderiam ignorar o discurso, até porque dependiam da aprovação internacional para seguir crescendo e assim legitimar o regime militar. E é partindo desse princípio que este estudo entende o artigo escrito por Albert Fishlow em 1972 como grande ponto de influência para o início do debate, pois após sua publicação e apresentação a Robert McNamara, afloraram os interesses pelo Brasil e a sua questão distributiva, acarretando desespero dos militares em comprovar sua eficiência no poder para as instituições norte-americanas.

2.3.1) A relação entre Fishlow e a economia brasileira

Nascido na cidade norte-americana da Filadélfia em 1935, Albert Fishlow mantinha profundo interesse sobre as questões econômicas, políticas e históricas, o que o levou a formação de economista pela Universidade da Pensilvânia. Ao longo de sua carreira acadêmica, se aprofundou nos estudos da história econômica.

Ao final da década de 1960, já sob o regime militar, Fishlow chega ao Brasil em meio ao processo de intercâmbio já citado anteriormente, que trazia pesquisadores norte-americanos para o país. Esse período fora marcado pela ascensão dos centros de pesquisa brasileiros e maior sinergia entre esses e as universidades norte-americanas. Fishlow se engajou em diversos debates acerca da economia brasileira e se tornou importante figura nos estudos sobre a questão distributiva no período.

O economista também atuou na elaboração do Plano Decenal³⁸ aplicado no governo Costa e Silva (1967-1969), ratificando a importância dada aos economistas estrangeiros que participavam de forma incisiva na formação de planos econômicos para o Brasil. A partir de Fishlow (2005) é possível compreender que ele enxergava sua passagem pelo Brasil como uma possibilidade de ajuda norte-americana ao país, não em forma de recursos financeiros, mas sim recursos humanos.

³⁸Plano econômico que estabelecia as principais diretrizes da política de desenvolvimento do governo para o período 1967-1976. O objetivo do Plano Decenal era realizar um diagnóstico geral da economia brasileira, a fim de efetuar projeções que possibilitassem indicar medidas corretivas para cada setor. Após essa primeira etapa, o plano previa a colaboração entre os diferentes ministérios e demais órgãos executivos do governo, os órgãos regionais e a iniciativa privada, a qual se encarregaria da execução da maior parte das metas setoriais.

Fishlow (2005) aponta que em um primeiro momento, o plano traçado para auxiliar a economia brasileira seria restabelecer o crescimento econômico. Tal ação serviria diretamente aos interesses do então ministro da fazenda Delfim Netto, que de acordo com o autor estava mais interessado no crescimento do que na redução da inflação. Vale salientar que a relação entre os economistas norte-americanos e a equipe econômica brasileira, se dava por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³⁹.

Criado em 1964, pelo então ministro do planejamento Roberto Campos e por João Paulo Reis Velloso, o IPEA foi fundamental para o fornecimento de dados e subsídios na elaboração de projetos e planejamento econômico. Como exemplo de programas que surgiram com o apoio do órgão, é possível citar o famoso PAEG do governo Castello Branco citado no capítulo anterior. Para Loureiro (1997b), o IPEA também foi fundamental na consolidação de economistas como técnicos políticos.

Enquanto pesquisador atuante do IPEA, Fishlow se aproximou de jovens pesquisadores brasileiros como Pedro Malan e Marcelo de Paiva Abreu e mantendo contato com os mais experientes como Maria da Conceição Tavares e Antônio Barros de Castro. Dentro dessa configuração, o IPEA se moldava enquanto instituição para pensar e refletir sobre os problemas da economia brasileira, no entanto, Loureiro (1997b) defende que essa característica se formou no médio prazo, pois inicialmente o instituto se voltava para as necessidades imediatas exigidas pelas políticas governamentais e gradualmente no médio prazo, se transformou em um “órgão pensante”.

Assim como Andrada e Boianovsky (2020), Fishlow (2005) defende que existia liberdade intelectual no período, mais precisamente anteriormente ao Ato Institucional nº 5, o que diferenciava o ambiente acadêmico das outras esferas presentes na sociedade, que sofriam com o clima de tensão política e a repressão militar. Entre os estudos de Fishlow, se destacavam planejamento da macroeconomia, planos do governo e distribuição da renda.

Dentre os artigos e pesquisas entregues por Fishlow, um se torna mais notável para este estudo, o artigo escrito por ele em 1972. Fishlow (2005) destaca que no período em que atuou no IPEA, decidiu extrair uma amostra do Censo Demográfico de 1960, que não fora publicado devido ao golpe de 1964, para realizar um estudo sobre a distribuição de renda no Brasil mais

³⁹ Criado em 1964, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada se tornou um importante local para os acadêmicos brasileiros, foi de suma importância para a formação de conhecimento econômico durante o período. Na instituição surgiram definições de atuação política, contrárias ou não ao então governo. O IPEA também foi importante para expandir a visibilidade dos economistas para além do mundo acadêmico e elevá-los a posição de interlocutores políticos, engajando seus pesquisadores nos debates dos problemas nacionais.

aprofundado e verídico. O economista conseguiu selecionar dados significativos para constituir sua base, o que possibilitou o desencadeamento de sua pesquisa posterior em 1969, quando já não residia mais no Brasil. Ou seja, por conta de seu vínculo com o governo e as instituições de pesquisa brasileiras, Fishlow obteve acesso a diversos dados importantes para compor sua pesquisa, que mais tarde seria “uma pedra no sapato” do governo militar.

A trajetória de Fishlow no IPEA era positiva; no entanto, a promulgação do AI-5 marcou uma inflexão na relação da instituição com o economista. Após o ocorrido, o contrato com o IPEA foi rompido e Fishlow retornou à Califórnia, onde lecionava na Universidade de Berkeley, o economista se recusou a manter a relação, pois para ele o país estaria “se transformando em uma ditadura”. Vale salientar que não só Fishlow rompeu com o governo militar, mas a Universidade de Berkeley também. Um fato curioso sobre o rompimento é que somente a partir do AI-5 Fishlow passou a enxergar o então governo como antidemocrático, no entanto, o país já vivenciava quatro anos de ditadura militar. O enrijecimento do governo assustou Fishlow e o levou a uma posição crítica aos militares, acarretando um alinhamento do economista mais à esquerda, como exemplo, é possível citar as polêmicas em que se envolveu no debate distributivo, indo contra o governo.

Apesar de fora do Brasil, Fishlow manteve seus estudos sobre o país e o contato com os acadêmicos brasileiros, que conheceu durante sua estadia no país. Em 1971 retorna ao Brasil como pesquisador independente e é nesse ano que ele produz seus trabalhos sobre a distribuição da renda, seu texto mais conhecido sobre o tema foi publicado em 1972. Há de se destacar que o artigo de Fishlow surge como um importante questionamento sobre os benefícios do milagre econômico.

Fishlow defendia que o modelo de desenvolvimento posto em prática no Brasil, não teria sido capaz de atender o principal objetivo do desenvolvimento econômico, que é a elevação do padrão de vida do indivíduo. O economista reconhece as altas taxas de crescimento econômico ocorridas no período do milagre, mas destaca que essas não foram suficientes para reverter o cenário da desigualdade existente no país, ao contrário, acentuou a problemática.

Para Fishlow (1975), qualquer índice de melhora na distribuição de renda deveria ser conduzido através de política econômica. Ele desafiava o governo brasileiro a manter as taxas de crescimento e enfrentar o problema da desigualdade estrutural de forma concomitante, para que os marginalizados ao processo de crescimento econômico enfim pudessem gozar de progresso social.

Segundo Fishlow (2005), as políticas econômicas adotadas a partir de 1964 alavancaram a concentração de renda, por isso ele se distancia de interpretações focadas em aspectos

individuais como a de Langoni. O estudo do economista pode ser avaliado como um dos pioneiros sobre o assunto e influenciou diversos estudos posteriores. Fishlow aponta como vantagem de seu estudo o acesso privado que obteve aos dados censitários de 1960, que não foram publicados formalmente. É nesse período que o debate chega à imprensa e se torna público, atingindo setores para além do ambiente acadêmico. Sobre seu estudo comparativo entre os Censos de 1960 e 1970, Fishlow declara:

[...] Acabavam de ser divulgados os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1970. Tive a ideia de fazer uma comparação entre a distribuição de renda em 60 e em 70 e consegui acesso a essas informações com a ajuda do ministro Velloso, que ainda estava no Ipea. Foi aí que constatei, em primeira mão, como tinha piorado a distribuição de renda entre 1960 e 70. Com esses dados, escrevi um artigo que apresentei na convenção da Associação Americana de Economia. Hollis Chenery, que agora estava trabalhando no Banco Mundial, presidia a sessão, e logo depois da reunião fui chamado ao Banco Mundial, que estava interessado no problema de distribuição de renda e fazia estudos em outros países [...] (FISHLOW, 2005, p. 54).

O interesse internacional acerca da questão distributiva no Brasil elevou o nível do debate. Fishlow (2005) afirma ter entrado em contato com o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara que possuía interesses genuínos na problemática. E é nesse momento que os economistas ligados ao governo, mais precisamente Delfim Netto começam a sentir incômodo com o assunto. A insatisfação tomou conta de Delfim ao saber da relação entre Fishlow e McNamara e do interesse na questão distributiva mútuo, o que o levou o então ministro da fazenda a tentar provar a todo custo que o brasilianista estava errado em suas conclusões sobre a distribuição de renda no país. Para que seus objetivos fossem cumpridos, Delfim convocou o economista Carlos Geraldo Langoni para lhe auxiliar a criar uma teoria oficial do governo que defendesse o governo das acusações feitas por Fishlow.

No mesmo ano, McNamara visita o Brasil para discutir as questões distributivas com Delfim. Baseado nos estudos de Fishlow o então presidente do Banco Mundial levanta diversas críticas à desigualdade de renda no país. É interessante perceber que com o interesse internacional no debate, observa-se maior movimentação por parte do governo brasileiro em fomentar o debate e provar que Fishlow estava equivocado. Assim, pode-se dizer que os estudos do norte-americano inauguraram o debate distributivo no país.

Diante da movimentação internacional causada pelos estudos de Fishlow, Delfim Netto se mobilizou para minimizar as consequências que a fama de uma política econômica excludente poderia acarretar ao Brasil. Assim, Delfim passou a trabalhar na construção do que seria uma teoria “oficial” para o aumento da concentração de renda no período, dado que essa constatação já estava provada, o que ele buscava era uma explicação plausível aos interesses

governamentais para tal. O estudo de Carlos Geraldo Langoni, que será abordado mais a frente, surge como um parecer técnico do governo para justificar os problemas apontados por Fishlow. O estudo conduzido pelo norte-americano abriu um campo de disputa entre os economistas.

2.3.2) O parecer de Fishlow sobre a questão distributiva

Segundo Fishlow (1975), a configuração da pobreza no Brasil era marcada por algumas situações particulares inerentes ao país, como os baixos níveis educacionais da população, famílias com número de filhos maior que a média e concentração de pobreza em um estado específico, no caso, o Nordeste, que apresentava menores índices de desigualdade de renda, justamente por concentrar a maioria da população pobre do país. Fishlow aponta que o fenômeno da pobreza no Brasil estaria fortemente ligado a baixos níveis de produtividade para grande parcela da economia rural.

Em seus estudos, o economista destaca que a importância da idade, do setor e da educação não variam de forma considerável para explicar a renda de um indivíduo, principalmente em regiões com renda mais alta. Ele defende que uma explicação plausível sobre a desigualdade de renda no país deve considerar que a educação explicaria parte das razões, mas não todas, por isso a pesquisa deve conter outras variáveis, como cor, sexo e status migratório, além disso, as características institucionais da sociedade também.

Fishlow (1975) defende que as políticas salariais de arrocho postas em curso no governo Castelo Branco permitiram que a inflação real ultrapassasse os aumentos salariais programados, fazendo com que o assalariado perdesse o poder de compra, alavancando o nível de pobreza. Para ele, a proposta possuía um sentido mais amplo que apenas reduzir o salário do proletário, mas consistia em oprimir o trabalhador urbano que configurava uma ameaça política para o governo, além de ajudar em um estabelecimento de uma ordem econômica voltadas para acumulação de capital privado. O movimento beneficiou a minoria detentora do capital, que estava ligada ao setor urbano.

De acordo com Fishlow (1975) outra característica marcante dos benefícios do governo para com as classes mais privilegiadas da economia, teria sido a política fiscal aplicada. Havia concessão de incentivos na área de imposto de renda para investimentos no mercado de valores imobiliários, aplicações em determinadas regiões e setores especificados. Mecanismo generoso para quem possuía débitos fiscais, mas não vantajoso aos menos favorecidos. As taxas de juros reais positivas beneficiavam os donos de poupança e a bolsa de valores beneficiava quem estava

no mercado de capitais, ao passo que os trabalhadores mais pobres sofriam com arrocho salarial e perda do poder de compra, ou seja, havia uma relação disfuncional da renda. Tendo em vista toda essa movimentação, Fishlow defendia que a acentuação da concentração de renda no período não seria apenas uma consequência inevitável diante de um crescimento acelerado, mas teria, sim, sido provocada por políticas econômicas implantadas no governo militar.

2.4) A contribuição de Rodolfo Hoffmann

Formado em Agronomia no ano de 1965, Rodolfo Hoffmann obteve seu título de mestre em Ciências Sociais Rurais em 1967 e de doutor em Economia Agrária no ano de 1969, todos obtidos pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, a ESALQUSP. Hoffmann passou a direcionar seus estudos em pautas econômicas quando defendeu sua tese sobre a distribuição de renda. Destaco Hoffmann como um dos pioneiros na temática do debate, pois antes mesmo de Fishlow, já desenvolvia estudos sobre a acentuação da concentração de renda no país durante o período e se destacava como pesquisador renomado no meio acadêmico, possuindo importante papel na ascensão do debate.

A relação de Hoffmann com o debate distributivo pode ser observada a luz da ascensão dos centros de pós graduação no Brasil, que se estabeleceram no país como locais importantes para o desenvolvimento e produção de conteúdo. Ekerman (1989) destaca que Hoffmann fora um dos primeiros autores a investigar as reais causas da deterioração na distribuição da renda entre 1960 e 1970 a partir dos resultados do Censo Demográfico, mesmo sem acesso a todos os dados da pesquisa, dado que alguns foram censurados pelo então governo. Apesar de sua considerável posição no meio acadêmico, Hoffmann não era tão midiático quanto outros economistas presentes no debate, como Fishlow e Langoni e publicava menos em jornais.

Hoffmann sofreu com a opressão do regime militar e assim como outros líderes estudantis e sindicais, foi preso. Hoffmann (2009) destaca que a repressão aos opositores do regime acarretou redução do poder de barganha dos trabalhadores e conseqüentemente na concentração da renda, pois os mesmos perderam o direito de contestar seus direitos trabalhistas e melhores salários. Hoffmann também defendia que a política econômica adotada durante o governo militar foi responsável pela acentuação da concentração de renda no Brasil. Para ele, existiam diversas maneiras para que o país saísse da crise que atravessava desde o início da década de 1960, no entanto, a escolhida foi a que alavancou a concentração da renda. Ele defendia que a escolha fora política e não econômica, pois as desigualdades vigentes não se

limitavam aos mecanismos de mercado, baseado nas leis de oferta e demanda. Discordava da ideia defendida por Langoni sobre uma possível naturalidade do fenômeno que concentrava a renda.

A questão distributiva ocupou significativo espaço nas pesquisas de Hoffman, , ele também foi responsável por enaltecer interpretações críticas a Langoni, Delfim e cia. A partir de 1972 a questão distributiva se torna assunto central para Hoffmann e ele publica um artigo onde defendia que a questão ditributiva passava a ser uma das grandes preocupações dos economistas. Em seu trabalho, ele relacionava o processo de concentração da renda com o rápido crescimento econômico vigente no país, que se opunha ao desenvolvimento econômico no longo prazo. Ainda em 1972, escreve um artigo com João Carlos Duarte⁴⁰ para abordar novamente a temática, a parceria deu certo e juntos escreveram diversos artigos para a Revista Brasileira de Administração da FGV. Em seu texto, Duarte e Hoffmann (1972) destacam o salto do índice de Gini entre as décadas de 1960 e 1970, que saiu de 0,49 para 0,57. Os autores destacam que a desigualdade foi maior na região Sul, mais precisamente nos setores urbanos e que o arrocho salarial seria a causa mais evidente do processo. O salário médio da maioria da população que trabalhava no setor industrial estava desvinculado dos ganhos de produtividade do setor e amarrado ao salário mínimo estabelecido de forma institucional.

O estudo de Duarte e Hoffmann (1972) ganhou destaque ao apresentar números que surpreendiam no tocante à distribuição da renda no país, como exemplo, o fato de 10% da população brasileira possuir quase a metade de toda renda nacional. Os autores diferenciaram grupos sociais a partir da renda recebida e assim foram identificados quatro grupos. O primeiro concentrava 50% da população, em suma formado pelos não proprietários de terra da zona rural e parte população nordestina. O segundo, 30% da população que possuía uma renda três vezes maior que o primeiro grupo. Já o terceiro grupo, formado por pequeno comerciantes, operários e burocratas de médio porte, se refere a 15% da população e detém 27% da renda total. Por último, o quarto grupo, 5% da população que detinham 36% da renda total.

Sobre a política salarial do período, Hoffmann (1975) destaca que o salário mínimo real diminuiu entre as décadas em análise e que como a remuneração de empregados administrativos, em particular os executivos de grandes empresas, era estabelecido por forças sociais que regulam o nível de renda da classe dominante e não em função da oferta e demanda

⁴⁰ Formado em agronomia, deslocou-se para as ciências sociais já em seu mestrado. Atento para a preocupação crescente com o problema da distribuição da renda no Brasil, empreendeu o seu trabalho de dissertação de mestrado sobre o tema, intitulada “Aspectos da distribuição de renda no Brasil em 1970”, e defendida em 1972 na ESALQ/USP.

dessa mão-de-obra, esses se beneficiaram do processo concentrador de renda. A discrepância de salários entre os empregadores e empregados estaria entre os determinantes da concentração de renda.

Assim como Langoni, Hoffmann (1975) utilizou de metodologia econométrica para desenvolver seus estudos sobre a distribuição da renda e concluiu que durante o milagre econômico ocorrido no país, metade da população não se beneficiou com as taxas de crescimento (em termos monetários) e outros 30% tiveram apenas benefícios marginais. O autor destaca a compressão salarial como um dos grandes motivos para a concentração da renda apesar do crescimento ocorrido. Assim como Bacha (1975), Duarte e Hoffmann (1972) defendiam que o crescimento do produto ocorrido no período em questão, beneficiou apenas uma parcela da sociedade em detrimento da outra, que fora marginalizada dos benefícios do crescimento econômico.

Sobre o milagre econômico e os resultados do censo, Hoffmann aponta que o crescimento econômico ocorrido fora beneficiado pelo processo de concentração da renda, para o autor esse modelo de crescimento se opõe ao desenvolvimento econômico de longo prazo. Segundo Hoffmann (1975), a renda real de 50% da população remunerada com renda mais baixa apresentou um aumento de 1% entre 1960 e 1970, o que ele considera como “desprezível”.

Além de estudar a questão distributiva nos setores industriais e urbanos, Hoffmann utilizou de sua formação para compreender que também era necessário avaliar a maneira como se dava a distribuição da posse de terras no país. Hoffmann (1975) realiza uma análise histórica para compreender o cenário vigente e entende que há uma estabilidade na distribuição de riquezas e de renda em um país caso não ocorram revoluções sociais, e esse é o caso do Brasil. Em países com essa configuração social, os índices de concentração se modificam pouco ou lentamente.

Hoffmann retorna ao início da formação econômica do Brasil e recorre a autores como Caio Prado Junior e Celso Furtado para compreender o início da questão distributiva no país com a questão da posse de terras. A partir de análises históricas, Hoffmann entende que nesse período se construía o problema distributivo, dado que as condições econômicas do país e sua estrutura social se constituía inviabilizando uma organização agrária democrática. Diferente de outras vertentes do debate que buscavam explicar a concentração da renda em torno de movimentos naturais da economia, Hoffmann (1975) utiliza a histórica como explicação de problemas econômicos atuais. As análises históricas de Hoffmann refutaram suas análises econométricas.

Além da posse de terras, Hoffmann também estuda o ciclo do açúcar e a exploração que ali existiu, destacando que o sistema imposto era incoerente com minifúndios e que mesmo após a abolição da escravidão o sistema não sofreu modificações, mantendo a concentração de renda existente. Tais pontos são importantes para entender os condicionantes históricos e as estruturas sociais que se formaram no país ao longo dos anos, marcada por alta desigualdade de renda entre as classes.

Hoffmann (1975) defende que o padrão de desenvolvimento utilizado no Brasil diferiu do utilizado nos Estados Unidos, dado que entre os norte-americanos houve distribuição da renda desde o período da colonização, pois adotaram um sistema econômico baseado na pequena propriedade familiar, diferente do que ocorreu aqui, onde reinou a monocultura em grandes latifúndios. Ainda pautado na reconstrução histórica, Hoffmann destaca a concentração de renda existente no processo de crescimento da indústria brasileira.

Hoffmann também destaca a importância do debate distributivo e como a questão ultrapassou o interesse acadêmico e mobilizou outras instâncias e defendia que uma distribuição de renda mais igualitária dependeria de profundas modificações estruturais de produção, organizada em função de uma demanda condicionada por alto grau de concentração.

Capítulo 3: O Debate Distributivo: Tese Oficial x Opositores ao governo

Sobre o debate distributivo, Andrada e Boianovsky (2020) destacam uma matéria publicada em 1972 pelo Jornal Opinião, a qual se intitulava: “Milagre Brasileiro- O grande debate”. O jornal pontuava a mobilização que o debate estava causando entre os economistas e destacava Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen como os grandes defensores dos interesses do governo militar. Segundo a reportagem, os economistas alinhados ao governo, que ficaram conhecidos por defender a “teoria oficial”, apresentavam uma interpretação mais difundida que os economistas contrários a ela. Em suma, o debate fora marcado por dois lados opostos: economistas ligados aos interesses do governo militar x Economistas de linhagem crítica ao governo, em sua maioria relacionados à tradição cepalina ou membros da esquerda refugiada.

3.1) Delfim Netto, Langoni e a Tese Oficial

Após uma percepção de que apenas desqualificar publicamente os dados apresentados por Fishlow não seria o suficiente para reparar as consequências do discurso realizado por McNamara, o governo militar e sua equipe econômica optaram por um contra-ataque acadêmico. É nesse contexto que surge a figura do economista Carlos Geraldo Langoni, recém-chegado ao Brasil após se tornar o primeiro brasileiro a alcançar o título de doutor em economia pela Universidade de Chicago⁴¹. Ao retornar, Langoni passou a lecionar na USP e na FGV-RIO, além de participar constantemente de reuniões organizadas por Delfim Netto na Universidade de São Paulo.

Para Delfim, o debate precisaria ser aprofundado não apenas politicamente, mas também economicamente, é nesse contexto que a figura de Langoni se torna crucial. Em um primeiro momento, Delfim solicitou que Langoni comentasse o texto escrito por Fishlow em 1972, ao qual McNamara teve acesso. A partir de sua formação, Langoni se baseou em estudos que

⁴¹ A tese de doutorado de Langoni, intitulada: “*The Sources of Brazilian Economic Growth*”, foi publicada como livro em 1974 (*As Causas do Crescimento Econômico do Brasil*) e iniciou um importante debate sobre a relação entre educação, crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil com outro livro (*Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, 1973). Baseado na Teoria do Capital Humano, os principais argumentos de Langoni elaborados durante seu período de doutoramento em Chicago foram que a educação é fundamental para o crescimento econômico e é, também, o ingrediente essencial para conciliar, a longo prazo, crescimento e distribuição de renda.

tomavam a Teoria do Capital Humano⁴² como ponto focal, e defendia que a desigualdade existente no Brasil era um efeito temporário causado pelo crescimento do mercado atrelado a escassez de mão de obra qualificada. Satisfeito com os comentários realizados por Langoni, Delfim solicitou ao economista uma pesquisa oficial por parte do Ministério da Fazenda sobre a distribuição de renda no Brasil.

Andrada e Boianovsky (2020) destacam que já no mês de junho do ano de 1972, a revista *Veja* publicou os primeiros resultados da pesquisa de Langoni e uma informação chamava atenção: em nenhuma das camadas sociais foi observada uma diminuição da renda, ou seja, todos aumentaram sua renda, exceto os analfabetos que permaneceram com a mesma renda de 1960. No ano seguinte, em 1973, Langoni lançou outro artigo sobre sua pesquisa, dessa vez na revista da USP. A rapidez na entrega dos resultados chamava atenção, no entanto, vale salientar que além de sua capacidade analítica, o economista também contou com o apoio do governo, inclusive na obtenção de micro dados que outros pesquisadores não possuíam acesso. O estudo de Langoni seria utilizado como uma resposta oficial à crítica dos opositores ao governo.

Pontos importantes a serem considerados no estudo de Langoni, é que o mesmo isentou a política salarial como responsável pela deterioração na distribuição da renda. De acordo com o economista, o salário mínimo já vinha em tendência de declínio em termos reais desde 1961, e a política salarial implantada entre 1965 e 1966 seria um apêndice da política anti-inflacionária. Os estudos de Langoni apontavam que de acordo com a parábola de Simon Kuznetz, o aumento da desigualdade seria algo inevitável, e uma consequência do processo de desenvolvimento econômico.

Em relação à trajetória acadêmica de Langoni, pode-se dizer que seu bom desempenho durante a graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), levou o recém formado economista a receber uma bolsa de estudos para cursar a pós-graduação nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Chicago, onde permaneceu até meados de 1970 quando concluiu seu doutorado em economia. Langoni se beneficiou das parcerias acadêmicas entre o Brasil e EUA.

Durante seus anos na Universidade de Chicago, Langoni teve contato com toda literatura predominante na Universidade, voltada para o pensamento econômico que defende o mercado livre. Langoni utilizou dessas teorias para realizar uma interpretação própria relacionada a

⁴² A Teoria do Capital Humano defende que investimentos em educação e saúde podem aperfeiçoar as aptidões e habilidades de um indivíduo, o tornando mais produtivo, o que no longo prazo alavancaria o crescimento do país. De acordo com a teoria, diferentes níveis de Capital Humano seriam os responsáveis pelos diferentes níveis salariais.

problemática econômica vigente no Brasil durante o início da década de 1970. A legitimidade dada a pesquisa de Langoni era reflexo da maior importância dada à profissão de economista, já citada anteriormente, o profissional seria o portador de conhecimento necessário para discutir toda problemática econômica brasileira.

Sobre o período em que estudou na Universidade de Chicago, Langoni aponta a diferença percebida por ele em relação à parte quantitativa de estatística. De acordo com Langoni (2019), a Universidade o proporcionou maior contato com o instrumental macro e microeconômico, que segundo ele, podem ser aplicados tanto em empresas como em questões relacionadas a desenvolvimento econômico. Através da influência dos professores de Chicago, o economista passou a focar em teorias de desenvolvimento que iam contra as teorias de desenvolvimento cepalinas. Langoni defendia que a Universidade de Chicago teria mais interesse por desenvolvimento do que a própria CEPAL, no entanto, através de uma ótica totalmente distinta.

A partir das mudanças sociais e econômicas que ocorriam durante o período é possível compreender a importância da Escola de Chicago dentro do estudo sobre desenvolvimento econômico. Os economistas da Universidade foram os responsáveis por reformular as teorias do desenvolvimento econômico, de modo que, a partir de então, estudariam além do capital físico, a participação do capital humano. Sobre o período em que vivenciou o novo estilo de estudar desenvolvimento em Chicago, Langoni comenta sobre essa influência na decisão de sua tese:

[...] tive o privilégio de viver essa revolução intelectual na Universidade de Chicago, e isso me marcou profundamente. Sendo brasileiro e vendo os grandes problemas nacionais na área de educação e de desenvolvimento, não poderia deixar de fazer uma tese sobre esse assunto. Curiosamente, quando voltei ao Brasil e comecei a falar sobre capital humano na educação, o pessoal de esquerda tinha crises histéricas porque, pela primeira vez, estávamos tratando objetivamente de um problema com mais razão e menos emoção (LANGONI, 2019, p. 40-41).

Após sua vivência e aprendizado em Chicago, Langoni se interessou por estudar as relações entre crescimento econômico e educação no Brasil através de uma nova ótica, pautada na ideia de acumulação de capital em um sentido mais amplo, não apenas capital enquanto máquina e equipamentos, mas também capital humano, em relação a conhecimentos técnicos e teóricos. No entanto, o problema dos estudos realizados por Langoni no tocante a realidade brasileira, é que muitas vezes o economista se baseava em instrumental matemático e deixava de lado importantes aspectos, como, por exemplo, as condições sociais ligadas à escolaridade. Langoni acreditava que sua análise era inovadora, pois se diferenciava das até então realizadas, em suma por economistas cepalinos, as quais ele julgava como “ideológicas e dogmáticas”.

Baseado na teoria do capital humano, Langoni defendia a educação como um fator de extrema importância para a elevação do produto. De acordo com a pesquisa elaborada pelo economista, os ganhos pessoais teriam acréscimo a partir de anos a mais de estudo, ou seja, o mercado de trabalho teria a capacidade de absorver mão de obra mais qualificada. Para tentar comprovar a ligação entre a teoria do capital humano e a realidade econômica brasileira, Langoni utilizou um modelo econométrico onde mediu a contribuição da educação para o processo de desenvolvimento econômico. Diferente de pesquisas realizadas até então, o economista introduziu a variável educação como ativo.

Em 1970, Langoni se torna doutor em economia pela Universidade de Chicago. Após concluir sua pós-graduação no exterior, Langoni retorna ao Brasil e segue sua carreira de pesquisador, além de se tornar professor na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, também passa a lecionar na Universidade de São Paulo. Por conta de seu prestígio, Langoni assume a diretoria da área bancária do Banco Central em 1979 e logo no ano seguinte se torna presidente da mesma instituição.

Sobre a maneira como Langoni se tornou um dos principais personagens no debate distributivo do período, é possível destacar a relação entre o então ministro da fazenda Antônio Delfim Netto e o economista. Delfim mantinha interesse na área acadêmica e convidou Langoni para estudar a questão distributiva. O convite foi crucial para afunilar os vínculos entre o governo e a pesquisa acadêmica, vale salientar ainda, que Langoni teria total apoio governamental em sua pesquisa.

A partir de então, Carlos Langoni se tornou o principal porta-voz do governo no tocante ao assunto. Amparado por análises quantitativas e econometria, o economista oferecia uma nova explicação para questões de economia política, nesse caso, a distribuição da renda. Langoni alavancou o debate ao nível nacional. A pesquisa, desenvolvida por ele, funcionaria como uma resposta por parte do governo para explicar a deterioração na distribuição de renda ocorrida e denunciada por Fishlow em 1972 como resultado da política econômica adotada pelo regime militar.

Para Langoni (2019), o debate distributivo ocorrido na década de 1970, fora o mais importante de todo o período militar, pois pela primeira vez surgia um aspecto no processo de crescimento econômico desfavorável ao governo, que até então se favorecia das altas taxas de crescimento do PIB atreladas a quedas significativas na inflação. No entanto, Langoni defende que as afirmações sobre uma redução do bem-estar durante o período não eram verdadeiras, e por isso contestava o trabalho apresentado por Albert Fishlow.

A diferença entre os economistas abriu precedente para um debate teórico no campo do pensamento econômico, o que ratificava a diferença entre os que apoiavam o governo militar e o que eram contra o mesmo. Os economistas próximos à gestão militar defendiam que a questão distributiva era usada para criticar sem embasamento a política econômica posta em prática após 1964.

Em sua pesquisa, Langoni pontuava que o Brasil seria um caso clássico de desenvolvimento econômico, onde a concentração de renda seria um resultado comum do processo. Langoni realizou uma leitura viesada da curva de Kuznets e defendia que o país cresceu de forma acelerada em um curto espaço de tempo, acarretando transferência de mão de obra não qualificada, utilizada na agricultura para qualificada da indústria. A aceleração no processo de urbanização também teria acentuado a diferença entre remunerações com maior ou menor qualificação, processo que ele aponta como comum em um país que estava se industrializando. Langoni levantou dados e apontou uma maior homogeneidade e menos dinamismo no setor primário em comparação com os outros setores da economia, confirmando a mudança estrutural que ocorrera no país. Ao passo que a taxa média de crescimento da renda real no setor rural foi de 14%, o setor urbano teve 42% de crescimento.

Langoni (1973) associava a piora na distribuição da renda diretamente ao fato de que havia uma diferença muito grande de dotação do ativo educacional entre as pessoas e também um efeito maior do dinamismo da economia em favor dos de maior qualificação profissional⁴³. Defendia também que o ajuste se daria no longo prazo, à medida que a educação fosse oferecida à mão de obra de menor qualificação, assim equilibrando o “prêmio” educacional entre qualificados e não-qualificados.

Vale ratificar a importância da pesquisa de Langoni mediante um governo militar que buscava sua legitimidade perante a sociedade através de resultados econômicos robustos. Fato destacado pelo próprio:

De certa forma, a legitimidade do regime, como ocorre com qualquer regime autoritário, dependia muito do desempenho econômico. Era uma situação muito desconfortável: o modelo econômico levava à acumulação de riqueza nas mãos de poucas pessoas. O governo percebeu que era necessário haver um contra-ataque acadêmico, pois não era possível sustentar o debate só entre o ministro e a área acadêmica; o Delfim entendeu tudo rapidamente'. (LANGONI, 2019, P.52-53)

⁴³ Mais precisamente ao processo de transferência de mão de obra do setor primário, para o setor urbano, o que privilegiava a mão de obra qualificada. Em seu estudo, apontava a maior participação de jovens com menos de 20 anos e de mulheres no mercado de trabalho como possível motivo para piora no indicador distributivo, além de destacar a redução proporcional entre 1960 e 1970 da População Economicamente Ativa (PEA) sem rendimento.

Além de atenuar a concentração de renda ocorrida no período, Langoni também critica a metodologia utilizada em Fishlow (1972). Para contrapor o trabalho do norte-americano, Langoni utiliza como instrumental o perfil de rendas individuais. Langoni (1973) buscava compreender a importância da mudança nos perfis de renda entre 1960 e 1970 para a população na totalidade e de forma setorializada, para isso desmistifica a mudança ocorrida na composição da renda, afirmando que nem sempre o ocorrido influenciaria em perda de bem-estar do indivíduo. Para o economista, não seria possível comparar o indicador da desigualdade de renda e o bem-estar da sociedade, pois o que mudava era a estrutura produtiva do país, que passava a premiar a mão de obra qualificada que se inseria nos novos setores produtivos emergentes. Langoni critica os dados censitários que compuseram o Censo de 1970, pois somente mensuravam as rendas monetárias e não avaliavam o bem-estar.

Sobre a variável da educação e sua importância na pesquisa de Langoni, é possível dizer que os resultados econométricos desenvolvidos por ele, apontavam que a relação entre nível de educação e remuneração do trabalho seria justificada pela teoria do capital humano. Os investimentos em educação resultariam em acréscimos de produtividade, que no mercado se reflete em ganho de salário real. Ele aponta uma relação positiva entre o aumento marginal da educação com a produtividade, ou seja, quem possuía maior grau de escolaridade teria maior aumento marginal em sua renda individual. Desse modo, o economista destaca que o grupo que recebia renda monetária inferior ao salário mínimo, em sua grande parte, seria formado por analfabetos que trabalhavam no setor primário. Ou seja, os níveis de renda eram baixos porque sua produtividade também era baixa, devido à sua baixa escolaridade.

Partindo da teoria utilizada por Langoni (1973) e de suas conclusões, é possível dizer que a educação teria dois efeitos diretos e básicos sobre a vida de um indivíduo: O primeiro seria o aumento de sua produtividade marginal, ou seja, quanto maior o nível de educação, maior seria a produtividade e assim, maior o salário que esse indivíduo receberia. Já o segundo efeito, seria o desenvolvimento desse indivíduo em relação a receber informações, sua qualificação seria maior e assim o mesmo teria vantagens em comparação com outro indivíduo no mercado de trabalho. Nesse sentido, maior escolaridade acarretaria impactos positivos nos rendimentos salariais, em acordo com a Teoria do Capital Humano.

Apesar de defender que o bem-estar do brasileiro teria melhorado entre 1960 e 1970, Langoni reconhecia a queda no salário mínimo, que segundo ele faria parte de uma política de contenção a inflação, mas que no médio prazo teriam sido compensadas pelo crescimento econômico ocorrido durante o milagre econômico. Ou seja, Langoni defendia que os resultados

negativos do curto prazo, como arrocho salarial, seriam em prol de resultados melhores e maiores no longo prazo e por isso a piora na distribuição da renda seria justificável.

Sobre a questão distributiva, Langoni (1973) afirmava que a desigualdade entre os setores contribuiu para a concentração de renda e que entre os componentes, o maior impacto teria sido pelo aumento da desigualdade dentro de cada setor, principalmente no setor urbano. O economista também realizou uma pesquisa acerca da desigualdade entre as regiões do Brasil, para ele um dos motivos que acarretou em aumento geral da desigualdade seria uma acentuação na desigualdade entre as regiões. Algumas regiões e estados teriam tido maior acréscimo na renda do que outras, como exemplo é possível citar o estado de São Paulo, que teria tido um aumento de 60% na concentração de renda da população.

Em relação à diferença de renda no tocante ao gênero, é possível dizer que a mesma aconteceria por discriminação, dado que haveria uma tendência natural ao salário das mulheres serem inferiores aos dos homens. Os argumentos para tal diferenciação de renda, eram os mais esdrúxulos possíveis, porém compatíveis com o machismo exacerbado do período: menor força física das mulheres, ausência das mulheres no período de gestação, etc.

Langoni (1973) afirma que 51% da diferença de renda em 1960 e 59% em 1970, eram explicadas por uma diferença no nível de escolaridade, idade, sexo, região e atividade, o que ratificada toda sua pesquisa e estudos econométricos apresentados. Para ele o processo de concentração de renda ocorrido entre 1960 e 1970, fazia parte de um processo natural inerente a uma economia capitalista em fase de transição. Para exemplificar, citou as economias capitalistas que alcançaram o desenvolvimento econômico e seguiam a mesma trajetória da economia brasileira: primeiro o crescimento, acompanhado da deterioração da renda, mas não de queda do bem-estar e depois a estabilização econômica atrelada a distribuição da renda de forma mais equitativa. No entanto, há de se destacar que nessas economias o ambiente político era outro.

Desse modo, o péssimo resultado distributivo ocorrido no decênio em questão, seria justificável para Langoni. A economia brasileira estaria em ascensão para se tornar moderna e desenvolvida, por isso o processo natural de concentração seria aceitável, em analogia com o mesmo processo ocorrido em outros países, que no médio/longo prazo melhoraram os níveis de distribuição de renda após um nível maior de desenvolvimento.

3.2) Economistas contrários à Tese Oficial

Sobre a literatura dos economistas que marcaram oposição a teoria de Langoni e seus defensores que pertenciam à equipe econômica do governo militar, é possível citar a obra organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Tinelli em 1973. Diversos artigos escritos por economistas que questionavam os resultados do Censo de 1970 formaram a coletânea, intitulada “A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento”. Ao longo dessa seção serão apresentados os economistas com maior visibilidade no debate e suas principais teorias acerca da concentração de renda no período.

Após o primeiro combate no campo acadêmico entre Albert Fishlow e Carlos Langoni sobre os resultados do Censo de 1970, outros economistas passaram a contestar as análises e interpretações de Langoni. Junto com as críticas, uma enxurrada de questionamentos sobre as políticas econômicas postas em prática pela ditadura militar.

É possível dizer que a partir de então, o debate se desenvolveu e acabou por impulsionar análises diversas sobre a questão distributiva no país, dentre elas, as baseadas nas teorias cepalinas, em suma representadas por José Serra e Maria da Conceição Tavares. Baseados na ideia do Brasil enquanto uma economia capitalista periférica, os cepalinos desenvolveram interpretações com o objetivo de entender as características de uma economia desse tipo.

Ferreira (2019) e Barone, Bastos e Mattos (2015a) desenvolveram interessantes análises sobre os economistas contrários ao governo, os autores os diferenciaram ou agruparam de acordo com seus estilos e teorias. Essas servirão de base para as seções seguintes.

3.2.1) Economistas ligados à CEPAL e à Escola de Campinas no debate

A partir de Frieden (2008), é possível dizer que no pós-Segunda Guerra Mundial, a questão do desenvolvimento ganhou mais atenção por parte de órgãos internacionais oficiais e a ONU passou a assumir papel importante no tocante aos países com problemas relacionados ao desenvolvimento. Como exemplo é possível citar uma das comissões de maior sucesso que surgiram no período, a CEPAL, criada em 1948.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi a responsável por disseminar dois dos conceitos mais utilizados ao falar sobre desenvolvimento econômico: “centro” e “periferia”. Termos utilizados para descrever o processo de difusão do progresso

técnico na DIT⁴⁴, com objetivo de explicar a distribuição de seus ganhos. Para a CEPAL, o progresso tecnológico se desenvolveu de forma distinta nessas duas realidades, ao passo que no centro se promoveu um nível homogêneo de desenvolvimento tecnológico, a periferia se responsabilizou por suprir o centro com matérias-primas que viabilizassem o novo processo, induzindo essas a se especializarem somente no setor de exportação.

Para Bastos e D'Ávila (2009), foi na CEPAL que se formaram intelectualmente os principais economistas que atuaram a partir da década de 1950 no Brasil e exerceram papel crucial para desenvolver a heterodoxia no debate distributivo que emergiu em 1970. Diferente das análises padrões realizadas pelos economistas ortodoxos do período, os cepalinos iam em caminho contrário ao foco na matemática e na tecnocracia. A controvérsia de ideias existente entre ambos os lados é interessante e curiosa.

Sobre a relação da distribuição de renda e a CEPAL, é possível dizer que a comissão já possuía uma vasta pesquisa sobre o assunto em relação à América Latina, e que estes influenciavam o pensamento econômico no Brasil antes mesmo da emergência do debate distributivo. A comissão se fundamentava na hipótese que a industrialização seria a grande responsável pela produtividade e pelo progresso técnico, o que acarretaria superação da condição de país subdesenvolvido. Bastos e D'Ávila (2009) apontam que a teoria do desenvolvimento cepalino seria uma crítica à ortodoxia neoclássica e responderia a condições históricas particulares, muitas vezes ignoradas por economistas tradicionais.

A CEPAL iniciou sua presença física no Brasil em 1966 com o início do curso de treinamento em parceria com Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). A criação do curso pode ser explicada por uma insatisfação da comissão para com a qualidade dos cursos de economia no Brasil, mais precisamente a deficiência crítica existente em meio ao cenário caótico do país e diante da ameaça ideológica do regime militar aos estudantes.

Dentro desse contexto, também fora criado o Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) da Universidade de Campinas, ponto de partida para o que mais tarde se transformaria em Instituto de Economia da UNICAMP, o curso surge em meio a insatisfação de antigos membros da Cepal insatisfeitos com a falta de aplicação das teorias à realidade brasileira. A graduação em Ciências Econômicas se inicia em 1970 e anos depois surge o curso de Mestrado em 1974 e de doutorado em 1977. Os economistas do IE/Unicamp ficaram conhecidos por suas produções influenciadas por autores como Schumpeter, Marx,

⁴⁴ Divisão Internacional do Trabalho

Keynes e Kalecki. O instituto ganhou fama devido às suas particularidades que o diferenciavam de outros centros, como seu caráter crítico ao estudo histórico do sistema capitalista e a história econômica do Brasil. Deve-se destacar que esse processo também estava ligado à modernização da ciência econômica no Brasil, já citado anteriormente.

3.2.1.1) Maria da Conceição Tavares

É provável que quando chegou ao Brasil em 1954, a jovem matemática Maria da Conceição Tavares não imaginava a importância que sua obra teria na literatura econômica brasileira. Com o objetivo de aprimorar sua formação, em 1957 ingressa no curso de Economia da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, e já no ano seguinte passou a atuar em órgãos do governo relacionados a questões econômicas. Sua experiência com a matemática, atrelada a sua atuação em órgãos como o atual BNDES, levaram Tavares a afirmar que não bastava apenas o uso de modelos para solucionar os problemas existentes na economia brasileira, práticas políticas também seriam necessárias, o que a diferenciava de economistas convencionais.

De acordo com Tavares (1996), o contato com a Cepal enquanto instituição foi crucial para a sua formação crítica, pois enquanto estudava no Brasil, seus professores estavam interessados somente em estabilização, inflação, etc. e concediam explicações tecnocratas para os problemas econômicos do país. Foi na Cepal que Tavares se aproximou dos estruturalistas e passou a compreender a importância do desenvolvimento econômico para além das teorias neoclássicas. Tavares foi uma das alunas do curso de treinamento ofertado pela Cepal em parceria com o ILPES citado anteriormente, onde se destacou por sua excelência acadêmica e lhe rendeu um emprego na instituição.

Em 1967, inserida no processo de modernização da educação no Brasil citado no capítulo anterior, Tavares participou de um encontro promovido pela fundação Ford, que discutia a organização dos cursos de pós-graduação no Brasil. O grupo presente foi o responsável por criar em 1972 a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

De acordo com Ferreira (2019), Tavares foi responsável por levantar diversos questionamentos e críticas às políticas econômicas adotadas ao longo dos dois primeiros governos da ditadura militar, no entanto, apontava um déficit existente entre os economistas críticos, a falta de conhecimento em economia monetária. Por tal motivo, fora aprofundar seus estudos no Chile, onde logo depois passou a atuar como professora visitante. O tempo no Chile foi importante para a economista, pois além de estreitar laços com a CEPAL, também pode

ratificar muitas de suas críticas aos monetaristas, que em sua maioria utilizavam uma equação quantitativa da moeda de forma genérica, sem considerar as variáveis e particularidades do país.

Tavares se insere no debate distributivo brasileiro em 1970 ao lançar o artigo “Além da Estagnação”, escrito em conjunto com José Serra. O texto lançado em um congresso no Chile descartava a ideia de estagnação econômica defendida por Celso Furtado no decênio anterior e apontava as primeiras consequências oriundas da política econômica militar.

As análises realizadas por Tavares e Serra partem de um princípio de interpretação cepalinas desenvolvidas e postas em prática a partir da década de 1950, questionando o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e sua real eficiência. A produção foi de suma importância para compreender as bases ideológicas de estudos que surgiram posteriormente a ela com o mesmo objetivo e foi considerada um marco no pensamento econômico do país por seu impacto analítico, ideológico e político. O artigo concedeu fama aos atores que passaram a ser figuras frequentes em debates sobre a economia do Brasil.

É nesse mesmo período que Tavares se torna professora da Unicamp e passa a enfatizar os estudos acerca da temática distributiva. A economista utilizava o método de economia histórico-estrutural⁴⁵ para realizar suas análises e em 1973 publica o artigo: “Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar”. O estudo também fez parte da coletânea organizada por Tolipan e Tinelli em 1975, já mencionada anteriormente.

Tavares (1975) analisa de forma profunda as relações primárias entre a estrutura de repartição e a produção da renda, fatores que pertencem ao processo de acumulação e reprodução do sistema capitalista, ou seja, a economista aborda o conceito e desdobramentos da distribuição funcional da renda, característica inerente a economia brasileira. O caminho seguido pelo país foi em direção à reprodução da repartição desigual da renda, conforme as características do processo de industrialização nacional, ou seja, a economia brasileira reproduz a exclusão e a desigualdade. Diferente de Langoni (1973), Tavares (1975) defende que a desigualdade de renda não estaria baseada em uma explicação individual, expressa no nível educacional de cada indivíduo, mas sim inerente à acumulação de capital no país e à evolução dos setores produtivos.

Tavares também cita os ciclos endógenos de acumulação do capital e desenvolve uma crítica à economia capitalista brasileira que introduz os esquemas de repartição do produto considerando os três departamentos da economia⁴⁶. Ela avalia a redistribuição intersetorial dos

⁴⁵ Ao se pensar em América Latina, esse método tem como difusores Raúl Prebisch e Celso Furtado.

⁴⁶ D1, setor produtor de bens de capital, D2, setor produtor dos bens de consumo e D3, setor produtor de bens de consumo dos trabalhadores.

lucros, tanto através de modificação dos preços relativos, quanto por transferências de capital. Ratificando sua formação com viés cepalino, Tavares defende que a evolução dos três departamentos da economia varia conforme a evolução histórica de cada economia, ou seja, não se pode comparar um país ao outro, pois cada trajetória é particular.

É partindo dessa ideia de particularidade em cada economia que Tavares e Serra (1974) vão contra a tendência a estagnação defendida por Furtado. Segundo a autora, de fato uma economia inserida no sistema capitalista não conseguiria manter sua expansão de forma constante ao acelerar o setor produtor de bens de capital em relação ao setor de bens de consumo dos trabalhadores, no entanto, isso poderia acontecer caso ocorressem mudanças no processo, como exemplo, a introdução da tecnologia e foi o que aconteceu no Brasil, que sofreu as consequências das reformas econômicas lideradas pela dupla Roberto Campos e Octávio Bulhões, cruciais para o dinamismo posterior da economia.

As críticas levantadas por Tavares alavancaram o debate sobre a estrutura do sistema capitalista brasileiro e sobre o que ele poderia proporcionar, como exemplo a desigualdade de renda. A economista pôs em perspectiva a repartição da renda e concluiu que o problema distributivo seria fruto da produção social dos rendimentos, ou seja, dos aspectos funcionais da distribuição dos rendimentos no país.

3.2.1.2) José Serra

Nascido em São Paulo, José Serra se formou em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo logo no início da década de 1960 e durante esse período se envolveu em diversas causas estudantis, tendo sido eleito o último presidente da União Nacional dos Estudante (UNE) antes do golpe militar. O contexto social vigente fez com que sua gestão ocorresse em um dos períodos mais turbulentos da história do país, acarretando exílio já no ano de 1964. Em um primeiro momento mudou-se para a França e logo depois para o Chile, onde passou a ter contato mais profundo com as ideias cepalinas.

Serra trabalhou como pesquisador na CEPAL e paralelamente se qualificou em cursos de planejamento econômico, tais experiências concederam a ele um cargo de professor na Universidade do Chile e em 1972 obteve seu título de mestre em ciências econômicas pela mesma universidade. Com o enrijecimento da ditadura militar chilena, Serra se muda para os Estados Unidos, onde concluiu seu doutorado em economia pela Universidade de Cornell. Ainda no país norte-americano, lecionou na Universidade de Princeton entre 1976 e 1978.

Assim como Tavares (1996), Serra (2009) destaca a importância da vivência com os cepalinos para a sua formação crítica enquanto economista e seu maior contato com Aníbal Pinto⁴⁷, com quem produziu conteúdos sobre as características e os determinantes da distribuição pessoal da renda no processo de desenvolvimento. Segundo Ferreira (2019), foi através do contato com Aníbal Pinto que floresceu em Serra a preocupação maior em relação à estrutura de demanda e o processo de concentração de renda.

Voltando ao artigo “Além da Estagnação” escrito em conjunto com Tavares e a questão distributiva, pode-se dizer que os autores defendiam que o ocorrido no Brasil, ao início da década de 1960, fora uma crise no processo de substituição de importações atrelada à ascensão de um novo estilo de desenvolvimento, ambos fatores teriam reforçado a exclusão social. Tavares e Serra (1974) defendem que o processo de desenvolvimento vigente na América Latina era perverso e desigual, além de se diferenciar do ocorrido em economias centrais.

Tavares e Serra (1974) defendiam ser possível realizar desenvolvimento dinâmico atrelado a uma piora na distribuição de renda e aprofundamento da heterogeneidade estrutural da economia, o que ocorrera no Brasil. Apontam ainda que se a questão distributiva fosse melhor avaliada, no sentido de impedir que as políticas econômicas adotadas impactassem de forma negativa, o desenvolvimento poderia ter sido mais positivo, equilibrado e de melhor qualidade. De acordo com Ferreira (2019), os autores enxergavam os problemas de desenvolvimento à luz do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, ou seja, a desigualdade de renda ocorrida no milagre econômico era funcional às estruturas produtivas do capitalismo no país, por isso o processo era perverso.

Diferente de Langoni (1973), Serra (1975) era contra a ideia de que a elevada desigualdade provocada pelo milagre econômico seria uma fase de transição em um movimento natural da economia, para ele o argumento sustentado por Langoni de que com o aumento da renda pessoal dos setores mais ricos ocorreria um aumento em suas propensões a poupar e conseqüentemente um aumento nas propensões correspondente da economia era falso. Para Serra, a propensão média a poupar desses setores poderia até ser mais alta que a dos grupos de menor recursos, no entanto, essa não tenderia a aumentar com uma elevação da renda.

Assim como Tavares (1975), Serra (1975) ratifica que a deterioração da renda é resultado do estilo da formação do capitalismo brasileiro, ou seja, é uma questão estrutural

⁴⁷ Economista chileno famoso por seu trabalho na CEPAL, mais precisamente suas pesquisas sobre a teoria da dependência e economia estruturalista. Costumado a argumentar sobre o caráter excludente do desenvolvimento econômico na América Latina, e afirmava que esse seria resultado do processo de industrialização ocorrido nesses países, que teria aprofundado a heterogeneidade estrutural, e deteriorado ainda mais a distribuição de renda.

pautada na maneira como se dá a repartição do produto entre as classes. Tavares e Serra (1974) mencionaram as características gerais da repartição da renda e seus extratos políticos, mais precisamente a questão da limitação de consumo e da distribuição de renda em favor dos setores médios urbanos em detrimento dos assalariados.

Tavares e Serra (1974) defendiam que a política econômica do governo militar condicionou um esquema distributivo conveniente ao sistema capitalista, redistribuindo a renda em favor da classe média urbana. Os autores apontam essa redistribuição em diversos aspectos durante o período, em relação ao nível do gasto, financiamentos de bens duráveis foram ampliados, ao passo que, pelo lado da renda, as quedas de salários mínimos reais continuavam e os salários médios se mantiveram constantes, favorecendo o novo grupo de emergentes.

Diante de tamanha discrepância e favorecimento de classes específicas, Serra (1975) defende que a “teoria do bolo” ou “teoria da torta” já citada anteriormente seria verdadeira ao analisar as classes mais altas, ou seja, a teoria faria sentido se admitíssemos que um pedaço generoso do bolo estaria reservado a essa classe. Serra defende que a teoria utilizada pelos economistas oficiais, fora usada para justificar os programas de desenvolvimento estabelecidos pelos governos militares e a utilizou para criticá-los, afirmando que a explicação dada não levava em consideração aspectos importantes da economia brasileira que determinavam os estilos da repartição da renda no país, como os mecanismos das políticas salariais, o nível de consumo das famílias e a repressão social militar.

Serra (1975) concordava com a relação defendida em Langoni (1973) onde o autor apontava que um maior nível de educação elevaria a produtividade e por consequência os ganhos salariais, no entanto, Serra afirmava que não era algo generalista, logo, não se poderia aplicar a toda realidade. Para Serra, o enfoque matemático usurpava características particulares da distribuição de renda no Brasil, desse modo não seria suficiente para explicar a concentração de renda no país.

3.2.1.3) Luiz Gonzaga Belluzzo

Formado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo ingressou no curso de pós-graduação em Desenvolvimento Econômico ofertado pela CEPAL em 1969 e em 1975 se torna doutor pela Universidade Estadual de Campinas. Atuou em diversos cargos do governo entre as décadas de 1970 e 1990 e em 1999 funda a Faculdade de Campinas (FACAMP), instituição privada com cursos de formação

profissional voltadas para área de negócio e economia com pensamento econômico alinhado ao Instituto de Economia da Unicamp, onde lecionou durante anos.

Importante nome para o pensamento econômico brasileiro, as análises realizadas por Belluzo auxiliam na compreensão do período estudado, ratificando sua representatividade na controvérsia da distribuição de renda ao início da década de 1970. De acordo com Ferreira (2019), Belluzo não teria se interessado em um primeiro momento pelo debate distributivo que emergia, tendo sido influenciado por Maria da Conceição Tavares a realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre distribuição de renda e desenvolvimento.

Partindo de sua formação marxista, Belluzo optou por esclarecer as especificidades da teoria do valor de Marx em sua análise, desse modo, é possível dizer que para Belluzo (1975) a distribuição de renda é uma discussão no campo marxista. O economista utiliza de linguagem matemática, mas se preocupa muito mais com a teoria acerca da temática, assim como Tavares (1975), Belluzo defendia a historicidade existente na economia. Outro importante pilar de sua análise é a dimensão temporal, muito utilizada na Cepal, por isso nem sempre os modelos matemáticos seriam suficientes. Segundo Ferreira (2019), Belluzo examina a questão distributiva de forma teórica e elenca os importantes momentos da teoria econômica. Ele desenvolve suas análises teóricas a partir de dois aspectos: crítica a teoria neoclássica e destacando os importantes aspectos das explicações sobre distribuição da renda, defendendo que a repartição da renda seguiria estruturas sociais pertinentes a sua produção e perpetuação.

De acordo com Belluzo (1975), dentro de um sistema capitalista as relações entre capital e trabalho se constroem de forma incompatível, pois a vontade do trabalhador de melhorar sua condição social se contrapõe ao desejo do capitalista em expandir seu capital. Para Belluzo o conceito de capital adquire um sentido particular em economias capitalistas, pois acaba sobrepondo a relação social existente entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção, surgindo uma diferente explicação para a natureza dos mecanismos de distribuição e de lucro em uma sociedade capitalista. A explicação para a distribuição de renda se daria mediante a desenvoltura do capitalismo em uma sociedade, que muitas vezes não seriam perceptíveis dentro de um modelo econômico neoclássico e abstrato.

Belluzo (1975) defendia que a teoria neoclássica poderia ser facilmente confrontada. Assim como Tavares e Serra (1974), ele também aponta a importância do progresso técnico, mas no seu caso como variável fundamental para explicar a distribuição dos rendimentos em uma sociedade capitalista. Para ele, a variável impactaria na distribuição regressiva da renda, e teria impactos sociais claros, reforçando a desigualdade na distribuição da renda. Com a

introdução da tecnologia, os capitalistas conseguiriam diminuir seus custos e aumentar suas margens de lucro, alavancando ainda mais a diferença entre as classes.

É interessante observar o destaque que Belluzo dá aos aspectos sociais da distribuição de renda, muito implícitos à economia, como a diferença de classes e a repartição da renda durante o processo produtivo, por exemplo. Ele destaca o conflito entre capital e trabalho e exclui as explicações convencionais que se baseiam no automatismo do mercado, por isso critica as interpretações neoclássicas e interpreta e desenvolve uma nova linha de pensamento, pautada nas explicações das diferenças de remuneração mediante a diversos fatores econômicos.

Diferente de Langoni (1973), Belluzo (1975) não restringe suas análises às abordagens que consideram apenas a qualificação de mão-de-obra individual como diferenciação. Ele pauta suas análises acerca da distribuição de renda na diferenciação entre as classes, pois essa hierarquia existente se reflete no poder de barganha que acaba privilegiando os extratos sociais com maior poder em detrimento dos que não possuem poder de barganha. Ou seja, é possível dizer que a obra de Belluzo ratifica as contraposições da distribuição da renda, diferente das análises de Langoni, baseadas na teoria do capital humano. Para Belluzo, análises pautadas na teoria do capital humano seriam explicações monocausais, que podem inclusive acarretar distorções se entendidas como uma questão meramente econômica.

3.2.1.4) Paul Singer

Nascido em uma família de pequenos comerciantes judeus no subúrbio de Viena na Áustria, Paul Israel Singer se mudou para o Brasil com a família em 1940 após o país ser anexado à Alemanha e se iniciar a perseguição aos judeus. Entender a trajetória de Singer é importante para compreender sua vertente de estudos acerca da distribuição de renda. Singer se formou em eletrotécnica e atuou na área entre 1952 e 1956, quando se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, militando no movimento sindical. Foi o responsável por liderar a Greve dos 300 mil, que paralisou a indústria paulistana por mais de um mês em 1953.

De acordo com Ferreira (2019), o interesse de Singer na questão distributiva se relaciona a seu histórico de vida, sua formação e ao seu convívio com grupos de intelectuais que lutavam contra o contexto político do período. A partir dessas relações, Singer desenvolveu suas críticas que atacavam aos problemas referentes à desigualdade de renda no período e que marcaram sua atuação durante a década de 1970.

Em 1959, se formou em economia pela FEA-USP e foi aluno de Delfim Netto, ao mesmo tempo, desenvolvia atividades político-partidárias no PSB⁴⁸, mais precisamente na ala de esquerda do partido. Em 1966, Singer se torna doutor em Sociologia com um estudo sobre desenvolvimento econômico e seus desdobramentos territoriais, que mais tarde deu origem ao livro “Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana” publicado em 1968, orientado pelo professor Florestan Fernandes. Em meados da década de 1960, Singer se dedicou ao estudo de Demografia na Universidade de Princeton em Nova Jersey, nos EUA. Em 1969, retorna a USP para trabalhar como docente, mas tem seus direitos políticos cassados por conta do AI-5 sendo aposentado de forma compulsória.

No mesmo ano, Singer se alia com outros professores também expulsos da universidade como Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer e Carmen Sylvia Junqueira e fundam o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), importante núcleo de oposição da ditadura militar no país. Os pesquisadores do centro eram ligados à esquerda e buscavam escapar da repressão do regime, por possuírem posicionamento político distinto a eles. O grupo avançou em produções científicas críticas a sociedade brasileira, focando em temáticas como política e economia. Curiosamente o CEBRAP também contou com recursos da Fundação Ford, ou seja, o centro também contou com os investimentos norte-americanos⁴⁹.

Os pesquisadores que atuavam no CEBRAP eram de diversas áreas de conhecimento e se opunham ao regime militar, produzindo críticas e alternativas ao regime, buscavam um modelo de desenvolvimento que conciliasse crescimento econômico com distribuição de renda, diferente do modelo desenvolvimentista e concentrador de renda desenvolvido pelos militares. A questão distributiva inspirou diversos debates entre os intelectuais do núcleo e ajudou a fomentar as produções de Singer.

Para Singer (1975), a estrutura das classes sociais não seria algo rígido, novas classes poderiam surgir, emergir ou decair, e seria nesse contexto que a tendência à concentração de renda encontraria sua explicação. O que determina essas mudanças são os fatores histórico estruturais e a dimensão política, pois a distribuição da renda é dada dentro de um sistema de dominação, que dita as regras acerca da apropriação do excedente. Sendo assim, os fatores que afetam a questão distributiva, variam de acordo com o espaço e o tempo e tais fatores vão além de uma explicação puramente econômica.

⁴⁸ Partido Socialista Brasileiro

⁴⁹ A Associação Nacional de Pesquisa em Economia (ANPEC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também foram receber recursos externos do órgão internacional, impactando no treinamento e na formação de novos economistas.

Segundo Singer (1976) a política econômica posta em prática após 1964 impactou diretamente nas relações sociais e na questão distributiva do país, favorecendo os grandes empresários em detrimento dos trabalhadores assalariados. Já em Singer (1975) o economista destaca o aumento da lacuna existente entre trabalhadores qualificados e não qualificados no mesmo período, pois há uma elevação da demanda por mão de obra de técnicos, administradores e profissionais liberais, acarretando aumento substancial dos seus ganhos. Essa nova dinâmica da mão de obra foi fundamental para o fortalecimento na piora da distribuição de renda, pois alavancou a diferença entre a mão de obra qualificada e a não qualificada.

Singer (1976) aborda as consequências do milagre econômico ocorrido no país, e afirma o apresentado por Langoni (1973) não era algo inovador, mas sim aplicações de análises convencionais sobre distribuição de renda, utilizando a distribuição pessoal da renda e fatores como grau de escolaridade, raça e gênero para explicá-la. Assim como Tavares, Serra e Belluzo, Singer defendia que a concentração de renda não seria um fenômeno natural, mas sim resultado das circunstâncias político-institucionais, ou seja, passíveis de mudança sem afetar o crescimento econômico.

3.2.2) Outras vertentes críticas à política econômica do governo militar

Andrada e Boianovsky (2020) descrevem a conferência internacional ocorrida na FGV Rio em agosto de 1973, quando economistas mundialmente famosos novamente levantaram a questão da distribuição de renda no Brasil. O economista sueco Gunnar Myrdal⁵⁰ deixou claro em sua palestra que discordava da ideia de que um país deveria primeiro fazer com que sua renda crescesse para então distribuí-la, para ele, a distribuição de renda poderia ser realizada em qualquer momento, não somente após a elevação da renda. O economista defendia ser possível distribuir renda sem afetar o crescimento econômico e para exemplificar ele citou o Estado de Bem-Estar Sueco.

⁵⁰ Gunnar Myrdal foi um economista sueco pertencente a Escola de Estocolmo. Até o início da década de 1930 se concentrava ao estudo da teoria econômica pura e mais tarde passou a se dedicar a economia aplicada e os problemas sociais. Entre os anos de 1947 e 1957, foi secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas na Europa. Em seus estudos sobre economia do desenvolvimento, Myrdal alertou que o desenvolvimento econômico das nações ricas e das nações pobres, jamais poderiam convergir, ao contrário, poderiam divergir e isso aconteceria devido a condição de produção dos bens primários de menor valor agregado aos países mais pobres, ao passo que os mais ricos continuariam obtendo lucros associados à economia de escala. Em 1974, Myrdal recebeu o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas por seu trabalho pioneiro na teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais, dividido com Friedrich Hayek.

Vale salientar que no mesmo ano, em novembro de 1973, ocorreu a primeira conferência anual da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), onde também ocorreria uma sessão sobre distribuição de renda, o que comprova a importância e atenção dada a temática durante o período.

Essa seção irá abordar outros economistas que também questionavam a política econômica adotada durante o milagre econômico, mas que não estavam alinhados as ideias cepalinas.

3.2.2.1) Edmar Lisboa Bacha

Formado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1963, Edmar Lisboa Bacha, mudou-se para o Rio de Janeiro e lá cursou o programa de aperfeiçoamento para economistas na Fundação Getúlio Vargas, que tinha o objetivo de preparar os profissionais para programas de pós-graduação no exterior, a maioria das aulas era ministrada por Mário Henrique Simonsen. O contato com a instituição carioca proporcionou a Bacha uma bolsa de estudos para cursar sua pós-graduação na Universidade de Yale.

Após retornar dos Estados Unidos no início da década de 1970, Bacha atuou como professor do EPGE e coordenador do IPEA no Rio de Janeiro. Em 1972, ele se torna professor da Universidade de Brasília (UNB) e lá se torna responsável por fundar o curso de pós-graduação em economia na universidade. Ratificando sua importância acadêmica, Bacha se tornou professor em Harvard e no MIT entre 1975 e 1977. Seu contato com os centros estrangeiros foi crucial para os desdobramentos estratégicos de Bacha enquanto economista no Brasil.

Sua trajetória acadêmica deixa claro o impacto que a modernização da ciência econômica no país teve na formação de economistas como ele e outros durante aquele período. O fenômeno do intercâmbio acadêmico entre Brasil e Estados Unidos foi um dos resultados da internacionalização da ciência econômica no país, a legitimação técnica de um economista era resultado de sua ligação aos centros de pesquisa internacionais. Desse modo, quanto maior fosse a relação do economista com as universidades norte-americanas, maior seria seu prestígio e seu reconhecimento.

Bacha se torna importante para os debates distributivo quando retorna ao Brasil, pois refletiu sobre a distribuição de renda pautado em questões políticas da época. É interessante observar como o meio acadêmico em que Bacha estava inserido influenciou seu posicionamento na controvérsia da distribuição de renda. A temática distributiva se tornou recorrente em sua

obra e engajamento político, e esse interesse perpetuou para além da década de 1970, prova disso são as várias publicações do economista ao longo do governo Ernesto Geisel (1979- 1985) criticando as medidas tomadas pelo então presidente em relação à distribuição de renda.

Bacha (1999) declara que seu retorno ao Brasil após o término de seu doutorado estava relacionado à sua luta contra a ditadura militar no país. Para o economista, a atuação econômica na época estava diretamente ligada a questões políticas, e se o regime autoritário se retirasse do cenário, as diferenças de cunho teórico econômico teriam menor relevância. Segundo Ferreira (2019) a luta pela democracia sobrepunha as questões econômicas. Em suas obras, Bacha buscava criticar a política econômica do governo militar a vinculando com a concentração de renda e em 1973 lançou o artigo: “Hierarquia e remuneração gerencial”, que estava presente na coletânea organizada por Tolipan e Tinelli.

A partir de Bacha (1975), é possível compreender os argumentos sociológicos para a questão distributiva e as evidências empíricas acerca da relação entre trabalhadores e empregadores. Partindo da ideia de distribuição funcional da renda, Bacha desenvolve a ideia de que a divisão da renda era desigual, pois o salário dos empregadores seria parte do excedente da renda.

Diferente de Langoni (1973), Bacha (1975) não aponta a educação como fator essencial para a diferença dos salários, ele aponta a interferência existente por parte do governo no mercado de trabalho como a política salarial de arrocho e a proibição da ação de sindicatos trabalhistas. Ao realizar análises sobre o mercado de trabalho brasileiro, Bacha aponta o diferente comportamento dos salários entre empregadores e empregados, o economista destaca que a hierarquia seria o ponto principal para compreender o leque salarial nas décadas de 60 e não a qualificação, como defendia Langoni (1973).

Para Bacha, a concentração de renda no Brasil teria raízes profundas e estruturais, que não poderiam ser corrigidas apenas através do nível de escolaridade e por sua vez da mão de obra qualificada. Ou seja, a solução para a questão distributiva dependeria de mudanças em fatores estruturais da economia, como a taxação dos lucros crescentes e dos salários superiores, empregando o arrecadado em investimentos públicos de alto poder empregatício permanente.

Como a obra de Bacha destaca as relações sociais que pertencem à economia, ela acaba expressando possibilidades de uma possível intervenção do governo na economia. Bacha defendia que a solução para os problemas distributivos no Brasil não se resolveria através do automatismo do mercado, assim como indicava a teoria pessoal da distribuição da renda, para serem enfrentados, os problemas distributivos demandavam de intervenção do Estado na economia.

3.2.2.2) Os alunos de Fishlow: Pedro Malan e John Wells

Com formação inicial em Engenharia Elétrica pela PUC- Rio, Pedro Sampaio Malan iniciou o curso de Economia no mesmo ano do golpe militar, 1964, no entanto, não concluiu o curso. Em 1966, iniciou o curso intensivo em problemas do desenvolvimento econômico, patrocinado pela CEPAL e pelo BNDES, por conta de seu bom desempenho, ingressou no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada – EPEA do Ministério do Planejamento. É nesse período que inicia sua carreira como pesquisador e planejador econômico.

Em 1967, Malan participa do programa de desenvolvimento econômico oferecido pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social (CENDEC). Sua participação promoveu maior contato dele com pesquisadores estrangeiros como Albert Fishlow, tal interação foi de suma importância para fomentar novas estratégias de atuação dos economistas brasileiros. Dentre os interesses em comum entre os pesquisadores, a questão distributiva no Brasil estava presente.

É importante mais uma vez ratificar a importância dos centros de pesquisa nesse contexto de expansão e troca acadêmica, no entanto, diferente das primeiras impressões obtidas por Fishlow no Brasil, Malan (2005) aponta o clima de repressão política como uma problemática para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados, pois muitos economistas estrangeiros interromperam suas pesquisas no país. O AI-5, por exemplo, influenciou diretamente de forma negativa.

Em 1969, com o objetivo de seguir sua formação acadêmica, Malan ingressou no curso de doutorado em economia ofertado pela Universidade de Berkeley, na Califórnia, onde concluiu os estudos em 1973 com uma tese intitulada: “Restrições cambiais ao crescimento em economias semi-industrializadas: a experiência brasileira- 1946- 1976”. Malan foi orientado por Albert Fishlow, que lecionava na universidade. Retornando ao Brasil, seguiu com suas atividades de pesquisa no IPEA e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Se dedicou ao estudo da economia monetária e da economia internacional e publicou artigos críticos acerca da distribuição de renda no país, polemizando com Langoni e a política econômica do então governo de Emílio Garrastazu Médici.

Sobre o segundo pupilo de Fishlow, John Well se formou em economia pela Universidade de Berkeley, seguiu seus estudos na mesma universidade e lá obteve o título de mestre, seu título de doutor foi obtido através da Universidade de Cambridge em 1977, com

foco em economia brasileira e tese sobre o crescimento e as flutuações no setor industrial brasileiro. Trabalhou como assistente de Albert Fishlow e assim como Malan, também foi orientado por ele. O autor pesquisava sobre questões relacionadas a América Latina e foi consultor em diversos órgãos relacionados a questões econômicas aplicadas no Chile e no Brasil. É nesse período de sua carreira que seu interesse acadêmico se volta para o desenvolvimento brasileiro.

Sobre a relação de Wells com a questão distributiva no Brasil, é possível dizer que o economista publicou artigos com estudos de economia aplicada onde analisava a expansão da pobreza em sociedades menos igualitárias. Um de seus artigos levantava a difusão do consumo de bens duráveis no Brasil. Os vínculos acadêmicos de Wells o permitiram publicar um artigo crítico sobre a distribuição de renda brasileira na década de 1970 na famosa coletânea de Tolipan e Tinelli (1975). Assim como os outros autores presentes na coletânea, Wells também se contrapunha as teses oficiais defendidas pelos economistas vinculados ao governo.

Buscando ratificar sua visão sobre a questão distributiva no Brasil, em sua obra com Malan, Wells questiona a teoria de Langoni (1973). Para Wells, além de rasa, a teoria sugere uma falsa impressão de que pessoas com maior escolaridade dariam uma maior contribuição a sociedade e por isso mereciam se apropriar de uma parcela maior do crescimento econômico. Wells defende que esse entendimento de Langoni seria uma justificativa ideológica e não científica do problema.

Malan e Wells (1975) chamam atenção para as questões estruturais dentro da sociedade brasileira e apontam que a distribuição da renda do trabalho, seria sensível às flutuações cíclicas da atividade econômica. Isso ocorreria porque no Brasil a relação de crescimento e igualdade não existe, prova disso a acentuação da concentração de renda durante o *boom* de crescimento do milagre econômico. Para Wells, esse fenômeno ocorreu no país devido à grande oferta de mão de obra não qualificada e a importância do papel do salário mínimo, que sofreu com declínio no período e era importante ferramenta na distribuição dos rendimentos. O autor defende a política governamental como crucial para uma distribuição mais equitativa.

Segundo Malan e Wells (1975), a teoria do capital humano seria insatisfatória pois desconsidera as estruturas de poder, as instituições e a luta de classes. Além disso, Langoni (1973) focava apenas na distribuição de renda dentro dos mecanismos de mercado, dado que o economista acreditava no poder do mercado em solucionar os problemas distributivos. Langoni acreditava no mercado como indutor do desenvolvimento econômico, já Malan e Wells defendiam que não existia tendência a distribuição de renda automática em um sistema capitalista.

Malan e Wells (1975) apontavam que em seu modelo, Langoni explicava a diferença de renda entre os indivíduos através de cinco variáveis específicas, escolaridade, idade (como medida da experiência da pessoa), sexo, emprego e local de residência. No entanto, essas variáveis conseguiam explicar 51% da variação da renda pessoal em 1960 e 59% em 1970. Segundo Andrada e Boianovsky (2020), o fato de as variáveis não explicarem plenamente a variação da renda pessoal, teria levado Malan e Wells a defenderem a imperfeição do modelo de Langoni, dado que o mesmo deixava uma fração considerável da dissimetria de variação de renda sem explicação. De acordo com Malan e Wells (1975), as variáveis utilizadas teriam uma explicação reduzida, além de possivelmente mascararem as reais variáveis explicativas. Para os autores, o modelo desenhado por Langoni se tratava muito mais de uma justificativa do que efetivamente ocorreu do que uma tentativa de explicar as causas do acontecido.

Replicando as críticas feitas por Malan e Wells, Andrada e Boianovsky (2020) afirmam que Langoni afirmava que seu modelo era “inteiramente satisfatório” e que as críticas eram oriundas de falta de entendimento da metodologia utilizada por ele. Em relação ao fato das variáveis de seu modelo explicarem cerca de 50% da variação da renda, Langoni citou o modelo utilizado em Griliches & Manson (1972), ao qual explica menos de 30% da variação de renda.

Assim como Bacha (1975), é possível perceber que Wells (1975) também chama atenção para características estruturais da economia brasileira que facilitavam a desigualdade de renda. Wells também cita a distribuição funcional da renda, indo mais uma vez contra a distribuição pessoal da renda citada por Langoni, ele defende que o crescimento econômico ocorrido durante o milagre foi positivo, mas o custo social teria sido alto demais para grande parte da população brasileira.

Sobre a principal diferença entre os alunos de Fishlow e Langoni, destaca-se a maneira como os autores enxergavam a duração da concentração de renda, ao passo que Langoni defendia que a diferença de renda seria resultado do crescimento econômico e por isso passageira e solucionada automaticamente pelo mercado, Malan e Wells afirmavam que a diferença seria resultado da política econômica adotada, principalmente o arrocho salarial.

CONCLUSÃO

Este estudo realizou uma análise histórico-econômica para reconstruir o debate distributivo que emergiu na década de 1970 e compreender quais motivos o fomentaram. Além disso, o estudo também elencou os principais envolvidos no debate e suas principais teorias acerca da questão distributiva no período.

Após as análises de Albert Fishlow sobre distribuição de renda no Brasil chegarem até o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, foi desenhado um novo rumo para a discussão das questões distributivas no país. O artigo de Fishlow baseado em um comparativo entre os resultados do Censo Demográfico de 1960 e 1970 foi crucial para o início do debate.

Como foi analisado, é importante compreender como questões externas à distribuição de renda influenciaram de forma direta na emergência do debate. Como exemplo, é possível citar a influência norte-americana no processo de modernização da educação no Brasil, que acarretou mudanças nos cursos de pós-graduação em economia, alinhando as universidades a um estilo acadêmico americanizado. Esse fenômeno foi responsável por constituir um dos lados pertencentes ao debate, o dos economistas que defendiam a política econômica adotada pelo governo militar e justificavam a acentuação da concentração de renda como resultado passageiro do crescimento econômico vigente.

No entanto, como já analisado anteriormente, a influência norte-americana não se deu por completo em todo ambiente acadêmico brasileiro. Prova disso, a ascensão do debate distributivo, possibilitada por diferentes interpretações acerca da desigualdade de renda no país. Para exemplificar, podemos citar o outro lado dos envolvidos no debate, mais precisamente economistas com ligações acadêmicas à CEPAL, centro marcado por maior preocupação com as questões de subdesenvolvimento presentes na região da América Latina e mais alinhadas a esquerda, marcando resistência ao regime militar e à política econômica excludente implantada.

Outro importante ponto a se destacar é como a profissão de economista ganhou destaque entre as décadas de 1960 e 1970, legitimando as opiniões desses profissionais que ascenderam no debate político e ganharam destaque para além do ambiente acadêmico. O fenômeno foi resultado das relações entre instituições norte-americanas e o Ministério da Educação (MEC-USAID), que promoveu destaque a essa classe de profissionais.

O intercâmbio acadêmico ocorrido entre os países possibilitou a expansão da pesquisa no país e ajudou a desenvolver os centros de produção, como exemplo o IPEA e o CEBRAP. A nova classe de economistas que era formada e qualificada tinha o objetivo de pensar a

economia brasileira e propor soluções para dar fim à grandes questões problemáticas que assolavam o país.

Sobre o debate distributivo, é interessante notar que apesar de estudos acadêmicos anteriores já apontarem problemas na distribuição de renda desigual existente no país, somente após o artigo de Fishlow o governo brasileiro se pronuncia e busca legitimar seus motivos para a acentuação da concentração de renda. Vale salientar que o artigo de Fishlow chamou atenção do governo brasileiro, pois chegou até autoridades internacionais responsáveis por financiamentos no país, obrigando o governo a se posicionar sobre as críticas levantadas.

Curiosamente, Fishlow utilizou dados que obteve enquanto pesquisador do IPEA quando contratado para um intercâmbio entre os EUA e o Brasil, dentro do contexto de americanização da educação para concluir sua pesquisa. Ou seja, utilizou de dados até então pouco explorados e divulgados após o golpe de 1964 para fundamentar sua teoria de que a política econômica do governo militar teria contribuído para a piora da desigualdade no país, apesar do crescimento econômico ocorrido.

Para contrapor os argumentos levantados por Fishlow, o governo brasileiro, mais precisamente seu principal representante no tocante as questões econômicas, o então ministro da fazenda, Antônio Delfim Netto, incumbiu o recém-chegado de Chicago, Carlos Langoni de ser o principal nome no debate em defesa do governo com argumentos técnicos. Vale salientar que Langoni não discordava da afirmação de Fishlow sobre a acentuação da concentração de renda, o que o diferenciava eram os argumentos para o fenômeno e como cada um enxergava. Para Langoni, apesar da concentração de renda no período, não houve perda de bem-estar para população e a desigualdade seria um processo natural de uma economia em fase de transição.

Langoni se baseava na Teoria do Capital Humano para defender seus argumentos, pautado no que aprendeu em seu doutorado na Universidade de Chicago, onde teve contato com novas teorias de desenvolvimento estudadas na universidade. Tal fato ratifica a importância do intercâmbio acadêmico ocorrido entre Brasil e EUA para o debate, uma vez que Langoni foi um dos beneficiados pela parceria, que financiou sua bolsa de estudos em Chicago.

Ao passo que a teoria pregada por Langoni defendia um movimento individual, onde um nível maior de educação acarretaria melhor posição no mercado de trabalho e de forma concomitante a maiores rendimentos salariais, Fishlow e os economistas opositores ao governo acreditavam que tal individualidade não seria suficiente para explicar a questão distributiva no Brasil, dado que essa é uma problemática estrutural do país.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M.P. **Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964**. In ABREU M.P. (Org.) A ordem do progresso: Cem Anos de Política Republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro, Editora Campus. 1990;
- ANDRADA, A.F.S. & BOIANOVSKY, M. **The political economy of the income distribution controversy in 1970s Brazil: debating models and data under military rule**. In: Fiorito, L., Scheall, S. and Suprinyak, C.E. (Ed.) Research in the History of Economic Thought and Methodology: Including a Symposium on Economists and Authoritarian Regimes in the 20th Century (Research in the History of Economic Thought and Methodology, Vol. 38B), Emerald Publishing Limited, 2020;
- ARAÚJO, Victor Leonardo de. **A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969)**. XXI Encontro Nacional de Economia Política. 2017;
- AZEVEDO, L. **Albert Fishlow: trajetória intelectual em busca das raízes do desenvolvimento**. Disponível em: http://iepecdg.com.br/wpcontent/uploads/2016/03/Albert-Fishlow_Traj%C3%B3ria-intelectual-em-busca-das-ra%C3%ADzes-do-desenvolvimento-v.5.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019;
- BACHA, E. L. **Edmar Lisboa Bacha: 1999**. [Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego. In: MANTEGA, G.; REGO, J. M. Conversas com economistas brasileiros II. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 231-250.
- BACHA, E. L. **Hierarquia e remuneração gerencial**. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 124-58.
- BACHA, E. L., & TAYLOR, L. **Brazilian income distribution in the 1960s: Facts, model results and the controversy**. In: The Journal of Development Studies, vo. 14, n.3, 1978;
- BANERJEE, A.& DUFLO, E. **Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty**. Publicaffairs, 2011;
- BARONE, R. S.; BASTOS, P. P. Z.; MATTOS, F. A. M. **A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia**. Unicamp – Texto para discussão nº 251. Campinas, 2015a;
- BARONE, R. S.; BASTOS, P. P. Z.; MATTOS, F. A. M. **As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos**. Unicamp- Texto para discussão nº 254. Campinas, 2015b;

- BASTOS, P.P.Z. **Desenvolvimento, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)**. In: História Econômica & História de Empresas vol. 18 n°2, p.355-387. 2015;
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. **O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira**. Revista de Economia Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 173-199, 2009;
- BASTOS, P.P.Z. **O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948)**. In: História Econômica & História de Empresas VII. 2004;
- BELLUZZO, L. G. de Mello. **Distribuição de renda: uma visão da controvérsia**. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975;
- BELLUZZO, L. G. de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. Editora UNESP. Org. Frederico Mazzucchelli. 2004;
- BELLUZZO, L. G. de Mello. **Os Antecedentes da Tormenta: origens da crise global**. Editora Unesp, 1º edição, 2009;
- BENEVIDES, M. V. M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979;
- BETTHELL, L. & CASTRO, C. **Politics in Brazil under Military Rule, 1964-1985**. In: The Cambridge History of Latin America, vol. 9, chapter 3. Cambridge: Cambridge University Press. 2008;
- BIDERMAN, C., COZAC, L. & REGO, J.M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34. 1996;
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha**. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 13-65.
- BIELSCHOWSKY, P. **Crescimento, distribuição de renda e progresso técnico: a controvérsia sobre os padrões de acumulação**. In: Ecos do Desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro. IPEA. Rio de Janeiro, 2011;
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto.2000;
- BIELSCHOWSKY, R., RODRÍGUEZ, O., GANZ, C.L., POCHMANN, M. & LESSA, C. **Crescimento e distribuição de renda**. Cadernos do Desenvolvimento. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006;

- BRAGA, J.C. de S. **A financeirização da riqueza: A Macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, n.2, 1993;
- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Dividir ou multiplicar? A distribuição de renda e a recuperação da economia**. Revista Visão. Incluído em Desenvolvimento e Crise no Brasil, São Paulo, Brasiliense, a partir da 3a.edição. 1972;
- CAMPOS F. A. & RODRIGUES F. C. **IMPERIALISMO TOTAL E EDUCAÇÃO NA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL (1946 – 1985)**. - Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.3 [77], p.698-718, jul./set. 2018;
- CAPUTO, A. C. e MELO, H. P. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: Uma análise da Instrução 113 da SUMOC**. Est. Econ. São Paulo, v.39, n.3, p. 513-538, Julho - Setembro 2009;
- CARNEIRO, D. D. **Crise e Esperança: 1974- 1980**. In: A ordem do progresso: Cem Anos de Política Republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro, Editora: Campus. 1990;
- COUTINHO, M. **Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina**. Ensaio FEE, v.1, n.1, 1980;
- DATHEIN, R. **De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional**. 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf. Acesso em: 02/07/2020;
- De ARAÚJO, V. L. **A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969)**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói- RJ, 2017;
- DE PAULA, J. S. **Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro**. X Encontro de Economia Baiana. Salvador, 2014;
- DEATON, A. **The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality**. New Jersey: Princeton University Press, 2013;
- Distribuição de renda, uma área polêmica**. Jornal do Brasil, 23/04/1972. Seção de Economia. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. 1972;
- Do LAGO, L. A. C. **A retomada do crescimento e as distorções do “Milagre”: 1967-1973**. In ABREU M.P. (Org) A ordem do progresso: Cem Anos de Política Republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro, Editora: Campus. 1990;
- DUARTE, J. C. **Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970**. Tese de Mestrado, ESALQ-USP, Piracicaba. 1971;
- DUARTE, J.C. & HOFFMANN. R. **A distribuição de renda no Brasil**. Revista de Administração de Empresas, v.12, 1972;

- EARP, F. S. e PRADO, L. C. **O “Milagre” brasileiro: Crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda 1967-1973.** In: FERREIRA, J., DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003;
- ERKERMAN, Raul. **A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje.** *Revista Brasileira de Economia*, v. 43, n. 2, p. 113-138, 1989.
- FERREIRA, E. L. **O debate sobre distribuição de renda durante a década de 1970: A dinâmica da produção do conhecimento em economia no Brasil.** 2019;
- FERREIRA, E. L. & SILVA, R. P. **Um debate sobre a distribuição de renda: A “controvérsia de 70.** IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica- ABPHE, Ribeirão Preto, 2018;
- FIELDS, G.S. **Who Benefits from Economic Development? - A Reexamination of Brazilian Growth in the 1960's.** *American Economic Review* 67(4), 1977;
- FISHLOW, A. **A distribuição de renda no Brasil.** In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975;
- FISHLOW, A. **Brazilian size distribution of income.** In: *American Economic Association: Papers and Proceedings*. 1972;
- FISHLOW, A. **O Grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa.** *Estudos Econômicos*, 4. 1974;
- FISHLOW, A. **Some Reflections on the Post-1964 Economic Policy.** In: *Authoritarian Brazil*. A. Stepan (ed.). New Haven: Yale University Press. 1973;
- FISHLOW, A. **Albert Fishlow: 2005. [Entrevista concedida a] Maria Celina D’Araújo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito.** In: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HOPPOLITO, L. (org.). *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 50-56;
- FONSECA, P. C. D. **Legitimidade e credibilidade: Impasses da política econômica do governo Goulart.** *Est. Econ. São Paulo*, v. 34, n. 3, p. 587-622, Julho- Setembro, 2004;
- FRIEDEN, A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX.** Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2008;
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Org. Ricardo Bielschowsky, 2000;
- GANDRA, R. M. **O Debate sobre a Desigualdade de Renda no Brasil: da controvérsia dos anos 1970 ao pensamento hegemônico nos anos 1990.** *Textos para Discussão*, n. 1, IE-UFRJ. 2004;

- GOMES, G. T. **Duas imagens do milagre**. Jornal Opinião RJ. Rio de Janeiro, Seção de Economia. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Setembro, 1972. Acesso em: 10/06/2020
- GOMES, L.H.M. **A controvérsia sobre concentração de renda e dinâmica econômica: revisitando Celso Furtado, Aníbal Pinto e Conceição Tavares**. Cadernos Do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, v. 10, n. 16, 2015;
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914- 1991**. Companhia das Letras. São Paulo, 1994;
- HERMANN, J. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico**, In: Giambiagi, F et ali (orgs). Economia Brasileira Contemporânea, Rio de Janeiro: Campus, 2ª edição, 2011;
- HOFFMAN, R. **Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil**. Revista de Administração de Empresas, v.13, 1973;
- HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 41, 2001;
- HOFFMANN, R. **Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico**. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975;
- HOFFMANN, Rodolfo. **Rodolfo Hoffmann: desafio de uma geração. [Entrevista concedida a Cássia Almeida]**. Blog Democracia política e novo reformismo, 27 nov. 2019. Disponível em: <http://gilvanmelo.blogspot.com/2009/12/rodolfo-hoffmann-desafio-de-uma-geracao.html>. Acesso em: 7 abr. 2019.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1971;
- LANGONI, C. G. **Brasília: Banco Central do Brasil, 2019**. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, v. 9). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_9_carlos_langoni.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.
- LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973;
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982;
- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento (2009). **Reflexões sobre a legislação de educação durante o governo militar (1964-1985)** . Histórica, n. 36. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Consultado em 20 de julho de 2014;
- LOPES, J. S. L. **Sobre o debate da distribuição da renda leitura crítica de um artigo de Fishlow**. Revista de Administração de Empresas, v.13, 1973;

LOUREIRO, Maria Rita; LIMA, Gilberto Tadeu. **A internacionalização da ciência econômica no Brasil.** *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia.** Rio de Janeiro: FGV, 1997a.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia.** Rio de Janeiro: FGV, 1997b.

LOUREIRO, F. P. **Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962).** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n.2 (48), p. 547-576, ago. 2013 (a);

LOUREIRO, F. P. **O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963).** *Revista de Economia Política*, vol. 33, n° 4(133), pp. 671-691, outubro-dezembro/ 2013 (b);

MACARINI, J. P. **A Política Econômica da Ditadura Militar no Limiar do “Milagre” Brasileiro: 1967/69.** IE/UNICAMP. Campinas, n. 99, set. 2000;

MACARINI, J. P. **A Política Econômica do governo Médici: 1970 -1973.** *Revista Nova Economia*. v.15, n.3, Belo Horizonte, 2005;

MALAN, P. S. Pedro Sampaio Malan: 2005. **[Entrevista concedida a] Maria Celina D’Araújo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito.** In: D’ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HIPPOLITO, L. (org.). *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento.* Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 57-69.

MALAN, P. **Distribuição de renda e desenvolvimento: novas evidências e uma tentativa de clarificação da controvérsia no Brasil.** *Dados* Rio de Janeiro, n. 21, 1979;

MALAN, P. & WELLS, J. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975;

MALTA, M. M. **Sensos do contraste: o debate distributivo no “milagre”.** In: *Ecos do Desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro.* IPEA. Rio de Janeiro, 2011;

MANZUR. **A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio.** *Lua Nova*, São Paulo, vol. 93, p. 169-199, 2014;

MATTOS, F. A. M. **O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico do Brasil.** *Revista da ABET*, v. 16, n. 1, 2017;

- MATTOS, F.A.M. e MEIRELLES, J. S. **A relação entre o capital estrangeiro e industrialização brasileira nos anos 1950**. História econômica & história de empresas vol. 18, n 2, 389-426. 2015;
- MATTOS, F.A.M. e MEIRELLES, J. S. **Governo Dutra: Crescimento Industrial sob restrições externas e limitações econômicas e institucionais internas**. In: Araújo, V. L. e Mattos, F.A.M. (orgs). A economia brasileira de Getúlio a Dilma- novas interpretações. São Paulo, Hucitec Editora. 2021;
- MORAES, G. **O II Governo Vargas: Limites externos de um estado nacional em construção**. In: Araújo, V. L. e Mattos, F.A.M. (orgs). A economia brasileira de Getúlio a Dilma- novas interpretações. São Paulo, Hucitec Editora. 2021;
- MONDÊGO, T. L. **As visões da crise econômica dos anos 60: As análises desenvolvimentistas de Celso Furtado e Roberto Campos**. Dissertação de Mestrado/ Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1617.pdf>, 2013;
- OLIVEIRA, G. C., MAIA, G. & MARIANO, J. **O Sistema De Bretton Woods E A Dinâmica Do Sistema Monetário Internacional Contemporâneo**. Pesquisa & Debate, São Paulo, volume 19, número 2 (34), 2008;
- PEREIRA, J.M.D. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. In: Cadernos do Desenvolvimento, v.6, n.9. 2011;
- PRADO, L. C. D. **Werner Baer, os brasilianistas e a interpretação econômica do brasil: uma nota**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 18, p. 186-193, jan./jun. 2016;
- RAMOS, L. & REIS, J.G. **Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil**. In: Distribuição de renda no Brasil, ed. by F. Giambiagi e J.M. Camargo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991;
- RESENDE, A. L. **Estabilização e Reforma: 1964- 1967**. In ABREU M.P. (Org) A ordem do progresso: Cem Anos de Política Republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro, Editora: Campus. 1990;
- ROSA, L.F.F. **A formação do sistema financeiro internacional do pós-II Grande Guerra**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-25/a-formacao-do-sistema-financeiro-internacional-do-pos-ii-grande-guerra/>. 2006. Acesso em: 02/06/2020;
- SALM, C. **O debate sobre a tendência à estagnação**. In: Ecos do Desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro. IPEA. Rio de Janeiro, 2011;

SERRA, J. **A reconcentração da renda: Justificações, Explicações, Dúvidas**. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975;

SERRA, J. José Serra: 2009. **[Entrevista concedida a] Flávio Moura e Paula Montenegro**. In: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 182-194

SINGER, P. *Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil*. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 73-104.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976;

SINGER, P. I. **Paul Israel Singer: 1932**. **[Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego**. In: MANTEGA, G.; REGO, J. M. *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 55-91

SKIDMORE, T. **Brasil: De Castelo a Tancredo (1964- 1985)**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988;

SKIDMORE, T. **The politics of military rule in Brazil, 1964-1985**. New York: Oxford University Press. 1989;

STEIL, B. **The Battle of Bretton Woods**. New Jersey: Princeton University Press. 2013;

SOUZA, P. H. G. F. **A desigualdade vista do topo: A concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3%A3esFerreiradeSouza.pdf, 2016;

SPINOLA, N. **Passado o verão, vem o tempo político das safras**. *Jornal do Brasil*, 23/04/1972. Seção de Economia. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. 1972. Acesso em: 06/05/2020;

TAVARES, M. C. **Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização**. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975;

TAVARES, M. C. Maria da Conceição Tavares: 1930. **[Entrevista cedida a] Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac, José Marcio Rego**. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 127-152.

TAVARES, M.C. e SERRA, J. **Além da estagnação**. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar. 1974;

- VARSAÑO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas.** Pesquisa e Planejamento econômico, vol. 27, n.1, 1997;
- VELLOSO, J.P.R. **Na criação do IPEA, uma visão e seus desafios.** Ano 1. Edição 2. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7150/1/Artigo_4_Na%20cria%20o%20do%20Ipea.pdf. 2004. Acesso em: 15/04/2020;
- VELOSO, F. A.; VILLELA, A. e GIAMBIAGI, F. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica.** Revista Brasileira Econômica. Vol. 62, nº2. Rio de Janeiro, 2008;
- VIANNA, S.B. **Política econômica externa e industrialização: 1946-1951.** In: ABREU M.P. (Org) A ordem do progresso: Cem Anos de Política Republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro, Editora: Campus. 1990;
- VIANNA, S. B. & VILLELA, A. **O pós-guerra (1945-1955).** In: Giambiagi, F et ali (orgs). Economia Brasileira Contemporânea, Rio de Janeiro: Campus, 2ª edição, 2011;
- VILLELA, A. **Dos “anos dourados” de JK à Crise não resolvida (1956 – 1963),** In: Giambiagi, F et ali (orgs). Economia Brasileira Contemporânea, Rio de Janeiro: Campus, 2ª edição, 2011;